



Relatório e Contas

Banco de Fomento Angola 2011

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Índice

RELATÓRIO	
O BFA	4
Principais indicadores	5
Órgãos sociais	6
Marcos históricos	8
Principais acontecimentos em 2011	10
Canais de distribuição	11
Recursos humanos	13
Tecnologia	15
Marca BFA	17
Responsabilidade social	21
ENQUADRAMENTO	
Enquadramento da actividade	24
Cronograma dos principais eventos em 2011	30
ACTIVIDADE COMERCIAL	
Mercado bancário em Angola e o BFA	34
Banca de Particulares e Negócios	36
Banca de Empresas	38
Unidade de Business Development	40
GESTÃO DOS RISCOS	
Risco de crédito	42
Níveis de incumprimento, provisionamento e recuperação	42
Risco cambial	43
Risco operacional	44
ANÁLISE FINANCEIRA	
Introdução	46
Balanço	48
Demonstração de resultados	52
Gestão do capital	55
Proposta de aplicação dos resultados	57
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS	
Demonstrações financeiras	61
Notas às demonstrações financeiras	65
Relatório de Auditoria	106
Relatório e parecer do Conselho Fiscal	108
ANEXOS	
Contactos do BFA	111

O BFA

Em 2011, a estratégia dominante foi a abertura de balcões, um pilar importante na expansão comercial do BFA, que encerrou o ano com 158 unidades comerciais. Durante o ano foram abertos 16 novos balcões, sendo de realçar que o BFA manteve a liderança da rede bancária da província de Luanda.

Com 2 172 Colaboradores mais 7% que em 2010, o Banco conquistou e captou mais 129 mil Clientes elevando o numero total para 910 mil Clientes.

Na banca remota, o BFA manteve a liderança de mercado com 298 ATM's e 2 908 TPA's activos, com quotas de mercado de 20% e 32%, respectivamente.

Ao nível do homebanking registou-se um aumento significativo do numero de adesões, cifrada em 84 mil no ano, tendo o BFA terminado o ano com 219 mil aderentes ao BFA Net.

O Banco procedeu igualmente à introdução de novos serviços com destaque para o BFA SMS, que possibilita aos Clientes particulares realizarem um conjunto de operações como a consulta de saldo e movimento de contas a partir do telemóvel.

Os recursos de Clientes subiram 11% o que possibilitou obter uma quota de 16.4%, que equivale à terceira posição do mercado. No crédito o BFA registou uma redução de 16.1%, o que reflecte a manutenção de uma politica rigorosa na avaliação de riscos.

O Banco apresentou globalmente indicadores de solidez muito fortes, com Fundos Próprios Regulamentares a valerem 712.8 M.US\$.



Principais indicadores

Principais indicadores	Valores em milhões de USD		
	Dez. 10	Dez. 11	Δ%
Activo total	6 450.3	7 062.4	9.5%
Crédito a Clientes ¹	1 575.0	1 321.0	(16.1%)
Recursos de Clientes	5 566.4	6 181.8	11.1%
Situação líquida	655.6	722.4	10.2%
Produto bancário	424.0	425.2	0.3%
Custos de estrutura ²	141.3	157.8	11.7%
Resultado de exploração	303.4	289.9	(4.5%)
Lucro líquido	261.8	253.0	(3.3%)
Cash flow líquido ³	313.5	289.9	(7.5%)
Rendibilidade do activo total [ROA]	4.2%	3.7%	(0.5%)
Rendibilidade dos fundos próprios [ROE]	43.3%	36.7%	(6.5%)
Custos de estrutura / produto bancário	33.1%	37.1%	4.0%
Rácio solvabilidade	30.9%	31.4%	0.5%
Crédito a Clientes vencido em % do crédito a Clientes	4.0%	6.1%	2.1%
Cobertura do crédito vencido por provisões de crédito	167.7%	122.2%	(45.5%)
Cobertura do crédito por provisões de crédito	6.5%	7.5%	1.0%
Número de balcões ⁴	143	158	15
Número de Colaboradores	2 038	2 172	134

1) Crédito líquido de provisões.

2) Inclui custos com pessoal, fornecimento e serviços de terceiros, outros custos de exploração e depreciações e amortizações.

3) Calcula-se somando ao resultado líquido do exercício as provisões e as depreciações e amortizações.

4) Agências + Centros de Empresas + Centros de Investimento + Postos de Atendimento.

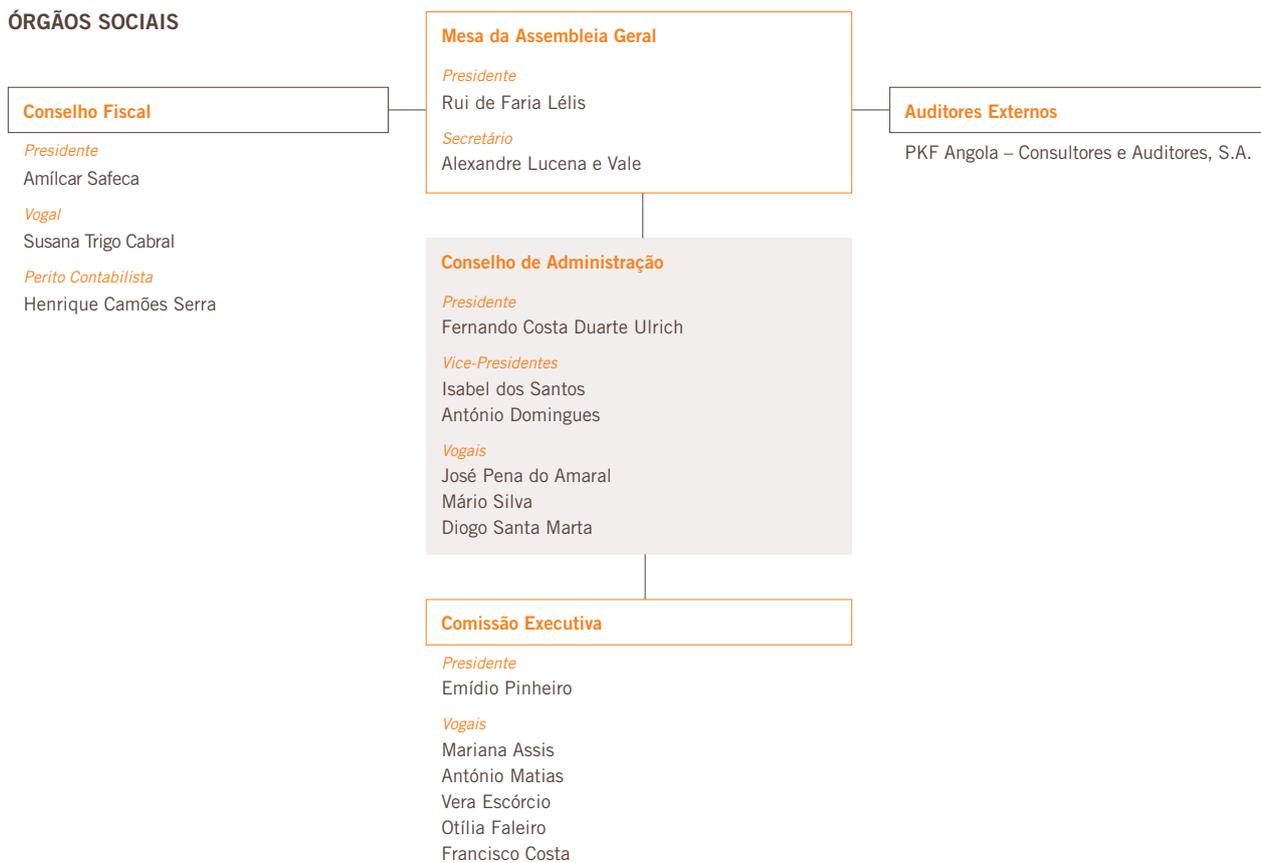
Quadro 1

Órgãos sociais

ESTRUTURA ACCIONISTA

Accionistas	% capital
Banco BPI	50.1% ¹
UNITEL S.A.	49.9%

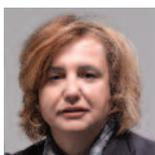
ÓRGÃOS SOCIAIS



1) Banco BPI e entidades por ele detidas na sua totalidade.

Áreas de responsabilidade dos membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração do BFA

Presidente



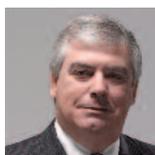
Otilia Faleiro

- Organização
- Formação
- Operações
- Cartões
- Banca Automática
- Sistemas de Informação



Mariana Assis

- Contabilidade e Planeamento
- Recursos Humanos



Emídio Pinheiro

- Marketing
- Jurídica
- Auditoria



Vera Escórcio

- Financeira e Internacional
- Aprovisionamento
- Instalações e Património



António Matias

- Banca de Particulares e Negócios
- Crédito a Particulares e Negócios
- Unidade de Novas Agências



Francisco Costa

- Banca de Empresas
 - Crédito a Empresas
-

Marcos históricos

2004 Em Maio de 2004, inicia-se o processo de segmentação da Rede Comercial com a abertura dos três primeiros Centros de Empresas, vocacionados para o atendimento especializado a Clientes do segmento Empresas.

2005 Em Abril de 2005, é criado um Fundo Social com o objectivo de apoiar financeiramente iniciativas nos domínios da educação, saúde e solidariedade social, dando corpo a uma política de Responsabilidade Social e a um compromisso do BFA com a sociedade, as instituições e os cidadãos angolanos.

Em Junho de 2005, o BFA lançou o Cartão VISA BFA Gold, passando deste modo a disponibilizar o primeiro Cartão de Crédito para o mercado Angolano.

Em Novembro, o BFA foi co-líder e membro do Sindicato da tomada firme na emissão de 200 M.US\$ de Obrigações do Tesouro denominadas em Dólares, com o prazo de 1 a 7 anos, para a renovação da frota de aviões da TAAG. O BFA tomou 54 M.US\$.

No final do ano, é criada uma Direcção de Project Finance, que constitui uma unidade de Banca de Investimento e que tem como objectivo o desenvolvimento de estruturas de financiamento complexas ou de grande volume.

2006 Aceleração significativa da expansão da Rede Comercial e do reforço da segmentação, com a inauguração do primeiro Centro de Investimento em Maio de 2006.

O alargamento da Rede Comercial foi acompanhado pela introdução de um novo *layout*, cujos traços principais são a modernização da imagem, a valorização do atendimento personalizado e a criação de uma zona automática.

Assinatura de dois protocolos entre o BFA e o Bank of China (Sucursal de Macau).

Início do projecto de internacionalização da rede de pagamentos e de *acquiring* VISA, tendo obtido o estatuto de Membro Principal VISA.

2007 No final de 2007, o BFA tinha 96 Balcões, dos quais 83 Agências, 7 Centros de Empresas, 4 Centros de Investimento e 2 Postos de Atendimento.

Em parceria com a VISA e a EMIS, o BFA é o primeiro Banco a lançar o serviço de levantamento de dinheiro através de Cartões de Crédito e Débito VISA, na totalidade dos caixas automáticos BFA.

Lançamento de um novo Cartão de Crédito, o Cartão VISA BFA Classic, que complementou a oferta do Cartão VISA BFA Gold.

Assinatura de contrato sobre a emissão especial de 400 M.US\$ de Obrigações do Tesouro PIP 2007. Como consultor financeiro do Ministério das Finanças para a estruturação, montagem e intermediação da operação financeira, o BFA convidou o BPC e o BAI a formarem um sindicato, liderando todo o processo de organização do mesmo.

2008 Alteração da estrutura accionista como consequência da venda de 49.9% do capital do BFA à UNITEL.

Alargamento da rede de Centros de Investimento para a Província de Benguela com a abertura do primeiro Centro de Investimento no Lobito.

Lançamento do produto Super Poupança BFA, principal veículo de captação de novos recursos particularmente em USD.

Lançamento dos Cartões de Crédito VISA BFA Mwangolé Classic e VISA BFA Mwangolé Gold, os primeiros Cartões de Crédito do BFA denominados em moeda nacional.

Assinatura do protocolo com as Forças Armadas Angolanas, ao abrigo do qual o BFA disponibiliza o acesso a produtos de crédito em condições privilegiadas a mais de 60 000 militares.

2009 Expansão da Rede Comercial para um total de 129 Balcões. Alargamento da rede de Centros de Empresas para a Província de Cabinda.

Lançamento do produto Plano de Poupança BFA, uma oferta inovadora no mercado angolano, que prevê entregas periódicas automáticas.

Lançamento do Serviço Western Union, com elevada cobertura em todo o território Nacional.

Atribuição do prémio “Melhor Banco em Angola” pela revista EMEA Finance, uma publicação de referência na área financeira que distingue as melhores instituições financeiras na Europa, África e Médio Oriente.

Atribuição, pela sétima vez consecutiva, do prémio Straight Through Processing Excellence Award pelo Deutsche Bank Trust Company reconhecendo o facto de 99.1% das ordens de pagamento emitidas pelo Banco terem sido processadas de forma automática, sem necessidade de qualquer correcção superior.

Início da implementação do novo plano Contabilístico das Instituições Financeiras, CONTIF, sendo o BFA um dos primeiros Bancos Comerciais a fazê-lo com sucesso.

2010 Alargamento da Rede de Distribuição para um total de 143 Balcões. Procedeu-se à abertura do Centro de Empresas e do Centro de Investimento na cidade de Benguela e do Centro de Grandes Empresas em Luanda.

Conclusão da 2.ª fase do Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF), que concerne ao envio dos reports contabilísticos de actividade, de acordo com as especificações técnicas requeridas.

Conclusão do projecto da Central de Risco de Crédito (CIRC) através do qual são reportadas ao BNA as situações de crédito de Clientes, possibilitando a cada Banco o acesso à posição individual de risco no sistema bancário.

Criação do Arquivo Central inserido num sistema de informação actual e dinâmico que teve como objectivo principal melhorar a qualidade de serviço ao Cliente a nível de consultas e pedidos de documentação.

Assinatura do protocolo com o Governo angolano para a adesão ao Sistema de Pagamentos da Remuneração dos Funcionários Públicos (SRAP).

Principais acontecimentos em 2011

- Expansão da Rede Comercial para um total de 158 Balcões:

■ Agências	131
■ Centros de Empresas	14
■ Centros de Investimento	8
■ Postos de Atendimento	5

- Abertura do Centro de Empresas de Talatona em Luanda.

- Abertura dos Centros de Investimento de Talatona e de Alvalade, ambos em Luanda.

- Eleição da Nova Comissão Executiva do Conselho de Administração do BFA e distribuição das áreas de responsabilidade.

- Lançamento do Serviço BFA SMS para Clientes particulares, que permite realizar, através da troca (envio e recepção) de mensagens de texto (SMS) operações como consulta de saldos e movimentos de contas.

- Lançamento do projecto eMudar@BFA cujo objectivo é dotar o Banco de uma nova plataforma aplicacional de gestão de processos, incluindo a digitalização e arquivo dos documentos de suporte, que permita a sua estruturação tendo em vista a mitigação do risco e o incremento da eficiência operacional.

- Assinatura do Acordo do Programa Bankita com o BNA. Trata-se de um programa de educação financeira que tem como objectivo aumentar o índice de população bancarizada.

- “Melhor Empresa do Ano do Sector Financeiro”, na primeira edição dos Prémios Sirius realizado pela Deloitte.

- “Melhor Banco em Angola”, atribuído pela EMEA Finance Magazine, pelo desempenho e consistência de resultados.

- “Marca de Excelência Superbrands Angola” pelo segundo ano consecutivo.

- Atribuição, pela nona vez consecutiva, do prémio Straight Through Processing Excellence Award pelo Deutsche Bank Trust Company reconhecendo o facto de 99.1% das ordens de pagamento emitidas pelo Banco terem sido processadas de forma automática, sem necessidade de qualquer correcção superior.

Canais de distribuição

REDE COMERCIAL

Com o objectivo de melhorar a qualidade de serviço e o acesso aos serviços bancários, o BFA manteve a estratégia de alargamento da rede comercial a todo o País.

Foram abertos 16 novos Balcões, registando-se um aumento do número de pontos de venda em 10% face ao ano anterior, nomeadamente 12 Agências, 1 Posto de Atendimento, 2 Centros de Investimento e 1 Centro de Empresas. Contudo, no âmbito da reestruturação da rede viária do Município do Cazenga registou-se o encerramento temporário de um Balcão no início do ano, pelo que o crescimento resume-se a 15 Balcões.

Com uma abordagem segmentada e focada em 3 redes: retalho, empresas e segmento *affluent*, o BFA encerrou o ano com 158 Balcões – 131 Agências, 8 Centros de Investimento, 14 Centros de Empresas e 5 Postos de Atendimento – o que correspondia a 15.3% do total da rede do sistema bancário em Angola, sendo de realçar a liderança do Banco na província de Luanda com 95 Balcões.

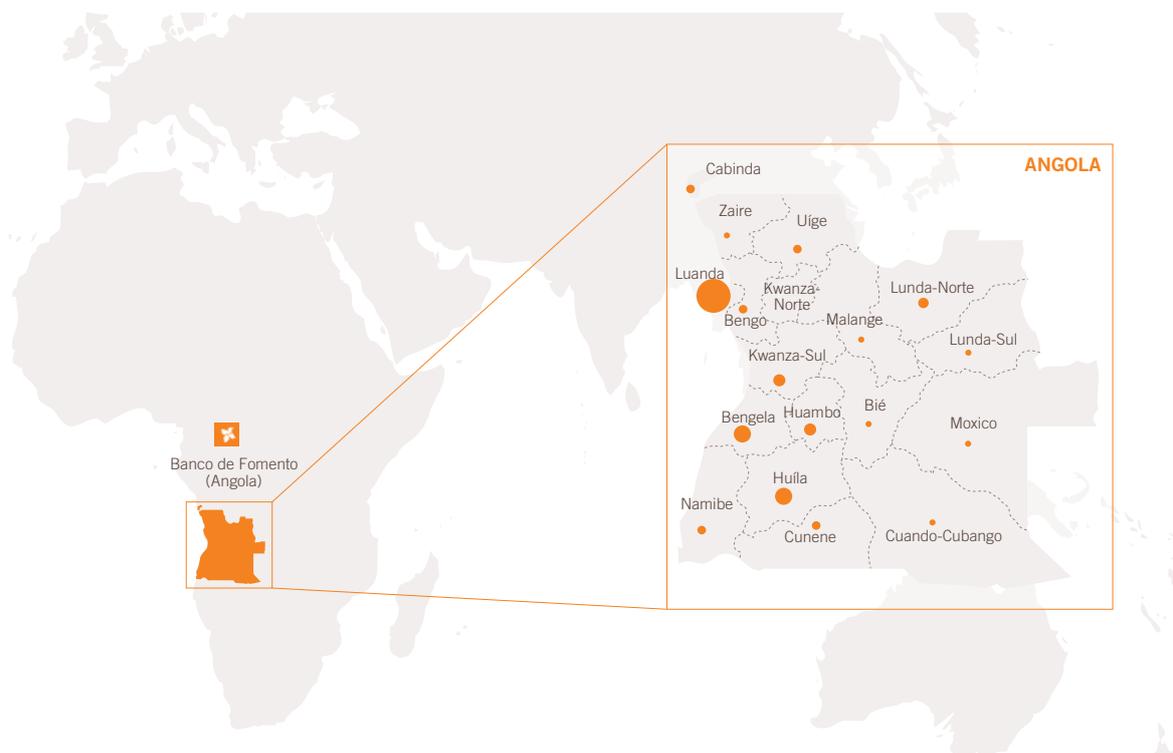
Em 2011, destaca-se igualmente a continuidade do processo de remodelação de Agências iniciado em 2007. Os Balcões Estrada de Catete e Miramar ganharam um novo *layout* cuja finalidade é proporcionar mais conforto e prestar um serviço de melhor qualidade ao Cliente.

Rede de distribuição do BFA



- Agências
- Centros de Empresa
- Centros de Investimento
- Postos de Atendimento

Gráfico 1



ATM

Nos últimos anos o BFA tem investido eficazmente na Banca Automática como parte da estratégia de apoio e reforço da rede comercial.

O Banco consolidou a liderança da rede de Multicaixas com a instalação de 35 novos ATM's.

No final de 2011 o parque de ATM's matriculadas era de 303 unidades, que corresponde a um crescimento de 12% e o numero de ATM's activos era de 298, que corresponde a um crescimento de 13.7% relativamente ao ano anterior traduzindo-se numa quota de mercado de 19.8% (1.º lugar no mercado).

ATM's

	2010	2011	Δ%
Numero de ATM's activos no final do ano	262	298	13.7%
Quota de mercado ATM's activos	22.3%	19.8%	(11.1%)

Quadro 2

TERMINAIS DE PAGAMENTO AUTOMÁTICO

O BFA disponibiliza uma gama completa de Terminais de Pagamento Automático (TPA's), proporcionando aos Clientes do segmento de Negócios e de Empresas o acesso a um meio de pagamentos mais seguro e rápido.

No final de 2011 o parque de TPA's activos do BFA era de 2 908 unidades mais 44.1% que em 2010, o que lhe permitiu manter a liderança do mercado com uma quota de 31.6%.

TPA's

	2010	2011	Δ%
Numero de TPA's activos no final do ano	2 018	2 908	44.1%
Quota de mercado TPA's activos	32.8%	31.6%	(3.5%)

Quadro 3

HOME BANKING

Em 2011, o número de aderentes aos serviços de *homebanking* (BFA Net e BFA Net Empresas) aumentou 62% o que representa um acréscimo de 84 mil Clientes face ao ano anterior, traduzindo um aumento da taxa de penetração de 17.5% para 24.1% (+ 6.9% nos Clientes Particulares e + 6.5% nos Clientes Empresas).

Assumido como um dos pilares fundamentais na qualidade do serviço ao Cliente, o BFA continuou o esforço de promoção e utilização deste serviço junto dos Clientes, sendo de destacar o aumento de 142% no número de empresas que efectuaram o processamento dos seus salários através do BFA Net Empresas.

Como complemento à oferta de serviços homebanking foi lançado em Novembro de 2011, um novo serviço destinado a Clientes Particulares – o BFA SMS. Este serviço permite realizar um conjunto de operações como consulta de NIB / IBAN; saldo de conta; movimentos e câmbios, através de envio e recepção de mensagens de texto a partir de um telemóvel. No final do ano o BFA SMS tinha já mais de 2 700 aderentes.

Homebanking

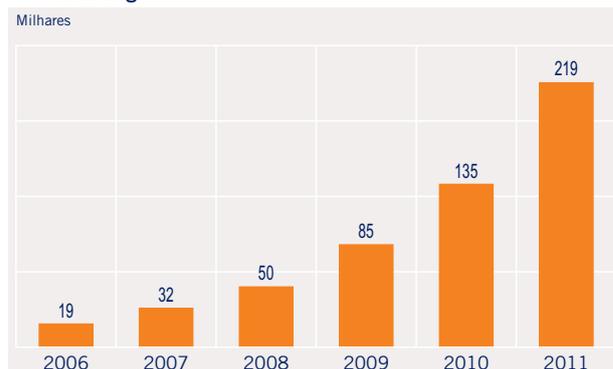


Gráfico 2

Recursos humanos

A 31 de Dezembro de 2011 faziam parte do quadro do BFA 2 172 Colaboradores, registando-se um aumento de 134 Colaboradores o que representa um acréscimo de 16%.

No âmbito dos Recursos Humanos, a prioridade manteve-se no recrutamento e selecção de pessoal, como forma de apoiar o crescimento orgânico do Banco, tendo sido implementado um vasto processo de angariação e selecção de candidatos que resultou na admissão de 312 novos Colaboradores.

O processo de selecção é iniciado com uma fina análise curricular dos candidatos, seguido de realização de testes psicotécnicos de aptidão profissional e finalmente de entrevistas individuais, no sentido de assegurar uma rigorosa e criteriosa selecção dos candidatos para integrarem o quadro de pessoal do BFA.

A estrutura etária dos Colaboradores do Banco revela os efeitos do recrutamento realizado ao longo dos anos e uma clara aposta em jovens com potencial de progressão na carreira: cerca de 84% do efectivo tem menos de 35 anos de idade, sendo a idade média do quadro de Colaboradores de 30 anos. A distribuição em termos de género é equilibrada com 54% dos Colaboradores do sexo masculino e 46% do sexo feminino.

Escalão etário

	Total	%
<26 Anos	526	24.2%
26 a 30 Anos	681	31.4%
30 a 35 Anos	602	27.7%
35 a 40 Anos	226	10.4%
40 a 45 Anos	79	3.6%
45 a 50 Anos	29	1.3%
50 a 55 Anos	18	0.9%
>55 Anos	11	0.5%
Total	2 172	100%

Quadro 4

Tendo em consideração o forte crescimento do Banco nos últimos anos, e um elevado turnover evidenciado nos níveis mais baixos, a maioria do efectivo está concentrado no escalão de antiguidade inferior a 5 anos de serviço.

Antiguidade

	Total	%
<=2 Anos	664	30.6%
3 a 5 Anos	770	35.5%
6 a 8 Anos	502	23.1%
9 a 11 Anos	133	6.1%
>11 Anos	103	4.7%
Total	2 172	100%

Quadro 5

Colaboradores do BFA

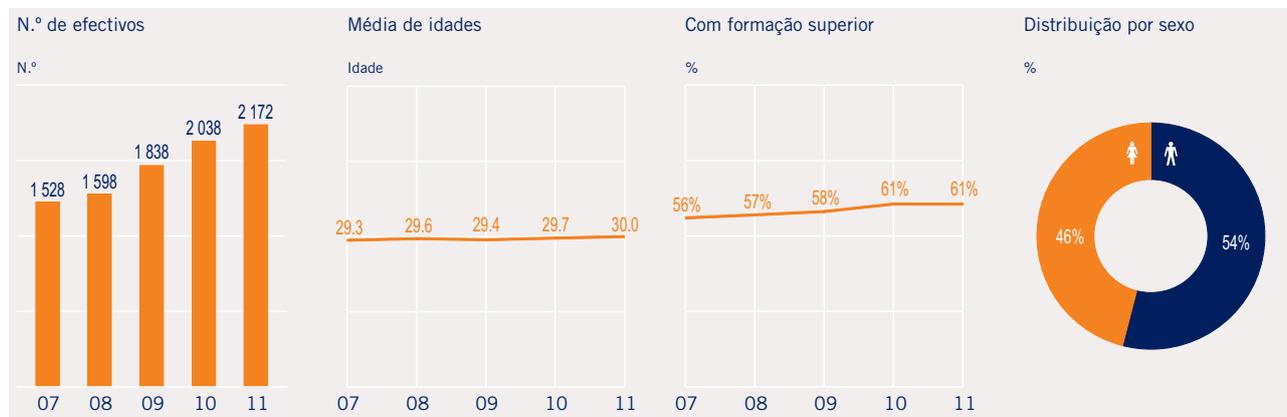


Gráfico 3

Em termos de habilitações literárias, 61.2% do quadro de Colaboradores do BFA tem Licenciatura ou Frequência Universitária.

Habilitações

	Total	%
Ensino Médio	768	35.4%
Ensino Superior	202	9.3%
Frequência Universitária	1 126	51.9%
Indiferenciados	76	3.4%
Total geral	2 172	100%

Quadro 6

Formação

Ao longo de 2011, o BFA manteve a estratégia de aposta na formação dos seus quadros tendo realizado 247 acções de formação abrangendo um total de 2 202 participantes.

Na Rede Comercial, o BFA manteve as acções de base necessárias às diferentes funções comerciais, nomeadamente:

- Programa de integração, antes do início de actividades na Rede;
- Acolhimento e operações bancárias para Colaboradores recém admitidos;
- Operações bancárias para Colaboradores com mais de um ano de actividade;
- Crédito;
- Gestão do Balcão para novos Subgerentes.

Adicionalmente, com o apoio de formadores internos, o BFA desenvolveu novos cursos destinados a suprir um conjunto de necessidades e lacunas sentidas, nomeadamente:

- Abertura de Contas Empresas;
- Prevenção de Branqueamento de Capitais;
- Gestão de Tesouraria;
- Processamento de Salários;

- Operações sobre o Estrangeiro;
- Operações de Crédito Documentário;
- Gestão de ATM's;
- Gestão e processos de arquivo de documentação.

Com o apoio das Direcções Centrais manteve-se o programa de Estágio de Colaboradores das Redes Comerciais nos Serviços Centrais, com maior incidência nas Áreas de Risco / Análise de Crédito.

Para a Hierarquia Comercial, realizaram-se acções de Estágio no BPI em Portugal permitindo a partilha de diferentes práticas e experiências de gestão da actividade e do negócio Comercial.

Nos Serviços Centrais, deu-se continuidade ao programa de Qualidade de Serviço, pelo qual todos os novos Colaboradores passam no seu primeiro ano no Banco.

Plano de Pensões

Em 2005 foi criado um Plano de Pensões de Contribuição Definida para todos os Colaboradores do Banco.

O BFA realiza uma contribuição mensal correspondente a 10% do salário pensionável para a Segurança Social.

Trata-se de um importante instrumento de gestão de recursos humanos, que visa melhorar as condições de vida dos Colaboradores do Banco em situação de reforma por idade ou invalidez; em caso de morte, assegura também benefícios de sobrevivência para o cônjuge e descendentes.

Durante o ano de 2011, o total de contribuições realizadas para Colaboradores em funções foi de 4.4 M.US\$ e os rendimentos obtidos com o investimento das aplicações foi de 1.6 M.US\$.

Tecnologia

ACTIVIDADE EM 2011

A actividade da área de Sistemas de Informação em 2011 foi orientada para dar resposta:

- Ao crescimento orgânico do Banco;
- Ao desenvolvimento de processos mais automatizados e acréscimo do controlo operacional;
- Ao reforço da infra-estrutura técnica para aumento da segurança e garantia de continuidade do negócio.

APOIO AO NEGÓCIO

No âmbito aplicacional releva-se o seguinte:

- Em cumprimento da orientação do Regulador quanto ao reporte no Sistema de Supervisão das Instituições Financeiras (SSIF), concluiu-se o processo de envio da informação mensal dos mapas das Operações Cambiais.
- Foi estabelecido o processo de transmissão regular, ao Banco Nacional de Angola, de informação relacionada com a Central de Riscos de Crédito (CIRC).
- Foram adaptados os Sistemas de forma a permitirem dar resposta às condições de acesso específicas para a conta Bankita – programa de educação financeira com o objectivo de aumentar o nível de bancarização em Angola.
- No contexto da Câmara de Compensação Automática de Angola (CCAA) deu-se início ao projecto de Transferências a Crédito (STC) o qual, utilizando a infra-estrutura da EMIS enquanto processador do Sistema, possibilita o envio de transferências interbancárias até 5 M.AKZ, em horários diários pré-definidos.
- Foi realizado o upgrade do protocolo de relacionamento com a EMIS (Modelo Global 5). Para além de disponibilizar novas funcionalidades esta melhoria permite o tratamento mais detalhado da informação produzida na rede Multicaixa e atribui ao Banco a

capacidade futura para emissão e gestão de cartões de crédito.

- Seleccionou-se e instalou-se um sistema de cruzamento de entidades com as listas da OFAC e EU dotando o Banco de mecanismos que permitem dar resposta às obrigações legais e regulamentares de compliance e de combate ao branqueamento de capitais introduzidas na legislação nacional.
- Foi adaptada e instalada uma aplicação para gestão de arquivo, a qual entre outras mais valias, foi determinante para o êxito obtido com a centralização do arquivo físico, o que por sua vez permitiu libertar espaço nas Agências e Serviços Centrais e organizar de forma mais eficiente a documentação de suporte dos processos.
- Foi ainda efectuado um conjunto de melhorias em diversos aplicativos com vista à obtenção de ganhos de produtividade decorrentes da automatização de processos e à mitigação do risco operacional pela redução da intervenção humana nas diversas etapas dos fluxos operacionais.

No âmbito da infra-estrutura técnica, realça-se:

- A instalação da infra-estrutura técnica informática e de comunicações para a abertura de 15 agências e 1 ponto de atendimento ao público tendo-se procedido à renovação tecnológica de 3 agências já existentes.
- Adicionalmente procedeu-se à negociação e aumento de largura de banda (chegando nalguns casos a quadruplicar) em todas as agências de forma a acomodar o aumento de tráfego nomeadamente o relativo ao aumento do número de transacções por posto de trabalho e ao envio de indicadores de gestão destinados às agências. As agências que apresentaram maior instabilidade foram dotadas de circuitos redundantes fornecidos por distintos operadores.

- Foi aumentada a capacidade de processamento do sistema de Produção do Banco com a adição de mais 2 processadores, memória e disco.
- Instalaram-se novas *releases* do Sistema Operativo Central nas máquinas de Produção e Alta Disponibilidade.
- Foi parametrizada e instalada em testes a nova versão do SWIFT 7 (Sistemas de Mensagens Financeiras Internacionais) para formação de utilizadores com vista à sua entrada em exploração em 2012.
- Foi ainda desenvolvido e configurado o novo sistema de gestão de backups de Sistemas Distribuídos.

OPTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS E SEGURANÇA

Com base na auditoria aos sistemas centrais em 2010, realizou-se a alteração dos valores e parametrizações do servidor central de acordo com as melhores práticas e implementaram-se procedimentos e circuitos de operação com vista à mitigação do risco.

Foi instalado um sistema de anti SPAM inibindo a contaminação na rede por mensagens de correio electrónico indesejáveis.

Marca BFA

Ao longo de 2011 a política de comunicação do BFA teve como foco a consolidação da marca no mercado através do lançamento de produtos e serviços inovadores, direccionados a melhoria da qualidade de serviço.

Definindo-se como o Banco de todos os angolanos, o BFA teve a sua actuação igualmente centralizada na presença contínua e alargada nos media e patrocínios de eventos com forte impacto social e com impacto em segmentos prioritários.

Como resultado do seu desempenho cujos traços predominantes são a modernidade e o dinamismo, o Banco recebeu diversos prémios e distinções:

“Melhor Empresa do Ano do Sector Financeiro”

A exemplo daquilo que tem feito nas principais praças internacionais, a Deloitte instituiu em Angola os Prémios Sirius como forma de contribuir para que as boas práticas de gestão, a qualificação, a eficiência e, em geral, a excelência sejam identificadas, conhecidas por todos e reconhecidas pelo seu mérito, por forma a que constituam exemplos a seguir. A análise feita permitiu identificar o BFA como o Banco que revelou maior regularidade e consistência nos indicadores que tradicionalmente aferem, do ponto de vista quantitativo, a actividade de uma instituição financeira.

Por ser a primeira edição dos Prémios Sirius, pelos objectivos que persegue, pela qualidade e pelos fundamentos da escolha do Banco premiado, esta é uma distinção pública de extrema relevância para o BFA nos seus 18 anos de actividade.



“Melhor Banco em Angola”

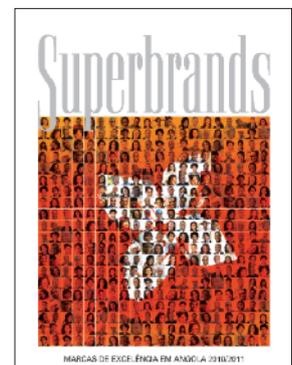
Pela segunda vez o BFA foi premiado pela EMEA Finance pelo seu desempenho e consistência de resultados.

“Straight Through Processing Excellence Award”

Este prémio atribuído pelo Deutsche Bank ao BFA, pelo nono ano consecutivo, é resultado do elevado sucesso no índice de processamento automático das operações sobre o estrangeiro e reflecte o compromisso do BFA com os seus Clientes ao nível da qualidade de serviço.

“Marca de Excelência 2010 / 2011”

Pelo segundo ano consecutivo, a Superbrands Angola premiou o BFA como Marca de Excelência, que reflecte o comprometimento, familiaridade, relevância, satisfação e lealdade da marca BFA.



CAMPANHAS

Durante o ano de 2011 o BFA realizou 5 campanhas de comunicação que tiveram como principais objectivos a captação de Clientes, a promoção das soluções de crédito em kwanzas para o segmento Empresas e a migração de Clientes para os canais remotos:

Soluções funcionário público

O Governo Angolano decidiu, em Julho implementar a liberalização para domiciliação dos salários da função pública, acabando assim com o monopólio que era detido pelo Banco de Poupança e Crédito desde 2003.

O BFA é actualmente o Banco que está melhor preparado para absorver o volume de funcionários públicos não bancarizados ou que queiram desvincular-se do BPC, uma vez que tem uma rede de Balcões que abrange todas as províncias de Angola e que possui as melhores condições de comunicação para processamento de salários, comprovadas em testes do Ministério das Finanças e também uma oferta diversificada de produtos e serviços inovadores.

A campanha foi lançada em Dezembro e teve como objectivo promover a captação de Clientes funcionários públicos via abertura de conta e domiciliação de salário.



Damos crédito à economia angolana

Em Maio de 2011, o BFA lançou a campanha de Crédito ao Investimento em Kwanzas, denominada 'Damos Crédito à economia Angolana'.

Com esta campanha, o BFA pretendeu realçar o seu papel preponderante no desenvolvimento de Angola, fomentando o investimento em moeda nacional, com a taxa mais baixa do mercado.

De salientar que esta campanha do BFA esteve alinhada com o objectivo preconizado pelas autoridades angolanas de estimular o investimento no País através da promoção do financiamento em Kwanzas para uma maior capacitação financeira das empresas nacionais. Em Setembro do mesmo ano o BFA iniciou a 2.ª vaga da Campanha que veiculava uma nova taxa mais baixa.

BFA SMS

Em Outubro de 2011, o BFA iniciou uma campanha publicitária para divulgação do lançamento do serviço BFA SMS, serviço que permite aos Clientes do Banco realizar operações de consulta usando o telemóvel. Através do BFA SMS, o Cliente BFA passou a aceder à sua conta 24 horas por dia, em qualquer lugar e com total segurança.

Este serviço, à semelhança do BFA Net, tem uma importância estratégica para o Banco porque, para além das vantagens que proporciona em qualquer parte do mundo (comodidade, flexibilidade e rapidez), em Angola constitui uma alternativa importante à deslocação aos Balcões para obtenção de informação da respectiva conta.

A adesão dos Clientes a este tipo de serviço permite uma progressiva transferência da actividade transaccional dos Balcões para estes canais, libertando a Rede Comercial para funções de maior valor acrescentado, nomeadamente o relacionamento comercial com os Clientes, traduzindo-se na melhoria da qualidade de serviço.

Taxa de circulação

A Direcção Nacional de Impostos (DNI) – Ministério das Finanças, promove anualmente a venda de selos relativos à taxa de circulação, que é um imposto obrigatório para todos os veículos motorizados a circular em Angola.

Deste modo, o BFA como agente autorizado tem vindo a comercializar os mesmos na sua Rede de Balcões. Com o objectivo de informar o público sobre a disponibilidade de selos de taxa de circulação nos Balcões da Rede BFA e também de aumentar o volume de vendas de selos comparativamente ao ano anterior, foi lançada uma campanha publicitária em Novembro de 2011, denominada BFA – Taxa de Circulação.



Com o Mwangolé paga nas calmas

Com o objectivo de incentivar a utilização dos cartões de crédito Mwangolé, o BFA lançou em Novembro a campanha “BFA – Com Mwangolé Paga nas Calmas”. Esta campanha realizada entre Novembro de 2011 e Janeiro de 2012, incluiu a realização do sorteio de uma viagem dupla à Cidade do Cabo, África do Sul. Para se habilitarem a esta viagem os Clientes teriam que utilizar o seu cartão de crédito Mwangolé durante o período da campanha.

PATROCÍNIOS

O BFA é uma marca de referência em Angola com uma tradição de presença nos grandes eventos e actividades do País.

Em 2011 o Banco procurou consolidar a sua relação com os Clientes de segmento alto, proporcionando-lhes a participação em certames mais selectivos como espectáculos de música e dança clássica. Contudo os eventos populares como o Carnaval e o Festisumbe constaram igualmente do programa anual de patrocínios, sendo de realçar:

Carnaval de Luanda

A maior festa popular de Angola foi mais uma vez vivida com emoção na Nova Marginal de Luanda. Cerca de 30 000 pessoas assistiram o desfile de 16 grupos em que foi vencedor o Unidos do Sagrada Esperança. Com uma tradição de 4 anos no Carnaval de Luanda, o BFA proporcionou um momento especial aos Colaboradores com uma Tribuna que teve várias atracções.

Miss Angola

O maior concurso de beleza do País teve várias inovações após a conquista do título de Miss Universo pela angolana Leila Lopes.

O evento foi produzido nos mesmos moldes do Miss Universo em que é privilegiada a transmissão televisiva.

Como um dos patrocinadores principais, o BFA teve uma forte exposição da marca. A Administradora Mariana Assis subiu ao palco para entregar um cheque prémio à Miss Fotogenia.

Festisumbe

Trata-se de um dos mais importantes festivais de música realizados na capital da Província do Kuanza-Sul. Nos dois dias de espectáculo a Cidade do Sumbe recebe diversos turistas nacionais e estrangeiros.

O BFA é um dos patrocinadores oficiais do certame.

FEIRAS

Com o objectivo de reforçar o relacionamento com os Clientes, aumentar a notoriedade e o posicionamento no mercado, o BFA privilegia anualmente a participação em duas grandes feiras:

Expo Huíla

Realizada no mês de Agosto no âmbito das Festas da Nossa Senhora do Monte, na cidade do Lubango, é considerada a maior bolsa comercial do Sul de Angola.

Filda

A Feira Internacional de Luanda (FILDA) é o principal evento realizado para o sector empresarial, onde estão representados um grande número de Países e actividades económicas.



Responsabilidade social

Em 2011, o BFA continuou a apoiar actividades significativas nos domínios da Educação, Saúde e Solidariedade Social, através do Fundo Social, ao qual o Banco decidiu afectar anualmente 5% do resultado líquido de cada exercício, por um período de 5 anos – 2004 a 2009. No final de 2011 o Fundo totalizava 19.1 M.US\$.

No âmbito da Educação privilegiaram-se as parcerias com as instituições de referência, tendo como objectivo apostar em projectos de formação / investigação de elevada e reconhecida qualidade. Neste âmbito são de destacar as seguintes parcerias:

- Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto para promoção do Curso de Pós-graduação em Mercados Financeiros – integrado no âmbito das actividades desenvolvidas pelo Centro de Estudos de Direito das Empresas da Faculdade de Direito. Esta instituição tem vindo a desenvolver o ensino pós-graduado do direito em Angola, tendo já uma vasta experiência na realização de cursos de Pós-graduação, Mestrado e Doutoramento em direito. A realização da Pós-graduação em Mercados Financeiros, surge para responder às inúmeras solicitações por parte de Advogados e Juristas que integram empresas do sector bancário e seguros.
- Universidade Católica de Angola para a realização do Mestrado em Gestão para Executivos designado MBA Atlântico (em colaboração com as Universidades Católicas de São Paulo (Brasil) e do Porto (Portugal)). O MBA Atlântico decorre em Angola (1.º trimestre), Brasil (2.º trimestre) e Portugal (3.º trimestre), comportando 30 alunos, provenientes dos 3 países. As três Universidades garantem a criação de todas as condições para o bom êxito do MBA Atlântico, nomeadamente um corpo docente de qualidade, instalações, alojamento e actividades extra-escolares, nomeadamente, realização de conferências e visitas de estudo.
- Fundação Cidade de Lisboa para atribuição anual de bolsas de estudo para a Licenciatura em Contabilidade e Administração no Colégio Universitário Nuno Krus

Abecasis – O BFA é responsável pela atribuição de cinco Bolsas de Estudo anuais desde o ano lectivo 2010 / 2011 a estudantes universitários, oriundos preferencialmente de Angola.

- Sociedade Portuguesa Inovação (SPI) e Universidade Católica de Angola para a realização do primeiro estudo GEM em Angola. O projecto GEM é o maior estudo independente de empreendedorismo realizado em todo o mundo que tem como principal objectivo analisar a relação entre o nível de empreendedorismo e o nível de crescimento económico, bem como determinar as condições que estimulam e travam as dinâmicas empreendedoras em cada País participante.

Na área de Solidariedade Social, os Jovens e os Idosos foram os segmentos prioritários nas acções realizadas. A título ilustrativo é de referir:

- Apoio ao Projecto de Desenvolvimento “Bairro da Graça” dos Leigos para o Desenvolvimento na Província de Benguela. O objectivo do projecto é promover o desenvolvimento integrado e sustentável da comunidade através de programas de mobilização, formação, empreendedorismo e emprego. O programa de empreendedorismo e emprego juvenil está a ser implementado a partir da identificação de entidades empregadoras, identificação de entidades para estágios, estudo de mercado, criação de micro-negócios. A finalidade do projecto é promover a autonomia, sustentabilidade humana e operacional e sustentabilidade financeira que possam posteriormente conduzir ao aumento do nível de escolaridade de jovens e adultos e melhoria das qualificações da comunidade.
- Apoio à participação de 30 Jovens Angolanos na Jornada Mundial da Juventude em Espanha, concedido à Comissão Episcopal da Juventude da Diocese de Luanda. A Jornada Mundial da Juventude (JMJ) é um evento internacional, organizado pela Igreja Católica que foi celebrado pela primeira vez de maneira oficial no Domingo de Ramos de 1986, em Roma pelo Papa João Paulo II. O evento ocorre em intervalos de dois ou três anos em que participam pessoas do mundo inteiro,

para celebrar e aprender sobre a fé católica construindo pontes de amizade e esperança entre continentes, povos e culturas.

- Apoio ao intercâmbio de Jovens Universitários Portugueses do GAS África com o Centro de Acolhimento Arnaldo Janssen tendo como objectivo a promoção o desenvolvimento de competências pessoais junto de crianças e jovens, incentivar a autonomia do grupo na resolução de conflitos nas relações intra e inter grupo e formar jovens da comunidade na “cidadania responsável” alertando-os para os direitos humanos e práticas de voluntariado. O GAS' África já

esteve em 17 missões em Angola, onde tiveram a oportunidade de trabalhar em vários lugares como hospitais e Centros de Acolhimento, com destaque para o Centro Arnaldo Janssen.

- Apoio à Associação de Amizade e Solidariedade para com a 3.ª Idade por ocasião do dia Nacional do Idoso comemorado a 30 de Novembro. A Associação tem como objectivo principal a melhoria da qualidade de vida dos idosos, o seu desenvolvimento psico-social, bem como contribuir para eliminar o isolamento e a inactividade a que estão sujeitos.

Enquadramento da actividade

Enquadramento da actividade

ECONOMIA INTERNACIONAL

Após o acentuado ritmo de expansão observado em 2010 (5.2%, segundo estimativa do Fundo Monetário Internacional – FMI), a economia global desacelerou em 2011, apontando as mais recentes estimativas para que o crescimento se tenha quedado por 3.8% (FMI, WEO Janeiro 2012) e continuando a abrandar em 2012 (3.3%). Vários factores justificaram este arrefecimento: o final do ciclo de reposição de existências após a recessão global de 2009; a subida abrupta do preço das matérias-primas em final de 2010; o efeito restritivo das políticas fiscais adoptadas em vários países desenvolvidos; as consequências do sismo no Japão; e o fraco estímulo proveniente da procura privada face ao teor menos acomodatório das políticas fiscais, devido ao processo de desalavancagem em curso. Adicionalmente, nos meses do Verão, recrudescer a aversão ao risco. A agitação regressou ao mercado interbancário europeu, aumentando a desconfiança entre os investidores internacionais quanto ao grau de sustentabilidade da dívida pública em algumas das maiores economias do mundo desenvolvido, designadamente num contexto de previsível crescimento anémico prolongado. Para além da UEM, onde este sentimento acabou por afectar negativamente os custos de financiamento dos estados, à excepção da Alemanha, também os EUA sofreram impacto, tendo perdido o seu estatuto “AAA” por parte das principais agências internacionais de notação de crédito.

O cenário de arrefecimento económico transversal às economias desenvolvidas contrasta com a persistência de ritmos de crescimento forte nas economias emergentes com destaque para a Ásia. Com efeito, segundo o FMI, as economias emergentes ter-se-ão expandido 6.2% em 2011 abrandando de 7.3% no ano precedente. A China salienta-se do conjunto ao apresentar uma expansão de 9.2% precedida de 10.4% em 2010. A África Subsariana, beneficiando do aumento da produção de hidrocarbonetos e outras matérias-primas, bem como do estreitamento de relações comerciais com outras economias em franco crescimento, registou apenas um ligeiro abrandamento económico. A expansão deslizou de 5.3% em 2010 para 4.9% em 2011. Porém, em 2012, antecipa-se um regresso a patamares mais dinâmicos de expansão: 5.5%. O processo de crescimento na África Subsariana nos últimos anos é encorajador e encontra-se enraizado, na medida em

que permitiu a saída de uma considerável percentagem da população da pobreza extrema. A ampliação da procura interna tem sido acompanhada pelo incremento da procura interna; primeiramente em sectores predominantemente orientados para a exportação (por exemplo: matérias-primas e energia). Contudo, o aumento das receitas públicas tem proporcionado o florescimento dos sectores não-petrolíferos, potenciando a criação de emprego. As economias africanas têm-se revelado menos expostas à incerteza das economias desenvolvidas, designadamente à crise da dívida soberana que tem assolado a área do euro nos últimos dois anos. Por um lado, têm intensificado as relações comerciais com China, Índia e outras economias em desenvolvimento, limitando a dependência da procura da Europa e EUA. Por outro, os fluxos de capitais tendem a reproduzir este movimento, privilegiando uma reorientação para a Ásia. Muito embora a subida dos preços internacionais de matérias-primas tenha maioritariamente beneficiado as economias subsarianas, a continuação da sua elevação e o impacto nos preços alimentares e energéticos, expõe fragilidades estruturais, podendo implicar abrandamento dos progressos alcançados, sobretudo de países não produtores de hidrocarbonetos, no caso de intensificação do arrefecimento económico mundial em 2012.

MERCADO MONETÁRIO E OBRIGAÇÕES

O ano de 2011 caracterizou-se por políticas monetárias predominantemente acomodatórias nas economias desenvolvidas. Concretamente, as autoridades monetárias dos EUA, Reino Unido e Japão renovaram os seus esforços quantitativos, de molde a assegurar taxas de juro reduzidas por um período prolongado de tempo. Contudo, na Europa, a actuação do Banco Central Europeu (BCE) foi menos linear. Durante a primeira metade do ano, a divulgação de dados indicativos de retoma da actividade económica justificou a subida progressiva da taxa de referência de 1% para 1.5%, em Julho. Posteriormente, a iminência de encerramento dos mercados de crédito para estados e bancos da Europa, explicada pelo fenómeno de contaminação associado à crise da dívida soberana, ditou a inauguração de uma abordagem expansionista da política monetária, que, no primeiro momento, reconduziu a taxa directora a 1% em Dezembro e adoptou um conjunto de medidas adicionais de cariz acomodatório.

As taxas Euribor acompanharam os movimentos da autoridade monetária, subindo ligeiramente até Julho, mês em que atingiram o máximo do ano (1.831%: Euribor três meses) para estabilizarem em torno de 1.75% até início de Dezembro, altura em que o anúncio das decisões do BCE induziram um movimento acentuado de deslize. Por contraponto, nos EUA, as taxas de juro (Libor a três meses) rondaram 0.40% a maior parte do ano; contudo, apesar do compromisso da Reserva Federal de manutenção das taxas de referência até 2014, o aumento da maior confiança na retoma da actividade económica fê-las subir progressivamente nos últimos meses do ano.

Os títulos de dívida pública a 10 anos norte-americanos e alemães iniciaram o ano acima dos 3.5% e 3%, respectivamente, mas terminaram-no abaixo dos 2%. Nos primeiros meses de 2011, perspectivas mais favoráveis relativamente ao crescimento traduziram-se numa maior apetência por activos de maior risco e, conseqüentemente, na subida das *yields* da dívida pública. Contudo, na segunda metade do ano, as perspectivas quanto à expansão económica alteraram-se e a aversão ao risco acentuou-se, mais uma vez por via da crise de dívida soberana europeia. A aversão ao risco consubstanciou-se na elevação dos prémios de risco nos títulos a dez anos nas classes creditícias mais arriscadas e na busca de títulos alemães e americanos como activos de refúgio, pressionando as taxas de longo prazo para patamares ligeiramente inferiores a 2%.

MERCADO CAMBIAL E COMMODITIES

Cotação EUR / USD e petróleo (Brent)



— EUR / USD
— Petróleo (USD/barril)

Gráfico 4

Fonte: Bloomberg.

Em 2011, o mercado cambial foi dominado por um elevado grau de volatilidade, resultante da intensificação da crise no mercado de dívida pública europeu, mas também dos sinais de deterioração das perspectivas de crescimento.

Conseqüentemente, o interesse por instrumentos de refúgio intensificou-se, com especial ênfase para o caso do franco suíço, que registou um considerável movimento de apreciação. Justificou a intervenção do Banco Nacional da Suíça, de forma a manter a cotação da moeda helvética face ao euro próxima de 1.20.

O EUR / USD cotou entre um mínimo de 1.29 e um máximo de 1.49, tendo encerrado 2011 próximo do nível observado no início do ano: em torno dos 1.30. No primeiro semestre, os sinais de maior restritividade da política monetária na zona euro e os efeitos associados ao terramoto no Japão reflectiram-se num movimento de repatriação de fundos e forte venda de dólares, levando à apreciação da moeda única que, no início de Maio, transaccionou-se próximo de 1.50 contra o dólar norte-americano. A agudização da crise de dívida soberana e os riscos de contágio a países como Itália e Espanha explicam a inversão da tendência evidente no primeiro semestre, levando o EUR / USD a encerrar o ano ligeiramente abaixo de 1.30.

O mercado das matérias-primas caracterizou-se por intensa volatilidade ao longo de 2011. Os primeiros meses foram pautados por uma forte dinâmica de subida de preços, influenciados pelas perspectivas de consolidação da retoma económica. Contudo, no decurso do ano, o recrudescimento da incerteza e os riscos de abrandamento económico mitigaram a escalada dos preços de matérias-primas e energia, passando a evidenciar um andamento lateral, dentro de um intervalo de transacção delimitado. No final do ano, a despeito da correcção para baixo das projecções de crescimento para 2012, a qual contribuiu para um relativo abrandamento dos preços das matérias-primas, o preço do petróleo readquiriu uma trajectória ascensional determinada por receios de abastecimento devido à intensificação do risco geopolítico. O preço do petróleo, mesmo no momento de maior pessimismo económico de 2012, permaneceu acima do patamar de 95 USD / barril para o Brent, criando um limiar inferior de valorização, que deverá permanecer relevante em 2012.

ACTIVIDADE ECONÓMICA

Indicadores Económicos e Projecções, 2008-12

	2008	2009	2010 ^E	2011 ^P	2012 ^P
Produto Interno Bruto real	13.8	2.4	3.4	3.7	10.8
Sector Petrolífero	12.3	(5.1)	(3)	(3)	11.6
Sector não petrolífero	15.0	8.1	7.6	7.7	10.4
Produção de Petróleo (milhões de barris / dia)	1 906.0	1 809.0	1 755.0	1 703.0	1 900.0
Preço do Petróleo Angolano (média, USD / barril)	93.9	60.9	77.8	102.0	98.8
IPC (Var y / y, fim de período)	13.2	14.0	15.3	13.9	11.2
Saldo fiscal (% do PIB)	8.9	(4.9)	6.8	8.5	8.5
Saldo fiscal primário não petr. (% do PIB não petrolífero)	(70.8)	(48.5)	(41.3)	(42.6)	n.a.
Reservas internacionais líquidas (em milhões de USD)	17 499.0	12 621.0	17 327.0	21 363.0	34 629.0
Cobertura das importações pelas reservas brutas ¹	5.1	3.6	4.9	5.3	5.3
Câmbio médio (AKZ / USD)	75.0	79.3	91.9	n.a.	n.a.

1) Reservas internacionais brutas em meses de importações de bens e serviços no ano seguinte.

Fonte: FMI, Country Rep. Dez. 2011.

E – estimado; P – provisional.

Quadro 7

Nos últimos anos, o principal contributo para o crescimento da economia angolana tem sido proveniente do sector não petrolífero. As mais recentes estimativas apontam para que este sector tenha registado uma taxa de expansão de 7.6% em 2010 e 7.7% em 2011 (de acordo com as estimativas do Fundo Monetário Internacional). Em 2010, e segundo o Orçamento de Estado 2012 (OE 2012), apresentaram-se como sectores mais dinâmicos a Construção, com uma taxa de crescimento real de 16.1%, a Energia, com 10.9%, e a Indústria Transformadora, com 10.7%. Em contrapartida, os sectores do Petróleo e Diamantes registaram contracções de 3.0% e de 10.3%, respectivamente.

Relativamente a 2011, a informação preliminar aponta para um comportamento semelhante dos vários sectores, embora globalmente se estime uma ligeira aceleração da actividade económica global, de 3.6% para 3.7%. Em termos sectoriais, o sector petrolífero esteve condicionado por restrições de ordem técnica, tendo a produção ficado aquém das expectativas: estimam-se 1.7 milhões / barris / dia (mbd) que compara com 1.76 em 2010 e 1.81 em 2009. Para 2012, as perspectivas apontam para aceleração da actividade económica (OE 2012 prevê 12.8% enquanto o FMI projecta um crescimento de

10.8%), beneficiando sobretudo do esperado aumento dos níveis de exploração petrolífera, que deverão recuperar para valores mais próximos dos observados em 2008, e também do início de produção de gás natural liquefeito (LNG). Entre os sectores não petrolíferos antecipa-se uma expansão significativa da Agricultura (13.9%), Energia (11.8%), Diamantes (10.1%), e Construção (7.5%).

Reservas cambiais



Fonte: BNA.

Gráfico 5

SECTOR EXTERNO

Balança de Pagamentos 2008-2012

	2008	2009	2010 ^E	2011 ^P	2012 ^P
Saldo da Balança de Bens e Serviços (% do PIB)	3.3	(0.1)	2.1	2.2	1.5
Exportações (var.%)	44.0	(36.1)	23.9	26.3	8.6
Das quais: export de petróleo (var. %)	232.8	(65.2)	87.4	29.1	(7.3)
Importações (var.%)	53.6	8.0	(19.1)	18.4	9.8
Balança Corrente (% do PIB)	8.5	(10.0)	8.9	12.0	7.3

Fonte: FMI.

E – estimado; P – previsional.

Quadro 8

De acordo com dados preliminares apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística (Angola), em 2011, a Balança Comercial apresentou um excedente de 45.6 mil M.US\$, que compara com 34.4 mil M.US\$ no ano precedente. Este desempenho traduz um aumento nominal de 26.4% das exportações, mais que compensando o acréscimo das importações em 14.6%. Contudo, a evolução não foi homogénea ao longo do ano. No primeiro semestre, assistiu-se a uma expansão de 40% das importações, seguida de contracção de 4% nos seis meses subsequentes. Do lado das exportações, os acréscimos homólogos foram acelerando ao longo dos meses, partindo de um incremento de 20% para finalizar o ano com 32%. Este resultado foi positivamente influenciado sobretudo pelo comportamento das exportações de petróleo (+26.6% no total do ano), determinado em grande medida pela evolução do preço médio do barril de petróleo no mercado internacional. No conjunto do ano, o saldo da Balança de Bens e Serviços deverá alcançar 2.2% do PIB, segundo as projecções do FMI.

Entretanto, as reservas cambiais alcançaram 25 mil M.US\$ em Dezembro, um aumento de cerca de 7.7 mil M.US\$ face ao final do ano transacto. Para além da melhoria do saldo comercial, esta evolução favorável resultou também da entrada de fundos associados ao acordo celebrado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). De um total de 1.4 mil M.US\$ ao longo de 2011 foram libertados cerca de 0.32 mil M.US\$, estando o desembolso da tranche final previsto para Março de 2012: cerca de 133 M.US\$.

O Kwanza manteve-se estável nos primeiros meses do ano, até Agosto, altura em que se observou maior turbulência nos mercados financeiros internacionais, reflectindo-se em aumento da procura por dólares e estabilização do nível de reservas. Desde então, a moeda registou uma ligeira desvalorização, na ordem de 1.5%, facto que se evidenciou no retorno a uma evolução favorável das reservas externas. Esta política visa também a contenção da procura interna, evitando o regresso a desequilíbrios externos e procurando, em simultâneo, não impedir o declínio da taxa de inflação. Em 2012 vários factores estarão em conjugação. Por um lado, termina o acordo Stand By com o FMI, não havendo indícios de prolongamento de nova facilidade pelas autoridades angolanas. Acresce que os preços do petróleo não deverão registar uma progressão significativa, atendendo à perspectiva de arrefecimento da economia global, não obstante deverem continuar a ser suportados por factores de ordem política. Todavia, antecipa-se o aumento da produção petrolífera, favorecendo a persistência do excedente da conta corrente em cerca de 7.3% do PIB e apoiando o reforço das reservas cambiais.

CONTAS PÚBLICAS

Em 2011, o governo angolano deverá apresentar um superávit orçamental de 8.5% do PIB. A compensação por via do preço da quebra da produção petrolífera conjugada com uma prudente gestão da despesa corrente e de capital justificam este saldo positivo das contas públicas. Contudo, a cautela na execução do plano de investimentos públicos contribuiu para o abrandamento da actividade económica

observado particularmente na primeira metade do ano. A sua aceleração a par da regularização de pagamentos atrasados foi determinante para a reanimação do ritmo de expansão no segundo semestre.

Para 2012, FMI e governo coincidem na previsão de um saldo orçamental de 8.5%, prossequindo as autoridades angolanas esforços de apresentação de contas públicas equilibradas.

Durante 2011, as autoridades angolanas recorreram essencialmente ao financiamento através da emissão de Bilhetes de Tesouro (BT), tendo as colocações ascendido a 340 mil milhões de AKZ, que comparam com 102.8 mil milhões do ano precedente. A estrutura temporal dos novos títulos não se distingue consideravelmente da observada em 2010, tendo-se privilegiado instrumentos de maturidades mais longas (BT a 364 dias corresponderam a 65% do total colocado que compara com 72% no ano anterior). O saldo vivo no final do ano atingia 340 mil milhões de AKZ; cerca de 230 mil milhões superior ao montante registado em 2010. Releva a acentuada queda das taxas médias de colocação que, no prazo de 364 dias, deslizaram de 13% em Janeiro para 5% em Dezembro, depois de terem observado um mínimo em 4.63% em Setembro. Relembre-se que a taxa de inflação se situou em 11.4% em 2011, implicando uma remuneração real negativa dos instrumentos de dívida pública de curto prazo.

Taxa de inflação homóloga



Fonte: INE.

Gráfico 6

INFLAÇÃO E TAXAS DE JURO

O Banco Nacional de Angola inaugurou, em Outubro de 2011, uma nova forma de actuação no mercado financeiro, dando os primeiros passos em direcção ao controlo monetário indirecto. Neste novo enquadramento, foi criado o Comité de Política Monetária (CPM), que reúne mensalmente, tendo a primeira reunião ocorrido em Outubro, fixando a Taxa Básica de Juro (Taxa BNA) em 10.5%, principal instrumento de intervenção. Neste novo enquadramento, o BNA reconhece a necessidade de monitorar os agregados monetários para que a oferta de moeda se mantenha em níveis adequados com o objectivo de inflação. Foi ainda anunciada a criação das LUIBOR – Luanda Interbank Offered Rates, tendo como objectivo fornecer aos investidores / agentes económicos um referencial para as taxas de juro de curto prazo. Refira-se que a Taxa BNA desceu 25 p.b. no CPM de Janeiro, para 10.25%.

Um dos motivos para a descida da taxa de referência foi o alcance do objectivo de inflação, que encerrou 2011 em 11.4%, significativamente abaixo do ritmo de crescimento dos preços observado em 2010 – 15.3% – e abaixo da meta oficial de 12%. Para 2012, as autoridades estabeleceram a meta de variação dos preços ao consumidor em 10%, esperando que a tendência de desaceleração se mantenha. Todavia, reconhecem a dificuldade da tarefa atendendo à expectativa de aceleração significativa da actividade económica (10.8%, segundo o FMI). Facto ao qual acrescem factores estruturais de estrangulamento da oferta, que favorecem a resistência da inflação à queda.

Os instrumentos de absorção de liquidez (Títulos do Banco Central – TBC) foram utilizados em menor escala pela autoridade monetária em 2011, reflectindo o crescimento mais modesto dos depósitos no sistema bancário. De facto, a aceleração dos depósitos registada no último trimestre coincidiu com a intensificação das colocações destes instrumentos. As emissões totais correspondem a 273.6 mil milhões de AKZ, face a 419.5 em 2010, tendo sido colocados, quase em exclusivo,

títulos a 63 dias. Em termos de saldo vivo, a redução foi de 100 mil milhões de AKZ, atingindo cerca de 190 mil milhões de euros no final de 2011. O movimento descendente das taxas de juro foi menos acentuado que nos BT, considerando os mesmos prazos, na medida em que as taxas médias de colocação de TBC caíram de 9.2% em Janeiro para 7% em Dezembro. A persistência de taxas de juro reais negativas coloca obstáculos à formação estrutural de poupança e dificulta a correcta afectação de recursos a projectos de investimento, pelas baixas taxas de rendibilidade implicitamente exigidas.

CRÉDITO

Em 2011, o crédito interno total cresceu, em média anual, 20.6%, enquanto o crédito ao sector privado aumentou 20%, em termos anuais médios. Considerando o sector privado e o sector empresarial do Estado, o acréscimo médio anual do crédito situa-se em 35%, que compara com 50% no ano anterior.

O peso do financiamento concedido ao sector público (incluindo SEE) no crédito total concedido pela banca comercial declinou para 36% face a 41% observados no

final de 2010. No sector privado, o financiamento a particulares registou uma variação de 29%, sendo predominantemente para compra de habitação. Em termos de peso no financiamento total concedido, continuam a evidenciar-se os seguintes sectores: Comércio por Grosso e a Retalho (17.4%), Act. Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados a Empresas (15.2%), Indústria Transformadora (8.5%) e Construção (8.2%).

O rácio de crédito (sector privado e SEE) face aos depósitos situou-se em 60%, um declínio relativamente a 62.9% em 2010.

DEPÓSITOS

Os depósitos cresceram, em termos médios anuais, 13.2% em 2011 (16.7% em 2010). O crescimento dos depósitos foi acelerando ao longo do ano, partindo de um acréscimo homólogo de 5.6% em Janeiro para atingir 35% em Dezembro. Em termos de preferência por moeda, os depósitos encontram-se quase igualmente distribuídos entre moeda estrangeira e moeda nacional, tendo, contudo, ao longo de 2011 o Kwanza ganho uma ligeira vantagem.

CRONOGRAMA DOS PRINCIPAIS EVENTOS EM 2011

Data	Evento
Janeiro	Sistema de Supervisão de Instituições Financeiras (SSIF) A partir de Janeiro passou a ser obrigatório que todo o reporte ao Banco Nacional de Angola (BNA) seja efectuado pelo portal SSIF.
	Decreto Legislativo Presidencial n.º 1 / 12, de 16 de Janeiro Cria o Regime de Isenção do Imposto sobre a Aplicação de Capitais no âmbito do Programa Nacional de Habitação.
Fevereiro	Decreto Presidencial n.º 28 / 11, de 02 de Fevereiro Aprova o regulamento das Sociedades de Micro – Crédito.
	Decreto Presidencial 36 / 11, de 15 de Fevereiro Autoriza o Ministro das Finanças a recorrer à emissão de Títulos da Dívida Pública de Curto Prazo.
Março	Decreto Executivo n.º 30 / 11 de 11 de Março Aprova os procedimentos sobre a abertura, operação e encerramento de contas bancárias, domiciliadas em bancos comerciais, das Instituições do Sector Público Administrativo.
	Decreto Presidencial n.º 50 / 11 de 11 de Março Aprova as Linhas Gerais do Executivo para a reforma Tributária.
Abril	Redução da taxa de redesconto do Banco Central de 25% para 20% O objectivo foi preservar a moeda nacional e a estabilidade dos preços, fazendo estimular o crescimento da economia nacional.
	Decreto Presidencial n.º 64 / 11 de 18 de Abril Aprova o regulamento do Contrato de Locação Financeira.
	Decreto Presidencial n.º 65 / 11 de 18 de Abril Aprova o regulamento sobre a Actividade das Sociedades de Locação Financeira.
	Decreto Presidencial n.º 95 / 11 de 28 Abril Aprova o regulamento da actividade das sociedades de cessão financeira também denominadas, usualmente, de «Factoring» e, do Contrato de «Factoring».
Maió	Aviso 01 / 2011 Implementação de medidas e procedimentos de identificação de Clientes suspeitos de branqueamento de capitais.
Junho	Instrutivo n.º 3 / 11 Define as regras de cálculo do Activo Ponderado pelo Risco para efeitos de cálculo do Racio de Solvabilidade Regulamentar.
	Aviso 02 / 2011 Introdução de regulamentação sobre a prestação de produtos e serviços financeiros.
	Aviso 03 / 2011 Regulamentação da prestação do serviço de remessa de valores cujo principal objectivo é regulamentar a saída de capitais.
	Aviso 4 / 2011 Restrição da concessão de crédito em moeda estrangeira às instituições financeiras angolanas. Através deste aviso o Banco Nacional de Angola restringe a concessão de crédito em moeda estrangeira. As instituições financeiras ficaram impedidas de realizar operações de crédito por desembolso em moeda estrangeira em quaisquer prazos. Excluem-se desta obrigatoriedade as operações de crédito a empresas com comprovadas receitas em moeda estrangeira, bem como as operações com o Estado.
	Aviso 05 / 2011 Regras prudenciais aplicáveis às sociedades cooperativas de crédito.

Data	Evento
Julho	Lei do Sistema de Pagamentos de Angola que visa o desenvolvimento do Sistema de Pagamentos de Angola (SPA) e a implementação do sistema Multicaixa, enquanto marca nacional de cartões de pagamento e rede de terminais partilhada e universal.
	Aviso 07 / 2011 Regulamentação da sociedade de micro-crédito.
	Aviso 08 / 2011 Introdução de regras para as sociedades cooperativas de crédito.
Setembro	Decreto Presidencial n.º 259 / 11 de 30 de Setembro Regula a concessão de crédito bancário para aquisição de habitação já construída ou em construção, construção e realização de obras de conservação e beneficiação de habitação própria permanente ou secundária, e aquisição de terreno para a construção de habitação própria permanente.
	Decreto Presidencial n.º 76 / 11 de 30 de Setembro Delega poderes ao Fundo de Fomento Habitacional, para celebrar Protocolos com as instituições financeiras visando a criação de condições financeiras e operacionais para o acesso e expansão do crédito à aquisição de habitação própria permanente.
Outubro	Decreto Presidencial n.º 265 / 11 14 de Outubro Regula o regime jurídico das Contas Poupança-Habitação.
	Aviso 09 / 2011 Regulamento dos cartões de pagamento bancário.
	Aviso 10 / 2011 Introdução da Taxa Básica de Juro – Taxa BNA.
	Introdução de novos instrumentos na gestão da tesouraria Os novos instrumentos permitiram um aumento de eficiência na gestão das Tesourarias dos Bancos, tais como os títulos com acordo de recompra e as facilidades permanentes de absorção e cedência de liquidez.
	Aviso 11 / 2011 – Publicação do novo quadro operacional para a Política Monetária Introduz a Taxa Básica de Juro do BNA, que é decidida uma vez por mês pelo Comité de Política Monetária (<i>Aviso 10 / 2011</i>) e a institucionalização da LUIBOR (Luanda Interbank Offered Rate) – <i>Aviso 12 / 2011</i> .
	Aviso 13 / 2011 Introdução de regulamentação para o Código de Conduta dos Mercados que veio assegurar a transparência e o relacionamento com regras, aos participantes do mercado interbancário (Política Monetária).
Dezembro	Aviso 14 / 2011 Introdução de regulamentação para o funcionamento das sociedades de cessão financeira (<i>factoring</i>).
	Aviso 15 / 2011 Regras para a implementação dos contratos de cessão financeira (<i>factoring</i>).
	Aviso 16 / 2011 Regras prudenciais das sociedades de locação financeira.
	Aviso 17 / 2011 Regulamentação para o funcionamento das sociedades de locação financeira (<i>leasing</i>).

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Actividade Comercial

Actividade Comercial

MERCADO BANCÁRIO EM ANGOLA E O BFA

MERCADO BANCÁRIO EM ANGOLA E O BFA

Desde 2008 que a população angolana tem aumentado a sua relação com a banca. Entre 2008 e 2011 registou-se um aumento de 72% do índice de bancarização da população com 15 ou mais anos, residentes na província de Luanda, segundo o estudo de mercado efectuado pela Marktest Angola denominado Angola All Media & Products Study – Luanda 2011 (AAMPS).

Durante o mesmo período, o BFA mais que duplicou a sua taxa de penetração (cerca de 1.45 vezes mais que o crescimento do índice de bancarização no mesmo período), finalizando o ano de 2011 com uma taxa de penetração na população com 15 ou mais anos residente em Luanda de 13.5%.

Durante o ano de 2011, o BFA distanciou-se do 2.º Banco ao nível da quota de mercado como Banco principal aumentando a diferença em 1.3 p.p., tendo conquistado uma quota de mercado de 31.5%.

Evolução do índice de Bancarização

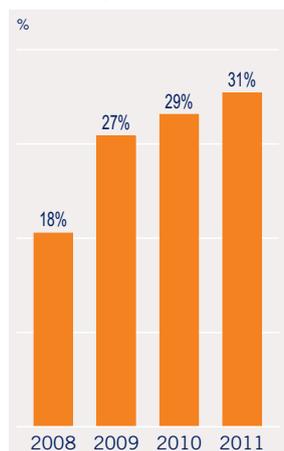


Gráfico 7

Taxas de Penetração em 2011

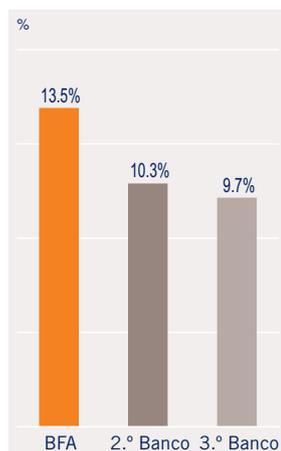


Gráfico 8

Evolução da quota de mercado como banco principal



■ BFA
■ 2.º Banco
■ 3.º Banco

Gráfico 9

O AAMPS avaliou também a satisfação dos inquiridos no que concerne aos serviços bancários, tendo concluído que 87% dos inquiridos estão satisfeitos com o BFA.

Realça-se, a melhoria da satisfação dos Clientes do BFA é obtida pela redução dos Clientes muito insatisfeitos em 3.5% comparativamente a 2010.

O estudo evidenciou, ainda, que o BFA melhorou o tempo de espera de atendimento quando comparado com 2010 em 7%.

BANCO DE FOMENTO ANGOLA

Com o objectivo de melhorar o acesso aos serviços bancários, o BFA promoveu ao longo de 2011 o alargamento da Rede de Distribuição de forma estrutural e segmentada. Deste modo foram abertos 16 novos Balcões, tendo encerrado o ano com 158 unidades comerciais, sendo 131 Agências, 8 Centros de Investimento, 14 Centros de Empresas e 5 Postos de Atendimento.

O Banco captou 129 mil novos Clientes elevando o total para 910 mil.

Recursos

Os recursos de Clientes registaram, em 2011, um crescimento de 11% atingindo os 6 182 M.US\$. O BFA detinha, em Dezembro, uma quota de 16.4% de depósitos, o que equivalia à terceira posição do mercado.

Crédito

A carteira de crédito e garantias, medida em dólares registou uma redução com base numa avaliação rigorosa do risco de crédito ficando fixada em 1 602 M.US\$, sendo o crédito em dólares americanos a componente mais expressiva desta rubrica. De acordo com as estatísticas do Banco Central, a quota de mercado do BFA era, em Dezembro de 2011, de 10.4% (para este efeito, considera-se que o crédito inclui empréstimos, Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro, bem como participações financeiras), percentagem que corresponde à quinta posição no mercado.

Banco de Fomento Angola Principais Indicadores

Valores em milhões de USD

	2010	2011	Δ%
Activo líquido total	6 450	7 062	9%
Crédito a Clientes ¹	1 892	1 421	(25%)
Crédito a Clientes e garantias	2 148	1 602	(25%)
Recursos de Clientes	5 566	6 182	11%
Situação Líquida	656	722	10%
Colaboradores	2 038	2 172	7%
Balcões	143	158	10%
ATM (n.º)	262	298	14%
POS (n.º)	2 018	2 908	44%
Clientes (x mil)	781	910	17%

1) Crédito a Clientes antes de provisões.

Quadro 9

Em 31 de Dezembro de 2011, 66% da carteira de crédito e garantias correspondia ao segmento das empresas e os restantes 34%, ao segmento dos particulares.

BANCA DE PARTICULARES E NEGÓCIOS

DIRECÇÃO DE PARTICULARES E NEGÓCIOS

Em 2011 deu-se continuidade à consolidação da estrutura organizativa da DPN, com destaque para o alargamento da rede comercial, com a abertura de 12 Agências e 1 Posto de Atendimento. Como resultado do alargamento da rede comercial foram nomeados novos Directores de Área. Esta medida visou reduzir o número de Balcões por Director de Área, proporcionando um acompanhamento das equipas e dos negócios mais eficaz.

Clientes

A DPN adoptou um programa de visitas a Clientes e a potenciais Clientes que resultou em mais de 9 600 visitas, que juntamente com a abertura de Balcões e a assinatura de protocolos, permitiu ao Banco captar mais de 129 mil Clientes que representa um acréscimo na captação de Clientes de 26% em relação ao ano 2010. No final de 2011 a DPN contava com uma carteira de Clientes superior a 900 mil.

Durante o ano de 2011 lançou-se uma campanha de captação de domiciliação de salários de Funcionários Públicos, tendo a DPN um envolvimento significativo nas acções comerciais de captação da domiciliação de salários dos Funcionários Públicos.

Em 2011, o número de Clientes com conta ordenado aumentou 23% face ao ano anterior, atingindo uma taxa de penetração 4.3% na base de Clientes.

Clientes e Serviços

Direcção de Particulares e Negócios	Valores em milhões de USD		
	2010	2011	Δ%
Clientes (n.º)	773 269	902 614	17%
BFA Net (n.º)	131 634	214 891	63%
Conta Ordenado (n.º)	31 453	38 648	23%
Cartões de Débito (n.º)	401 475	434 284	8%
Cartões de Crédito (n.º)	7 374	8 425	14%

Quadro 10

Com o objectivo de transferir a transacionalidade dos Balcões para os canais remotos, e deste modo, permitir aos Clientes uma maior comodidade no acesso ao Banco,

o número de Clientes aderentes ao BFA Net aumentou 83 257, mais 63% face a 2010, que resultou num aumento significativo da taxa de penetração do BFA Net, que em 2010 era de 17.4% e em 2011 passou para 24.0%.

Recursos e Crédito

No final de 2011 a carteira de Recursos de Clientes ascendia a 2 733.6 M.US\$ o que representa um crescimento de 14% no ano e a carteira de Crédito totalizava 387.3 M.US\$, valor idêntico ao observado no final de 2010.

Os Recursos de Clientes aumentaram 342.2 M.US\$ o que corresponde a um aumento de 14% no ano como referido anteriormente. Os depósitos à ordem contribuíram com 283.1 M.US\$ para o crescimento dos Recursos de Clientes.

Recursos de Clientes

Direcção de Particulares e Negócios	Valores em milhões de USD		
	2010	2011	Δ%
Depósitos à ordem	1 403 570	1 686 579	20%
Depósitos a prazo	986 297	1 046 063	6%
Outros recursos	1 522	983	(35%)
Recursos totais de Clientes	2 391 389	2 733 625	14%

Quadro 11

O Crédito Total a Clientes registou uma variação de -1% face ao ano anterior, o que reflecte a continuidade de uma política rigorosa na avaliação de riscos. Realça-se o crescimento da carteira de Crédito a Clientes em moeda nacional em 59.4 M.US\$ face a 2010, (+81%), tendo como contrapartida a diminuição do Crédito em moeda estrangeira.

Crédito a Clientes

Direcção de Particulares e Negócios	Valores em milhões de USD		
	2010	2011	Δ%
Crédito sobre Clientes	393 030	387 331	(1%)
Moeda nacional	73 068	132 436	81%
Moeda estrangeira	319 962	254 895	(20%)
Créditos totais de Clientes	393 033	387 335	(1%)

Quadro 12

DIRECÇÃO DE CENTROS DE INVESTIMENTO

Integrado na Banca de Particulares e Negócios, em resultado do processo de segmentação, o BFA disponibiliza uma rede específica para servir Clientes de elevado património ou com potencial de acumulação financeira – rede de Centros de Investimento cuja gestão é assegurada pela Direcção de Centros de Investimento.

Em 2011 a rede cresceu de 6 para 8 Centros de Investimento, como resultado da abertura dos Centros de Talatona e Solar de Alvalade. No âmbito deste crescimento, foi necessário reforçar a estrutura directiva com a nomeação de um Subdirector.



Em 2011 foi criado um Gabinete técnico que visa apoiar o trabalho dos Gestores e Responsáveis de Centro, controlando quer a qualidade de serviço, quer o cumprimento integral dos Normativos em vigor. Permite igualmente um melhor acompanhamento da evolução do grau de cumprimento dos objectivos comerciais e realização de acções correctivas para a concretização dos objectivos comerciais.

Clientes

A Carteira de Clientes aumentou 11%, como resultado da continuidade do plano de acção comercial focalizado num acompanhamento permanente dos Clientes e num plano de visitas intensivo. No final do ano a rede era responsável pelo acompanhamento de mais de 2 100 Clientes.

A Direcção dos Centros de Investimento era responsável no final de 2011 por 45% dos Recursos e 34% do Crédito da Banca de Particulares e Negócios. No decurso do ano, os Recursos aumentaram 18% e o Crédito teve uma variação negativa de 13%.

Recursos de Clientes

Direcção de Centros de Investimento	Valores em milhões de USD		
	2010	2011	Δ%
Depósitos à ordem	82.6	92.9	12%
Depósitos a prazo	965.6	1 149.4	19%
Outros recursos	1.3	1.0	(23%)
Recursos totais de Clientes	1 049.5	1 243.5	18%

Quadro 13

Crédito a Clientes

Direcção de Centros de Investimento	Valores em milhões de USD		
	2010	2011	Δ%
Crédito sobre Clientes	152 241	132 581	(13%)
Moeda nacional	8 394	21 340	154%
Moeda estrangeira	143 847	111 241	(23%)
Créditos totais de Clientes	152 241	132 581	(13%)

Quadro 14

BANCA DE EMPRESAS

A Banca de Empresas inclui a Direcção de Empresas, Direcção de Riscos de Crédito a Empresas, Direcção de Financiamentos Estruturados e Direcção de Operações de Imobiliário.

Em 2011 a Banca de Empresas prosseguiu o processo de reestruturação que vinha dos anos anteriores, tendo por objectivo melhorar a qualidade de serviço e o acompanhamento das Empresas Clientes, bem como reforçar a capacidade de intervenção no mercado potencial.

DIRECÇÃO DE EMPRESAS

A sua estrutura foi reforçada e passou de 4 para 5 Direcções Regionais.

Foi aberto mais um Centro de Empresas (em Talatona) que permitiu aumentar a rede para um total de 14 Centros.

Para apoiar a Direcção de Empresas foi ainda criada a Direcção de Apoio Operacional e Dinamização de Vendas, que irá arrancar com a sua actividade já no início de 2012, e que terá por principal missão: i) o acompanhamento e a normalização operacional dos processos na rede de empresas, e ii) dinamização das vendas e enfoque nos Clientes e resultados.

DIRECÇÃO DE RISCOS DE CRÉDITO A EMPRESAS

A Direcção de Riscos de Crédito a Empresas, nas Áreas de Concessão está a desenvolver um processo de análise e decisão de crédito para os principais Grupos de Empresas Clientes por forma a permitir uma informação mais estruturada e de melhor qualidade, apoiando e dando maior segurança aos vários níveis de decisão.

A Área de Acompanhamento e Recuperação de Crédito foi também reforçada, em particular nas componentes do apoio jurídico e de uma equipa dedicada a recuperação e contencioso.

DIRECÇÃO DE FINANCIAMENTOS ESTRUTURADOS

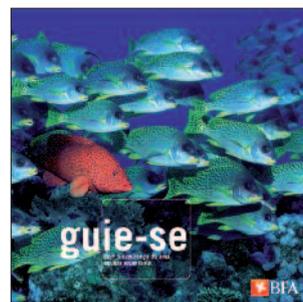
A Direcção de Financiamentos Estruturados (DFE) tem a sua principal actividade na estruturação de financiamentos com carácter de médio e longo prazo e com montagem jurídica complexa, designadamente:

- *Start-ups*;
- Grandes investimentos de projectos em risco *corporate*;
- Fusões & aquisições;
- Financiamentos estruturados ao Estado, a Organismos Públicos e / ou com garantia do Estado Angolano;
- Reestruturação de passivos em grandes Grupos Empresariais, com reforço de garantias.

Intervém ainda na montagem e estruturação de financiamentos de projectos com partilha de risco e / ou captação de *funding*, em Sindicatos Bancários ou com multilaterais públicas e privadas.

Os principais sectores de actividade das operações de crédito aprovadas foram a Distribuição Alimentar, Telecomunicações, Industria de Materiais de Construção, Ensino Superior, Saúde e Energia.

Para 2012 perspectiva-se, em paralelo com a evolução económica do País, um incremento da actividade desta Direcção nomeadamente ao nível de novos pedidos de financiamento.



Cartazes expostos em centros de investimento.

DIRECÇÃO DE OPERAÇÕES DE IMOBILIÁRIO

A Direcção de Operações de Imobiliário tem como principal missão avaliar os pedidos de financiamento e acompanhar a carteira de crédito cujo risco assenta em activos imobiliários ou nos resultados das actividades comerciais no sector imobiliário. Dessas operações destacam-se os projectos de promoção imobiliária e os projectos hoteleiros, que constituem a carteira de crédito imobiliária.

Seguindo a tendência do ano anterior, o ano de 2011 continuou a ser particularmente exigente na concessão e acompanhamento das operações de financiamento à construção. Não obstante esta realidade, foram aprovadas novas operações imobiliárias destinadas à construção de três projectos diferenciados nas províncias da Huíla e Benguela.

Face às perspectivas de crescimento da economia angolana para 2012, ao esforço na regulamentação do processo de constituição das garantias hipotecárias na concessão do crédito (empresas e particulares), bem como, o elevado número de projectos imobiliários residenciais destinados ao segmento mais carenciado da população, espera-se que a actividade desta Direcção venha a registar um incremento.

RECURSOS

Nos Recursos foi alcançado um crescimento de 5.2% para o que contribuíram decisivamente os Depósitos à ordem com +13.5%. Pesou negativamente o desempenho dos Depósitos a Prazo em Moeda Nacional (-45.2%) e que muito se ficou a dever à política de remuneração adoptada e à utilização destes recursos pelas empresas para apoiar a actividade no final do ano.

A evolução dos depósitos encontra-se intimamente relacionada com a regularização de dívidas do Estado,

tendo o BFA sido o principal Banco para onde os depósitos foram canalizados pelas empresas (ainda que indirectamente) depois de recebidos os pagamentos.

Recursos de Clientes

Banca de Empresas	Valores em milhões de USD		
	2010	2011	Δ%
Depósitos à ordem	1 173 085	1 330 831	13%
Depósitos a prazo	919 765	870 647	(5%)
Outros recursos	66 055	0	(100%)
Recursos Totais de Clientes	2 092 850	2 201 478	5%

Quadro 15

CRÉDITO

O Crédito sobre Clientes conheceu um retrocesso de 24.5% para o qual muito contribuiu:

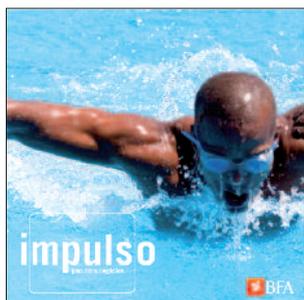
- O pagamento dos atrasados pelo Estado, permitiu às empresas liquidarem créditos correspondentes aos respectivos adiantamentos.
- A manutenção decorrente de uma política de grande exigência na concessão e acompanhamento do crédito às empresas, adoptando rigorosos critérios na avaliação de risco.

O Crédito sobre Clientes e o Crédito por Assinatura tiveram respectivamente uma queda de 23.0% e de 31.0%.

Crédito a Clientes

Banca de Empresas	Valores em milhões de USD		
	2010	2011	Δ%
Crédito sobre Clientes	1 055 794	812 926	(23%)
Moeda nacional	281 848	263 826	(6%)
Moeda estrangeira	773 946	549 100	(29%)
Crédito por assinatura	249 455	172 195	(31%)
Créditos totais de Clientes	1 305 249	985 121	(25%)

Quadro 16



Cartazes expostos em centros de empresas.

UNIDADE DE BUSINESS DEVELOPMENT

MISSÃO

A Unidade de Business Development (UBD) tem como missão:

- Prestar serviços de assessoria financeira e de banca de investimento a entidades Angolanas, sejam entidades governamentais, empresariais, públicas ou privadas, com vista ao desenvolvimento económico de Angola e do seu mercado financeiro;
- Apoiar e incentivar o investimento estrangeiro para Angola, através da oferta, de modo proactivo, de uma gama alargada de serviços de assessoria às empresas que queiram operar e crescer em Angola;
- Apoiar o BFA na montagem de operações de maior dimensão e complexidade.

Tendo a sua actuação articulada com a Unidade de Business Development do Banco BPI, a criação da UBD visa potenciar o posicionamento do BFA como o parceiro financeiro de referência das empresas que operam em Angola.

ACTIVIDADE

A actuação da UBD assenta num esforço contínuo de identificação de oportunidades de investimento em Angola, em particular nos sectores com maior potencial de desenvolvimento.

Este esforço de captação é efectuado, em paralelo, dentro e fora do território angolano, de forma a identificar os *players* que reúnam as melhores condições para promover as oportunidades identificadas.

Para tal, a UBD conta com uma equipa formada por profissionais angolanos e portugueses com significativa experiência e credenciais na actividade de banca de investimento e prestação de serviços de assessoria e consultoria financeira.

Ao longo dos últimos anos, a equipa da UBD desenvolveu um intenso esforço de marketing institucional da “*Angola’s Opportunity*” em diferentes geografias. Entre outras iniciativas, realizaram-se diversos roadshows em diferentes países, onde se procurou identificar potenciais interessados em abraçar oportunidades de investimento em Angola.

Esse esforço tem vindo a produzir bons resultados, através do apoio ao investimento em Angola por parte de empresas internacionais, cobrindo sectores como a agricultura e pescas, alimentação, bebidas, indústria transformadora, infra-estruturas, etc.

Na sequência de contactos exploratórios já desenvolvidos com alguns dos grandes *players* internacionais dos principais sectores críticos para o desenvolvimento económico de Angola e considerando a ampla experiência e *know-how* internacional do Grupo BPI no segmento da Banca de Investimento, a UBD está numa posição privilegiada para apoiar entidades Angolanas no processo de fazer acontecer o tão almejado desenvolvimento agrícola e industrial de Angola.

O ano 2011 revela um crescimento significativo da actividade comercial da UBD, tendo sido realizados quase 300 contactos directos ou reuniões com potenciais investidores.

Na sequência desse esforço comercial e de contacto permanente com entidades / empresas Angolanas e estrangeiras, a UBD angariou inúmeros mandatos de prestação de serviços de assessoria financeira.

Face às perspectivas de crescimento da economia Angolana em 2012, ao interesse crescente do investimento estrangeiro neste País e ao esforço que tem vindo a ser empreendido, por parte dos grupos e empresas presentes em Angola traduzidos numa maior profissionalização da sua gestão na reorganização e optimização das respectivas carteiras de negócios e activos, espera-se que a actividade da UBD continue a crescer de forma sustentada durante o exercício de 2012.

Gestão de riscos

Gestão de riscos

RISCO DE CRÉDITO

Face a uma situação em que grande parte das principais Empresas sentiu as dificuldades económicas e financeiras decorrentes de um cenário com características semelhante às do ano anterior – contenção do volume de investimento público em projectos e obras estruturais, e atrasos nos pagamentos às empresas fornecedoras do Estado (resolvidos parcialmente nos últimos meses) – o BFA manteve os níveis de exigência na análise e concessão de crédito.

A equipa da Direcção de Crédito a Particulares procurou concentrar a concessão de crédito em Colaboradores de entidades com as quais o Banco subscreveu protocolos que incorporam mecanismos de partilha de risco.

Viu ainda reforçada a sua estrutura com uma equipa dedicada em exclusivo ao tratamento de processos de crédito vencido com a via negocial esgotada, tendo em vista a propositura de acções judiciais. Espera-se que o esforço desenvolvido se traduza em resultados já em 2012.

A análise específica de créditos a empresas prosseguiu no aprofundamento e sistematização dos princípios estabelecidos no Regulamento Geral de Crédito, em particular na recolha, verificação e análise crítica da informação relativa ao Cliente bem como às operações de financiamento propostas.

A fixação de um limite de exposição do Banco em cada Cliente dependerá sempre da capacidade de cumprir o serviço da dívida, bem como um juízo sobre eventuais garantias pessoais, reais ou financeiras. No caso de empresas ou grupos de empresas, as operações são analisadas na óptica de grupo, fazendo-se a agregação das respectivas responsabilidades.

Na Área da Recuperação de Crédito a equipa foi reforçada na vertente do Contencioso, procedimento ao qual o BFA tem dedicado uma especial atenção, dirigida aos dossiers cuja resolução pela via negocial não tem tido resultados satisfatórios.

Processo e política de concessão de crédito

A exigência na informação e documentação de suporte às operações de crédito na Banca de Particulares e na Banca de Empresas, permaneceu como factor crítico para a cuidada análise das operações de crédito no Banco, contribuindo desta forma para uma evolução no sentido de uma apresentação ainda mais transparente da informação económico-financeira.

Paralelamente, tendo em vista a progressiva melhoria da qualidade da carteira intensificou-se a prática de constituição de garantias reais e financeiras.

Em 2011 saúda-se o lançamento da Central de Informação de Risco de Crédito do Banco Nacional de Angola com destacado contributo e participação do BFA.

Desde o início do ultimo trimestre que todos os Bancos a operar no País (desde que participem no envio de informação mensal para a Base de dados) têm acesso remoto às informações sobre responsabilidades e respectiva classificação de Risco, para todos os seus Clientes.

Esta informação, agora disponível, veio reforçar de forma relevante os elementos de suporte às decisões de crédito.

NÍVEIS DE INCUMPRIMENTO, PROVISIONAMENTO E RECUPERAÇÃO

A persistência de dificuldades económico-financeiras para grande parte das empresas não permitiu um desenvolvimento significativo de reestruturações bem sucedidas, tendo-se verificado o esgotamento das vias negociais.

Neste contexto verificou-se um aumento do total de crédito vencido da carteira, que atingiu 86 M.US\$ (6.4% da carteira total).

Valores em milhões de USD

	2010	Em % da carteira de crédito	2011	Em % da carteira de crédito
Crédito Vencido	66.3	4.1%	86	6.40%
Provisões sobre Crédito	111.4	7.0%	105.1	6.60%

Quadro 17

A cobertura do crédito vencido por provisões, apesar de se ter reduzido, mantém ainda um nível confortável, apresentando um rácio de 122%.

Imparidades

O BFA tem implementada uma prática sistemática de análise de imparidades / provisões económicas na Banca de Empresas, revistas mensalmente, com o objectivo de relevar nas suas contas a perda potencial estimada nos créditos em incumprimento.

O Banco tem vindo de forma gradual e persistente a avaliar a qualidade dos seus activos, actualizando o valor das garantias.

Este processo, de determinação do provisionamento adequado da carteira de crédito, aplicado numa primeira fase aos créditos em incumprimento, está em processo de alargamento à totalidade da carteira da Banca de Empresas.

Crédito Abatido ao Activo

Conforme disposto no *Aviso BNA n.º 04 / 2011* de 8 de Junho, o BFA procedeu ao abate contabilístico de diversas operações, classificadas na Classe de Risco G há mais de 180 dias. No caso do segmento de Particulares e Negócios significou um total de 775 operações no valor global de 6.9 M.US\$, enquanto o segmento de Empresas efectuou o mesmo movimento contabilístico para 56 operações no montante total de 11.5 M.US\$.

Embora a expressão contabilística destes créditos aponte para perda total, as correspondentes operações continuam a fazer parte do objecto de actuação da Área de Recuperação de Crédito.

RISCO CAMBIAL

O conceito de Risco Cambial reflecte a variação potencial que pode ser registada nos Resultados ou no Capital do Banco em resultado de alterações da taxa de câmbio tendo em conta a manutenção de posições longas ou curtas nos mercados à vista ou de futuros.

A gestão do Risco de Taxa de Câmbio de Posições Estruturais ou resultantes do negócio com os Clientes do Banco encontra-se delegada à Direcção Financeira e Internacional, tendo em conta os limites de posição por moeda definidos no Manual de Limites e Procedimentos.

Neste âmbito, o Banco procura de forma activa minimizar o Risco Cambial, mantendo para cada moeda as suas posições activas e passivas niveladas. No que respeita à moeda externa, o BFA opera principalmente com Dólares Norte-Americanos e a exposição a outras moedas possui carácter residual.

O acompanhamento e monitorização da Posição Cambial é feito através da análise de um Relatório Diário sobre a Posição Cambial, e do Relatório Mensal apresentado no Dossier de Gestão de Riscos. De acordo com a Regulamentação Prudencial, é produzido ainda um Relatório de Exposição Cambial que engloba a exposição cambial das Rubricas Extra-Patrimoniais para além das Posições Activas e Passivas nas diversas moedas.

Em 2011, o Banco transaccionou com os seus Clientes, um Volume total de Vendas de Divisas no valor de 3 528 M.US\$. Deste montante, 2 201 M.US\$ foram adquiridos no Mercado Primário, por intermédio dos leilões do BNA, o que representou uma quota de mercado anual de 14.5%. O restante valor foi captado no Mercado Secundário, essencialmente originado pela compra de divisas a Clientes.

RISCO OPERACIONAL

O Banco tem efectuado uma aposta crescente na gestão e mitigação do risco operacional, com o reforço das suas equipas e investimentos dedicados a este objectivo.

Relativamente à fraude interna e externa, a Direcção de Auditoria, Inspeção e Segurança, manteve a sua actividade na realização de auditorias aos pontos de venda e serviços centrais, privilegiando os trabalhos de campo, mais frequentes de curta duração e de âmbito mais direccionado que permitem abranger um maior número de órgãos e processos, contribuindo assim para manter em observação e prevenir situações recorrentes.

O BFA passou a integrar na sua estrutura uma Área de Compliance com a incumbência de implementar as políticas de compliance e do combate ao branqueamento de capitais, mantendo de forma planeada uma relação com os Supervisores / Reguladores e outras Instituições Financeiras.

Em 2011 o Banco iniciou o desenvolvimento de um projecto estrutural, de médio prazo, que visa abordar de forma abrangente e sistemática as principais fontes de risco operacional das operações bancárias realizadas na rede Comercial: o emudar@bfa.

Este projecto vai implementar um novo *front-end*, suportado numa nova camada applicacional de gestão de processos. Com a adopção desta nova infra-estrutura e metodologias associadas serão redesenhados os processos visando incrementar a robustez dos mesmos e, em simultâneo, aumentar a eficiência operacional.

O projecto emudar@bfa compreende ainda um novo modelo de gestão de acessos aos sistemas informáticos e um novo processo de autorizações. Este último reproduz na íntegra os poderes emanados do Conselho de Administração garantido a correcta e adequada tomada de decisão e segregação de funções.

Por último, no âmbito do projecto está ainda considerado um sistema de gestão documental o qual prevê o arquivo central digitalizado de toda a documentação de suporte aos processos.

Em 2011 foi elaborado o detalhe funcional, com amplo envolvimento das diferentes áreas do Banco e, ao longo de 2012, prosseguindo pelo ano de 2013, vai-se proceder à instalação, de forma faseada e modular, a todo o Banco.

Para além do desenvolvimento e actualização dos normativos e procedimentos internos para responder a alterações regulamentares e à mitigação de riscos operacionais detectados, há igualmente a destacar, a finalização da instalação de um Arquivo Central do Banco, assegurando um maior controlo e segurança na guarda dos documentos, bem como o envio regular de informação para Central de Riscos de Crédito do BNA, ferramenta central para o suporte à análise e concessão de crédito.

Análise financeira

Análise financeira

INTRODUÇÃO

Principais indicadores

Valores em milhões de USD

	Dez. 10	Dez. 11	Δ%
Activo total	6 450.3	7 062.4	9.5%
Crédito a Clientes ¹	1 575.0	1 321.0	(16.1%)
Recursos de Clientes	5 566.4	6 181.8	11.1%
Situação líquida	655.6	722.4	10.2%
Produto bancário	424.0	425.2	0.3%
Custos de estrutura ²	141.3	157.8	11.7%
Resultado de exploração	303.4	289.9	(4.5%)
Lucro líquido	261.8	253.0	(3.3%)
Cash flow líquido ³	313.5	289.9	(7.5%)
Rendibilidade do activo total [ROA]	4.2%	3.7%	(0.5%)
Rendibilidade dos fundos próprios [ROE]	43.3%	36.7%	(6.5%)
Custos de estrutura / produto bancário	33.1%	37.1%	4.0%
Rácio solvabilidade	30.9%	31.4%	0.5%
Crédito a Clientes vencido em % do crédito a Clientes	4.0%	6.1%	2.1%
Cobertura do crédito vencido por provisões de crédito	167.7%	122.2%	(45.5%)
Cobertura do crédito por provisões de crédito	6.5%	7.5%	1.0%
Número de balcões ⁴	143	158	15
Número de Colaboradores	2 038	2 172	134

1) Crédito líquido de provisões.

2) Inclui custos com pessoal, fornecimento e serviços de terceiros, outros custos de exploração e depreciações e amortizações.

3) Calcula-se somando ao resultado líquido do exercício as provisões e as depreciações e amortizações.

4) Agências + Centros de Empresas + Centros de Investimento + Postos de Atendimento.

Quadro 18

No ano de 2011 observou-se a continuação da recuperação económica iniciada no ano anterior, induzida principalmente pela manutenção do preço do petróleo em níveis elevados, o que permitiu a continuação da subida do nível das reservas internacionais de Angola, que no final do ano totalizavam 25.9 Mil M.US\$.

O Activo Total ascendeu a 7 062.4 M.US\$ em Dezembro de 2011, comparando com 6 450.3 M.US\$ em Dezembro de 2010.

Os Recursos de Clientes registaram um aumento de 11.1% face aos 5 566.4 M.US\$ atingidos em Dezembro de 2010, tendo alcançado no final de Dezembro de 2011 o valor de 6 181.8 M.US\$, crescimento esse repartido de forma equilibrada entre moeda nacional e moeda estrangeira.

O Lucro Líquido cifrou-se em 253.0 M.US\$ em 2011, representando uma redução de 3.3% face aos 261.8 M.US\$ registados em 2010, negativamente influenciado pelo desempenho da rubrica de custos de estrutura (+13.2%).

Ao longo de 2011 verificou-se uma relativa estabilidade da situação cambial em resultado de uma desvalorização moderada de 2.85% do Kwanza face ao Dólar, ligeiramente abaixo dos 3.8% verificados em 2010.

BALANÇO

Balanço em 31 de Dezembro de 2010 e 2011

Valores em milhões

	2010		2011		Δ%
	AKZ	USD	AKZ	USD	
Activo líquido					
Disponibilidades	116 661.4	1 259.3	121 846.5	1 278.8	1.6%
Aplicações totais	463 180.4	4 999.6	530 127.0	5 563.8	11.3%
Aplicações em instituições de crédito	57 780.2	623.7	132 603.3	1 391.7	123.1%
Crédito sobre Clientes	145 913.2	1 575.0	125 869.9	1 321.0	-16.1%
Aplicações em títulos	259 487.0	2 800.9	271 653.8	2 851.1	1.8%
Imobilizado líquido	14 389.6	155.3	16 008.1	168.0	8.2%
Outros activos	3 343.8	36.1	4 939.6	51.8	43.6%
Total do activo	597 575.2	6 450.3	672 921.1	7 062.4	9.5%
Passivo					
Recursos de instituições de crédito	8 767.2	94.6	4.4	0.0	-100.0%
Depósitos de Clientes	515 686.0	5 566.4	589 013.7	6 181.8	11.1%
Outros passivos	6 547.3	70.7	8 355.7	87.7	24.1%
Provisões para riscos e encargos	5 841.4	63.1	6 711.7	70.4	11.7%
Capitais próprios e equiparados	60 733.2	655.6	68 835.5	722.4	10.2%
Total do passivo e capital	597 575.2	6 450.3	672 921.1	7 062.4	9.5%

Quadro 19

Em 31 de Dezembro de 2011, o total do activo líquido era de 7 062.4 M.US\$ (crescimento de 9.5% face a igual período de 2010), traduzindo um crescimento absoluto no ano de 612.1 M.US\$.

O crescimento verificado no activo reflecte essencialmente o aumento da componente de aplicações totais em 11.3%, com destaque para a variação ocorrida na rubrica das aplicações em instituições de crédito de 123.1%.

O crescimento das aplicações em instituições de crédito resulta do aumento dos depósitos de Clientes e da diminuição verificada na carteira de crédito.

O passivo foi positivamente influenciado pelo crescimento dos depósitos de Clientes em 11.1% (615.4 M.US\$), em particular, os depósitos à ordem que cresceram 16.9%. De referir também a redução na rubrica de recursos de instituições de credito em praticamente 100%.

Os capitais próprios e equiparados tiveram um aumento de 10.2% face ao valor de 2010, tendo em conta o crescimento das Reservas por Incorporação dos Resultados apurados em 2010, após o pagamento dos Dividendos do Exercício aos Accionistas do Banco.

Composição do Balanço do BFA em 2011



Gráfico 10

Os recursos de Clientes representam 87.5% do financiamento do activo do BFA, sendo que estes, em conjunto com os recursos próprios, asseguram o financiamento praticamente integral do activo, por força da actividade pouco expressiva noutras frentes de obtenção de fundos.

A composição do balanço reflecte ainda um montante de crédito concedido relativamente reduzido de 18.7%, quando comparado com o volume de depósitos captados, de 87.5%, e demonstra a tendência de aplicação da liquidez, maioritariamente em Títulos (40.4%). O rácio de transformação dos recursos em crédito em Dezembro de 2011 era de 21.4%. ▶

Carteira de títulos

A carteira de títulos do BFA é constituída maioritariamente por emissões de Dívida Pública Angolana, e ascendia em 31 de Dezembro de 2011, a 2 851.1 M.US\$, o que representa 40.4% do activo total

do Banco. Face a 2010 a carteira registou um aumento de 50.1 M.US\$, resultante essencialmente da carteira de títulos detidos até ao vencimento, em particular dos Bilhetes do Tesouro, com maturidades até um ano.

Carteira de títulos

Valores em milhões

	2010		2011		ΔUSD
	AKZ	USD	AKZ	USD	
Carteira de Negociação	8 944.0	96.5	1 410.5	14.8	(81.7)
Bilhetes do Tesouro	8 921.4	96.3	1 376.9	14.5	(81.8)
Outros	22.7	0.2	33.6	0.4	0.1
Carteira de Detidos até ao Vencimento	250 543.0	2 704.4	270 243.3	2 836.2	131.9
Bilhetes do Tesouro	16 409.0	177.1	36 967.4	388.0	210.9
Títulos do Banco Central	89 387.7	964.9	96 722.7	1 015.1	50.3
Obrigações Tesouro (Usd)	38 409.3	414.6	41 114.9	431.5	16.9
Obrigações Tesouro (IPC)	19 302.9	208.4	5 409.7	56.8	(151.6)
Obrigações Tesouro (Indexadas ao Usd)	87 034.1	939.5	90 028.5	944.9	5.4
Outros	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Total	259 487.0	2 800.9	271 653.8	2 851.1	50.1

Quadro 20

Os títulos de curto prazo (Bilhetes do Tesouro e Títulos do Banco Central) representavam 49.7% do total da carteira, sendo o restante constituído por títulos de médio prazo (Obrigações do Tesouro).

Em termos de moeda de referência, os títulos emitidos em moeda nacional (BT's, TBC's e OT's indexadas ao IPC), representavam 51.7% da carteira, enquanto que os títulos denominados ou indexados ao USD, representavam os restantes 48.3%.

Comparando com 2010, a evolução da carteira reflecte a política de emissão do Estado angolano em 2011, com a concentração do mercado primário de dívida pública quase exclusivamente nos Bilhetes do Tesouro.

O Banco classificou títulos na categoria de detidos até ao vencimento, pois tem a intenção e a capacidade financeira de os manter até ao respectivo vencimento.

Crédito a Clientes

O volume de crédito sobre Clientes, antes da dedução de provisões, cifrou-se em 1 334.9 M.US\$ em 31 de Dezembro de 2011, o que representa uma quebra de 17.2% face a igual período de 2010. Entretanto, destaca-se o crescimento do crédito em moeda nacional, que passou de 342.8 M.US\$ em 2010 para 447.4 M.US\$ em 31 de Dezembro de 2011, o que corresponde a um crescimento de 30.5%.

Sendo assim, em termos relativos, o crédito em moeda nacional aumentou o seu peso na carteira total de crédito, que passou de 21% em 2010, para 34% em 2011.

Crédito a Clientes

Valores em milhões

	2010		2011		Δ%
	AKZ	USD	AKZ	USD	
1. Crédito Total	179 262.5	2 147.8	152 675.0	1 602.3	(25.4%)
1.1 Crédito sobre Clientes	149 411.6	1 612.8	127 193.0	1 334.9	(17.2%)
Crédito Moeda Nacional	31 759.3	342.8	42 626.9	447.4	30.5%
Crédito Moeda Estrangeira	117 652.3	1 270.0	84 566.1	887.5	(30.1%)
1.2 Créditos e Juros Vencidos	6 153.0	66.4	8 191.0	86.0	29.4%
1.3 Créditos por Assinatura	23 697.9	255.8	17 291.0	181.5	(29.1%)
2. Provisões Totais de Crédito	10 320.1	111.4	10 013.5	105.1	(5.7%)
2.1 Provisões Específicas	9 651.4	104.2	9 514.1	99.9	(4.2%)
Para Crédito e Juros Vencidos	2 862.1	30.9	3 986.6	41.8	35.4%
2.2 Para Riscos Gerais de Crédito	668.6	7.2	499.4	5.2	(27.4%)
3. Crédito Líquido de Provisões	145 913.1	1 575.0	125 869.9	1 321.0	(16.1%)
Do qual: Crédito e Juros Vencidos	3 290.9	34.5	4 204.4	44.1	27.9%

Quadro 21

O volume de Crédito Vencido ascendeu aos 86.0 M.US\$ em Dezembro de 2011, face aos 66.4 M.US\$ registados em igual período de 2010, registando deste modo um aumento de 29.4%.

A qualidade da Carteira de Crédito avaliada pelos indicadores de incumprimento, nomeadamente o Rácio de Crédito Vencido há mais de 30 dias, subiu de 4.0% em 2010 para 6.1% em 2011, reflexo de um aumento do Crédito Vencido de 19.5 M.US\$. Esta evolução do Crédito Vencido, em conjunto com a diminuição da Carteira de Crédito, reflecte-se também no Rácio de Cobertura do Crédito Vencido por Provisões Específicas e por Provisões Totais de Crédito (específicas e genéricas) que passou de 46.5% e 167.7% para 48.7% e 122.2%, respectivamente.

Aplicações em instituições de crédito

As aplicações em instituições de crédito aumentaram significativamente, tendo alcançado o valor de 1 391.7 M.US\$ em Dezembro de 2011. Este resultado é reflexo da aplicação de moeda nacional em operações de “Reverse Repos” com o Banco Central e da aplicação da liquidez em moeda estrangeira, em consequência da redução da carteira de crédito.

A totalidade da liquidez excedentária em moeda estrangeira é canalizada para aplicações em instituições financeiras fora do País.

Aplicações em instituições de crédito

Valores em milhões

	2010		2011		Δ%
	AKZ	USD	AKZ	USD	
Aplicações em IC	57 780.2	623.7	132 603.3	1 391.7	123.1%
No País	0.0	0.0	31 542.7	331.0	-
No estrangeiro	57 780.2	623.7	101 060.7	1 060.6	70.1%
Total	57 780.2	623.7	132 603.3	1 391.7	123.1%

Quadro 22

Recursos de Clientes

A carteira de recursos totais dos Clientes evidenciou um aumento 11.1% (615.4 M.US\$), totalizando 6 181.8 M.US\$ em Dezembro de 2011, contra os 5 566.4 M.US\$ em igual período de 2010.

Contribuíram significativamente para este desempenho, os recursos em moeda nacional, que totalizaram 2 214 M.US\$, o que traduz um crescimento de 330.1 M.US\$ em termos absolutos. Na componente dos recursos em moeda estrangeira também se verificou uma evolução positiva, com um acréscimo no ano de 285.4 M.US\$.

Recursos de Clientes

Valores em milhões

	2010		2011		ΔUSD
	AKZ	USD	AKZ	USD	
Depósitos à ordem	246 619.2	2 662.0	296 609.0	3 113.0	16.9%
Moeda nacional	104 488.9	1 127.9	133 060.4	1 396.5	23.8%
Moeda estrangeira	142 130.3	1 534.2	163 548.6	1 716.5	11.9%
Depósitos a prazo	269 066.9	2 904.3	292 404.4	3 068.8	5.7%
Moeda nacional	70 047.7	756.1	77 896.5	817.5	8.1%
Moeda estrangeira	199 019.1	2 148.2	214 507.9	2 251.3	4.8%
Outros recursos	0.0	0.0	0.0	0.0	-
Total	515 686.0	5 566.4	589 013.7	6 181.8	11.1%

Quadro 23

Os recursos de Clientes em moeda estrangeira que totalizaram em Dezembro de 2011, o montante de 3 967.8 M.US\$, apresentam um peso de 64.2% sobre a carteira de recursos totais.

O crescimento dos recursos deu-se essencialmente na vertente dos depósitos à ordem, sobretudo em moeda nacional, que aumentaram 23.8%, cerca de 268.6 M.US\$.

Valores em milhões de USD

	2010	2011	Δ%
Depósitos à ordem	2 662.0	3 113.0	16.9%
Depósitos a prazo	2 904.3	3 068.8	5.7%

Quadro 25

Rácio de transformação

Na estrutura do balanço, o rácio de transformação dos recursos em crédito desceu de 28.3% em 2010 para 21.4% em 2011, devido quer ao aumento dos recursos de Clientes em 11.1%, quer também à diminuição do saldo da carteira do crédito concedido a Clientes de 16.1%.

Valores em milhões de USD

	2010	2011	Δ%
Moeda nacional	1 884.0	2 214.0	17.5%
Moeda estrangeira	3 682.4	3 967.8	7.7%

Quadro 24

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Conta de exploração

Valores em milhões

	2010		2011		Δ%
	AKZ	USD	AKZ	USD	
1. Margem financeira [MF] = [P - C]	25 123.1	273.2	25 261.4	269.1	(1.5%)
2. Margem complementar [MC]	13 879.1	150.9	14 666.1	156.1	3.5%
3. Produto bancário [PB] = [MF + MC]	39 002.2	424.0	39 927.5	425.2	0.3%
4. Encargos administrativos [EA]	10 986.3	119.4	12 690.6	135.2	13.2%
5. Cash flow exploração [PB - EA]	28 015.9	304.6	27 236.9	290.0	(4.8%)
6. Resultados extraordinários [RX] = [G - P]	(110.5)	(1.2)	(25.4)	(0.1)	(89.5%)
7. Resultado de exploração [RE] = [PB - EA + RX]	27 905.4	303.4	27 211.5	289.9	(4.5%)
8. Provisões e amortizações [PA]	4 767.2	51.7	3 465.1	36.9	(28.6%)
9. Resultados antes de impostos [RA] = [RE - PA]	23 138.2	251.8	23 746.4	253.0	0.5%
10. Impostos s/ lucros [IL]	(929.6)	(10.0)	0.0	0.0	(100.0%)
11. Resultado do exercício [RE] = [RA - IL]	24 067.8	261.8	23 746.4	253.0	(3.3%)
12. Cash flow do exercício [CF] = [RE + PA]	28 835.0	313.5	27 211.5	289.9	(7.5%)

Quadro 26

O BFA encerrou o ano de 2011 com um resultado líquido de 253.0 M.US\$, valor que quando comparado com o obtido em 2010 (261.8 M.US\$) revela um decréscimo de 3.3%.

Destaca-se da análise da conta de exploração, o impacto positivo na constituição de amortizações e provisões abaixo dos níveis de 2010. Foram constituídas em 2011, menos 14.8 M.US\$ de Provisões que no exercício de 2010, em parte resultante da redução verificada na carteira de crédito.

A nível fiscal importa destacar que a redução verificada, se refere ao registo, em 2010, de um ganho de 10 M.US\$ por via de uma revisão da estimativa de Imposto Industrial a pagar, relativo ao exercício de 2009, na qual se apuraram prejuízos fiscais. Estes prejuízos fiscais são reportáveis durante 3 anos e dado que o seu montante é superior à carga fiscal apurada para o exercício de 2011 levou a que não se considerasse qualquer custo adicional com Imposto Industrial a 31 de Dezembro de 2011.

Margem financeira

A Margem Financeira totalizou 269.1 M.US\$ em 2011 contra 273.2 M.US\$ contabilizados em 2010. Esta evolução traduz uma redução quer nos proveitos quer nos custos, em virtude da forte descida nas taxas de juro

verificadas no mercado doméstico. A composição das aplicações do Banco influenciou também os proveitos, verificando-se que a remuneração dos créditos se reduziu cerca de 21.4 M.US\$ face ao mesmo período de 2010.

Margem financeira

Valores em milhões

	2010		2011		ΔUSD
	AKZ	USD	AKZ	USD	
Proveitos	41 476.1	450.9	40 588.1	432.6	(18.3)
Custos	16 353.0	177.7	15 326.9	163.5	(14.2)
Margem Financeira	25 123.1	273.2	25 261.3	269.1	(4.1)

Quadro 26

Do lado da evolução dos custos da margem destaca-se a redução do custo dos depósitos de Clientes em 12.6 M.US\$, derivado do efeito líquido entre o ajustamento das taxas de juro do mercado e o crescimento dos montantes captados.

Dezembro de 2011 para 156.1 M.US\$ face ao resultado de 150.9 M.US\$ em Dezembro de 2010, suportado por forte desempenho dos outros proveitos líquidos.

Margem complementar

A margem complementar que agrega os proveitos de comissões (líquidas), resultados em operações financeiras e outros proveitos de exploração (líquidos), cresceu em

A estrutura da margem complementar confirma a manutenção dos lucros em operações financeiras como a sua principal componente. Apesar de algumas alterações nos valores absolutos de cada rubrica manteve-se a mesma estrutura na composição da margem complementar quando comparada com 2010.

Margem complementar

Valores em milhões

	2010		2011		ΔUSD
	AKZ	USD	AKZ	USD	
Lucros em operações financeiras	8 308.2	90.3	8 314.1	88.5	(2.0%)
Comissões líquidas	2 310.7	25.1	2 357.2	25.1	0.0%
Outros proveitos líquidos	3 260.1	35.4	3 994.8	42.4	19.8%
Margem complementar	13 879.1	150.9	14 666.1	156.1	3.5%

Quadro 27

Custos de estrutura

Os custos de estrutura do Banco, que agregam os custos com o pessoal, fornecimentos e serviços de terceiros e amortizações subiram de 141.3 M.US\$ em 2010 para 157.8 M.US\$ em 2011. Este crescimento de 11.7% explica-se, em grande parte, pelo alargamento da Rede Comercial, aumentando os custos com pessoal em 11.9% e o valor da rubrica de fornecimentos e serviços

de terceiros em 12.4%. As amortizações do exercício registaram também um crescimento de 5.4%.

Este aumento nos custos, em conjugação com a manutenção do produto bancário traduziu-se numa subida do rácio *cost-to-income* de 33.3% em 2010 para 37.1% em 2011.

Custos de estrutura

Valores em milhões

	2010		2011		Δ%
	AKZ	USD	AKZ	USD	
Custos com pessoal (I)	6 078.7	66.1	6 937.3	73.9	11.9%
Fornecimento e serviços de terceiros (II)	5 485.3	59.6	6 292.7	67.0	12.4%
Outros custos gerais (III)	71.9	0.8	120.9	1.3	63.3%
Custos de funcionamento (IV = I+II+III)	11 635.9	126.5	13 350.9	142.2	12.4%
Amortizações (V)	1 360.8	14.8	1 464.4	15.6	5.4%
Custos de estrutura (V = IV+V)	12 996.8	141.3	14 815.3	157.8	11.7%
Recuperação de custos (VII)	649.6	7.1	649.6	7.0	(0.4%)
Encargos administrativos (VI-V-VII)	10 986.3	105.5	12 701.3	135.2	28.1%
Resultados extraordinários	(110.5)	(1.2)	(25.4)	(0.1)	-
Cost-to-income	33.3%	33.3%	37.1%	37.1%	3.8%

Quadro 28

GESTÃO DO CAPITAL

Capitais próprios e equiparados

Em 31 de Dezembro de 2011, o agregado “Capitais Próprios e Equiparados” ascendia a 722.4 M.US\$, o que representa um crescimento de 66.8 M.US\$ face ao ano anterior, explicado pela variação positiva da rubrica das reservas que passaram de 355.8 M.US\$ em 2010 para 432.5 M.US\$ em 2011, contrabalançada pela variação

negativa do resultado do exercício, que sofreu uma variação de -3.3%.

Em 2011 não houve qualquer alteração ao nível do capital social registado em AKZs, avaliado em 37 M.US\$.

Capitais próprios e equiparados

Valores em milhões

	2010		2011	
	AKZ	USD	AKZ	USD
Capital	3 522.0	38.0	3 522.0	37.0
Fundos	0.0	0.0	0.0	0.0
Reservas	33 143.4	355.8	41 567.2	432.5
Resultados transitados	0.0	0.0	0.0	0.0
Resultados do exercício	24 067.8	261.8	23 746.4	253.0
Total	60 733.2	655.6	68 835.5	722.4

Quadro 29

Fundos próprios regulamentares

Foi publicado pelo BNA no dia 8 de Junho de 2011, o *Instrutivo n.º 03 / 2011* em complemento da regulamentação em vigor, nomeadamente, o *Aviso n.º 05 / 2007* de 26 de Setembro e o *Instrutivo n.º 06 / 2007* de 12 Setembro referente ao rácio de solvabilidade regulamentar das instituições financeiras, que introduz alterações na forma de cálculo quer dos activos ponderados pelo risco, quer dos fundos próprios regulamentares.

As principais alterações foram:

- O agravamento do coeficiente de risco nas rubricas do activo em moeda estrangeira para efeito de cálculo do activo ponderado;
- A eliminação das provisões genéricas do cálculo dos fundos próprios complementares.

Os fundos próprios totais ascendiam a 712.8 M.US\$, em Dezembro de 2011, apresentando uma evolução positiva face a 2010, por força do aumento dos fundos próprios de base de 640.3 M.US\$ em 2010, para 706.2 M.US\$ em 2011.

Apesar do agravamento referido para os activos em moeda estrangeira e do crescimento do activo total em 2011 em 612.1 M.US\$, os activos ponderados pelo risco apresentam uma variação de apenas 87.9 M.US\$, tendo atingido o valor de 2 273.6 M.US\$ em Dezembro de 2011. Esta situação justifica-se pelo facto do crescimento do Balanço ter ocorrido essencialmente nas componentes que possuem ponderadores de risco mais baixos, e pela diminuição da componente crédito, cujo ponderador para efeitos de cálculo de risco é mais agravado.

O rácio situou-se a 31.4.% em Dezembro de 2011, verificando-se um ligeiro aumento face ao valor de 2010 (30.9%).

De acordo com o estabelecido pelo BNA no *Instrutivo n.º 03 / 2011*, o rácio de solvabilidade regulamentar apurado para o BFA, a 31 de Dezembro de 2011, foi de 25.5%, sendo que o mínimo requerido é 10%.

Rácio de solvabilidade	Valores em milhões de USD				
	2007	2008	2009	2010	2011
Activos ponderados	2 039.7	2 447.0	2 369.1	2 185.7	2 273.6
Fundos próprios de base	363.1	544.4	539.5	640.3	706.2
Fundos próprios complementares	80.8	38.9	17.5	34.1	6.6
Total fundos próprios	441.9	583.3	557.0	674.4	712.8
Rácio solvabilidade¹	21.7%	23.8%	23.5%	30.9%	31.4%
Rácio solvabilidade regulamentar	-	-	-	-	25.5%

1) Não se considerou o Coeficiente de Risco Cambial.

Quadro 30

Proposta de aplicação dos resultados



O resultado obtido no exercício de 2011, no valor de 23 746 380 087.20 Kwanzas, terá a seguinte aplicação:

- Para reservas livres: um valor correspondente a 35% do resultado obtido, ou seja, 8 311 233 031.50 Kwanzas;
- Para dividendos: um valor correspondente a 65% do resultado obtido, ou seja, 15 435 147 056.70 Kwanzas.

O Conselho de Administração

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.



Demonstrações financeiras e notas

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	Notas	2011	2010
ACTIVO			
Disponibilidades	3	121 846 458	116 661 416
Aplicações de liquidez			
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	4	117 212 404	57 780 190
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	4	15 390 912	-
		132 603 316	57 780 190
Títulos e Valores Mobiliários			
Mantidos para negociação	5	1 410 524	8 944 017
Mantidos até o vencimento	5	270 243 256	250 542 960
		271 653 780	259 486 977
Operações cambiais	6	2 424 039	1 435 543
Créditos			
Créditos	7	135 384 021	155 564 615
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(9 514 113)	(9 651 421)
		125 869 908	145 913 194
Outros valores	8	2 515 527	1 908 252
Imobilizações			
Imobilizações financeiras	9	83 678	81 115
Imobilizações corpóreas	9	15 711 064	14 232 196
Imobilizações incorpóreas	9	213 326	76 286
		16 008 068	14 389 597
Total do activo		672 921 096	597 575 169
PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS			
Depósitos			
Depósitos à ordem	10	296 609 315	246 619 167
Depósitos a prazo	10	292 404 389	269 066 863
		589 013 704	515 686 030
Captações para liquidez			
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	11	4 436	8 767 155
Operações de venda de títulos de terceiros com acordo de recompra		-	-
		4 436	8 767 155
Obrigações no sistema de pagamentos	12	2 958 640	1 694 379
Operações cambiais	6	2 425 359	1 443 395
Outras obrigações	13	2 971 710	3 409 575
Provisões para responsabilidades prováveis	14	6 711 715	5 841 407
Total do passivo		604 085 564	536 841 941
Capital social	15	3 521 996	3 521 996
Reserva de actualização monetária do capital social	15	450 717	450 717
Reservas e fundos	15	39 862 611	31 438 878
Resultados potenciais	15	1 253 828	1 253 828
Resultado líquido do exercício		23 746 380	24 067 809
Total dos fundos próprios		68 835 532	60 733 228
Total do passivo e dos fundos próprios		672 921 096	597 575 169

O anexo faz parte integrante destes balanços.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	Notas	2011	2010
Proveitos de aplicações de liquidez	20	2 917 847	419 546
Proveitos de títulos e valores mobiliários	20	22 950 896	24 632 354
Proveitos de instrumentos financeiros derivados	20	-	31 240
Proveitos de créditos	20	14 719 494	16 393 003
Proveitos de instrumentos financeiros activos		40 588 237	41 476 143
Custos de depósitos	20	(15 154 940)	(16 030 427)
Custos de captações para liquidez	20	(171 912)	(322 617)
Custos de instrumentos financeiros derivados	20	-	-
Custos de instrumentos financeiros passivos		(15 326 852)	(16 353 044)
Margem financeira		25 261 385	25 123 099
Resultados de negociações e ajustes ao valor justo	5	11 457	(4 275)
Resultados de operações cambiais	21	8 302 628	8 312 517
Resultados de prestação de serviços financeiros	22	2 357 249	2 310 748
Provisões para crédito de liquidação duvidosa e prestação de garantias	14	(1 227 460)	(2 584 425)
Resultado de intermediação financeira		34 705 259	33 157 664
Pessoal	23	(6 937 320)	(6 078 737)
Fornecimentos de terceiros	24	(6 292 660)	(5 485 286)
Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado	25	(120 735)	(70 445)
Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras		(165)	(1 465)
Depreciações e amortizações	9	(1 464 397)	(1 360 831)
Recuperação de custos	26	660 289	649 601
Custos administrativos e de comercialização		(14 154 988)	(12 347 163)
Provisões sobre outros valores e responsabilidades prováveis	14	(773 223)	(821 936)
Outros proveitos e custos operacionais	27	3 994 778	3 260 110
Outros proveitos e custos operacionais		(10 933 433)	(9 908 989)
Resultado operacional		23 771 826	23 248 675
Resultado não operacional	28	(25 446)	(110 477)
Resultado antes dos impostos e outros encargos		23 746 380	23 138 198
Encargos sobre o resultado corrente	17	-	929 611
Resultado corrente líquido		23 746 380	24 067 809
Resultado líquido do exercício		23 746 380	24 067 809

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	Notas	Capital Social	Reserva de actualização monetária do capital social	Reservas e fundos	Resultados potenciais	Resultado do exercício	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2009		3 521 996	450 717	24 478 733	1 253 828	19 886 129	49 591 403
Aplicação do resultado do exercício de 2009							
Constituição de reservas e fundos	15	-	-	6 960 145	-	(6 960 145)	-
Distribuição de dividendos	15	-	-	-	-	(12 925 984)	(12 925 984)
Resultado líquido do exercício	15	-	-	-	-	24 067 809	24 067 809
Saldo em 31 de Dezembro de 2010		3 521 996	450 717	31 438 878	1 253 828	24 067 809	60 733 228
Aplicação do resultado do exercício de 2010							
Constituição de reservas e fundos	15	-	-	8 423 733	-	(8 423 733)	-
Distribuição de dividendos	15	-	-	-	-	(15 644 076)	(15 644 076)
Resultado líquido do exercício	15	-	-	-	-	23 746 380	23 746 380
Saldo em 31 de Dezembro de 2011		3 521 996	450 717	39 862 611	1 253 828	23 746 380	68 835 532

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	2011	2010
Recebimentos de proveitos de aplicações de liquidez	1 786 007	414 647
Recebimentos de proveitos de títulos e valores mobiliários	27 716 345	18 999 517
Recebimentos de proveitos de instrumentos financeiros derivados	-	7 742
Recebimentos de proveitos de créditos	15 478 214	15 870 120
Recebimentos de proveitos de instrumentos financeiros activos	44 980 566	35 292 026
Pagamentos de custos de depósitos	(15 713 113)	(14 773 628)
Pagamentos de custos de captações para liquidez	(230 625)	(316 796)
Pagamentos de custos de captações com títulos e valores mobiliários	-	-
Pagamentos de custos de instrumentos financeiros derivados	-	(39 189)
Pagamentos de custos de outras captações	-	-
Pagamentos de custos de instrumentos financeiros passivos	(15 943 738)	(15 129 613)
Fluxo de caixa da margem financeira	29 036 828	20 162 413
Fluxo de caixa dos resultados de negociações e ajustes ao valor justo	501	(4 275)
Fluxo de caixa dos resultados de operações cambiais	8 639 305	8 940 522
Fluxo de caixa dos resultados de prestação de serviços financeiros	2 357 249	2 310 748
Fluxo de caixa dos resultados de planos de seguros, capitalização e saúde complementar	-	-
Fluxo de caixa operacional da intermediação financeira	40 033 883	31 409 408
Fluxo de caixa dos resultados com mercadorias, produtos e outros serviços	-	-
Pagamentos de custos administrativos e de comercialização	(12 174 881)	(9 954 414)
Pagamentos de outros encargos sobre o resultado	-	(1 479 653)
Fluxo de caixa da liquidação de operações no sistema de pagamentos	1 264 261	(3 901 556)
Fluxo de caixa dos outros valores e outras obrigações	(1 373 966)	47 550
Recebimentos de proveitos de imobilizações financeiras	-	-
Fluxo de caixa de outros custos e proveitos operacionais	3 994 778	3 260 110
Recebimentos e pagamentos de outros proveitos e custos operacionais	(8 289 808)	(12 027 963)
Fluxo de caixa das operações	31 744 075	19 381 445
Fluxo de caixa dos investimentos em aplicações de liquidez	(73 691 286)	(21 189 329)
Fluxo de caixa dos investimentos em títulos e valores mobiliários activos	(16 932 252)	(51 800 782)
Fluxo de caixa dos investimentos em instrumentos financeiros derivados	-	-
Fluxo de caixa dos investimentos em operações cambiais	(988 496)	1 623 902
Fluxo de caixa dos investimentos em créditos	17 641 586	7 267 332
Fluxo de caixa dos investimentos de intermediação financeira	(73 970 448)	(64 098 877)
Fluxo de caixa dos investimentos em outros valores	-	-
Fluxo de caixa dos investimentos em imobilizações	(3 082 868)	(2 770 687)
Fluxo de caixa dos resultados na alienação de imobilizações	-	(1 425)
Fluxo de caixa dos outros ganhos e perdas não-operacionais	(25 446)	(109 052)
Fluxo de caixa das imobilizações	(3 108 314)	(2 881 164)
Fluxo de caixa dos investimentos	(77 078 762)	(66 980 041)
Fluxo de caixa dos financiamentos com depósitos	73 885 847	59 044 256
Fluxo de caixa dos financiamentos com captações para liquidez	(8 704 006)	4 501 553
Fluxo de caixa dos financiamentos com captações com títulos e valores mobiliários	-	-
Fluxo de caixa dos financiamentos com instrumentos financeiros derivados	-	-
Fluxo de caixa dos financiamentos com operações cambiais	981 964	(1 651 415)
Fluxo de caixa dos financiamentos com outras captações	-	-
Fluxo de caixa dos financiamentos de intermediação financeira	66 163 805	61 894 394
Fluxo de caixa dos financiamentos com minoritários	-	-
Recebimentos por aumentos de capital	-	-
Pagamentos por reduções de capital	-	-
Pagamentos de dividendos	(15 644 076)	(12 925 984)
Recebimentos por alienação de acções ou quotas próprias em tesouraria	-	-
Pagamentos por aquisição de acções ou quotas de próprias em tesouraria	-	-
Fluxo de caixa dos financiamentos com fundos próprios	(15 644 076)	(12 925 984)
Fluxo de caixa dos financiamentos com outras obrigações	-	-
Fluxo de caixa dos financiamentos	50 519 729	48 968 410
Saldo em disponibilidades no início do período	116 661 416	115 291 602
Saldo em disponibilidades ao final do período	121 846 458	116 661 416
Variações em disponibilidades	5 185 042	1 369 814

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Notas às demonstrações financeiras

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Notas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – m. AKZ, excepto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Fomento Angola, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “BFA”), foi constituído por Escritura Pública de 26 de Agosto de 2002, tendo resultado da transformação da Sucursal de Angola do Banco BPI, S.A. em banco de direito local.

Conforme indicado na nota 15, o BFA é detido maioritariamente pelo Banco BPI, S.A. (Grupo BPI). Os principais saldos e transacções com empresas do Grupo BPI encontram-se detalhados na nota 18.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola, aplicações em

instituições de crédito, aquisição de títulos ou em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira dispondo para o efeito, em 31 de Dezembro de 2011, de uma rede nacional de 136 agências, 8 centros de investimento e 14 centros de empresas (124 agências, 6 centros de investimento e 13 centros de empresas em 31 de Dezembro de 2010).

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 anexas encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF), nos termos do *Instrutivo n.º 9 / 2007*, de 19 de Setembro, emitido pelo Banco Nacional de Angola. O CONTIF tem como objectivo a uniformização dos registos contabilísticos e das divulgações financeiras numa aproximação às práticas internacionais, através da convergência dos princípios contabilísticos às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards).

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 encontram-se expressas em Kwanzas, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio médio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola naquelas datas. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os câmbios do Kwanza (AKZ) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

	2011	2010
1 USD =	95.282	92.643
1 EUR =	123.328	122.696

2.2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema “multi-currency”, sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio média publicada pelo Banco Nacional de Angola à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado.

A diferença entre os contravalores em Kwanzas às taxas de reavaliação a prazo aplicadas, e os contravalores às taxas contratadas, é registada nas rubricas de OPERAÇÕES CAMBIAIS do activo ou do passivo, por contrapartida de proveitos ou custos, respectivamente.

c) Pensões de reforma

O Banco concedeu aos seus empregados contratados localmente ou às suas famílias o direito a prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência. Desta forma, por deliberação do Conselho de Administração do Banco e com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005, foi criado o “Plano Complementar de Pensões”, o qual se consubstancia num plano de contribuições definidas. Este plano foi constituído inicialmente com parte do saldo da “Provisão para Responsabilidades Prováveis com Fundos de Pensões de Reforma”, consistindo as contribuições do BFA numa percentagem fixa correspondente a 10% do salário passível de descontos para a Segurança Social de Angola, aplicada sobre catorze salários. Ao montante das contribuições é acrescida a rentabilidade das aplicações efectuadas, líquida de eventuais impostos (nota 14). A gestão deste Plano, suas contribuições e aplicações está a cargo do próprio BFA.

Por outro lado, a *Lei n.º 7 / 04*, de 15 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada sobre a média dos salários ilíquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador cessar a sua actividade. De acordo com o *Decreto n.º 38 / 08*, de 9 de Junho, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

d) Créditos

Os créditos são activos financeiros e são registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações por contrapartida de rubricas de resultados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

As responsabilidades por garantias e avales são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

As operações de crédito concedido a Clientes, incluindo as garantias e avales, são submetidas à constituição de provisões de acordo com o *Aviso n.º 4 / 2011* de 8 de Junho, que revogou o *Aviso n.º 4 / 2009* de 20 de Maio, do Banco Nacional de Angola, sobre a metodologia de classificação do crédito concedido a Clientes e a determinação das respectivas provisões.

Provisões para crédito de liquidação duvidosa e prestação de garantias

Nos termos do *Aviso n.º 4 / 2011*, as operações de crédito são classificadas por ordem crescente de risco, de acordo com as seguintes classes:

- Nível A: Risco nulo
- Nível B: Risco muito reduzido

- Nível C: Risco reduzido
- Nível D: Risco moderado
- Nível E: Risco elevado
- Nível F: Risco muito elevado
- Nível G: Risco de perda

A classificação das operações de crédito a um mesmo Cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efectuada na classe que apresentar maior risco.

O crédito é classificado nos níveis de risco em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, sendo os níveis mínimos de provisionamento calculados de acordo com a tabela seguinte:

Níveis de risco	A	B	C	D	E	F	G
% de provisão	0%	1%	3%	10%	20%	50%	100%
Tempo decorrido desde a entrada em incumprimento	até 15 dias	de 15 a 30 dias	de 1 a 2 meses	de 2 a 3 meses	de 3 a 5 meses	de 5 a 6 meses	mais de 6 meses

Para os créditos concedidos a Clientes por prazo superior a dois anos, o tempo decorrido desde a entrada em incumprimento é considerado em dobro face ao período acima indicado.

As operações de crédito sem incumprimento são classificadas com base nos seguintes critérios definidos pelo Banco:

- Classe A: créditos com garantia de contas bancárias cativas junto do BFA e / ou títulos do Estado (Obrigações e Bilhetes do Tesouro, e Títulos do Banco Central), cujo total das garantias recebidas seja igual ou superior ao valor das responsabilidades;
- Classe B: créditos com garantia de contas bancárias cativas junto do BFA e / ou títulos do Estado (Obrigações e Bilhetes do Tesouro, e Títulos do Banco Central), cujo total das garantias recebidas seja superior a 75% e inferior a 100% do valor das responsabilidades; e
- Classe C: restantes créditos incluindo operações com outro tipo de garantias reais e operações apenas com garantia pessoal.

Anualmente, o Banco abate ao activo os créditos classificados há mais de seis meses na Classe G, pela utilização da respectiva provisão (transferência do crédito para prejuízo). Adicionalmente, estes créditos permanecem registados numa rubrica extrapatrimonial por um prazo mínimo de dez anos.

As provisões para crédito concedido são classificadas no activo a crédito, na rubrica PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (nota 7) e as provisões para garantias e avales prestados e créditos documentários de importação não garantidos à data do balanço são apresentadas no passivo, na rubrica PROVISÕES PARA RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS NA PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (nota 14).

As operações que sejam objecto de renegociação são mantidas, pelo menos, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no mês imediatamente anterior à renegociação. A reclassificação para uma classe de risco inferior ocorre apenas se houver uma amortização regular e significativa da operação, pagamento dos juros vencidos e de mora, ou em função da qualidade e valor de novas garantias apresentadas para a operação renegociada. Os ganhos ou proveitos resultantes da renegociação são registados quando do seu efectivo recebimento.

O Banco procede à anulação de juros vencidos superiores a 60 dias, bem como não reconhece juros a partir dessa data até ao momento em que o Cliente regularize a situação.

e) Reserva de actualização monetária dos fundos próprios

Nos termos do *Aviso n.º 2 / 2009*, de 8 de Maio, do Banco Nacional de Angola sobre actualização monetária, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da

moeda nacional, com base na aplicação do Índice de Preços ao Consumidor aos saldos de capital, reservas e resultados transitados. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiper-inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço. A hiperinflação é indicada pelas características do ambiente económico de um país que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

- i. A população em geral prefere guardar a sua riqueza em activos não monetários ou em moeda estrangeira relativamente estável. As quantias da moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- ii. A população em geral vê as quantias monetárias em termos de moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- iii. As vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;
- iv. As taxas de juro, salários e preços estão ligados a um índice de preços; e
- v. A taxa acumulada de inflação durante 3 anos aproxima-se, ou excede 100%.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito na conta de “Resultado da Actualização Monetária” da demonstração de resultados, por contrapartida do aumento dos saldos de fundos próprios, com excepção da rubrica CAPITAL SOCIAL, que deve ser classificada numa rubrica específica (RESERVA DE ACTUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL SOCIAL) que só pode ser utilizada para posterior aumento de capital.

Nos exercícios de 2011 e 2010, o Banco não procedeu à actualização do capital, reservas e resultados transitados, em virtude de Angola ter deixado de ser considerada uma economia hiper-inflacionária.

f) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações incorpóreas, que correspondem principalmente a trespasses, despesas de constituição e software informático, são registadas ao custo de aquisição e amortizadas linearmente ao longo de um período de três anos.

As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição, sendo permitida a sua reavaliação ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

Nos termos do *Aviso n.º 2 / 2009*, de 8 de Maio, do Banco Nacional de Angola sobre actualização monetária, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, actualizar mensalmente o imobilizado com base no Índice de Preços ao Consumidor.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente a crédito numa conta de resultados, por contrapartida das rubricas de valor bruto e amortizações acumuladas do imobilizado.

Em 2011 e 2010 o Banco não procedeu à actualização do imobilizado, em virtude de Angola ter deixado de ser considerada uma economia hiper-inflacionária.

Uma percentagem equivalente a 30% do aumento das amortizações que resulta das reavaliações efectuadas não é aceite como custo para efeitos fiscais.

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes às taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio (Edifícios)	50
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamento	
Mobiliário e material	10
Equipamento informático	3
Instalações interiores	10
Material de transporte	3
Máquinas e ferramentas	6 e 7

g) Imobilizações financeiras

Participações em Coligadas e Equiparadas

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem igual ou superior a 10% do respectivo capital votante (empresa coligada ou equiparada).

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das coligadas ou equiparadas.

Participações em Outras Sociedades

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem inferior a 10% do respectivo capital votante.

Estes activos são registados pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para perdas.

h) Carteira de títulos

Atendendo às características dos títulos e à intenção quando da sua aquisição, estes são classificados numa das seguintes categorias: mantidos até o vencimento, mantidos para negociação e disponíveis para venda.

Títulos mantidos até o vencimento

Esta classificação compreende os títulos para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção até à respectiva data de vencimento.

Os títulos classificados nesta rubrica encontram-se valorizados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos pela fluência dos seus prazos (incluindo periodificação do juro e do prémio / desconto por contrapartida de resultados), reconhecendo o Banco eventuais lucros ou prejuízos apurados na data do vencimento pela diferença entre o valor recebido nessa data e o respectivo valor contabilístico.

Os Títulos do Banco Central e os Bilhetes do Tesouro são emitidos a valor descontado e registados pelo custo de aquisição. A diferença entre este e o valor nominal, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos, na própria conta com a especificação “Proveitos a receber”.

As Obrigações do Tesouro adquiridas a valor descontado são registadas pelo custo de aquisição. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal destes títulos, que corresponde ao desconto verificado no momento da compra, é acrescida durante o período de vida do título com a especificação “Proveitos a receber”. Os juros corridos relativos a estes títulos são igualmente contabilizados com a especificação “Proveitos a receber”.

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos estão sujeitas a actualização cambial. O resultado da actualização cambial é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre. O resultado da actualização cambial do valor nominal do título é reflectido na rubrica RESULTADOS DE OPERAÇÕES CAMBIAIS e o resultado da actualização cambial do desconto e do juro corrido é reflectido na rubrica PROVEITOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional

indexadas ao índice de Preços do Consumidor estão sujeitas a actualização do valor nominal do título de acordo com a variação do referido índice. Deste modo, o resultado da referida actualização do valor nominal do título e do juro corrido é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre, na rubrica PROVEITOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a totalidade da carteira de títulos mantidos até o vencimento do Banco é relativa a dívida emitida pelo Estado Angolano e pelo Banco Nacional de Angola.

Títulos mantidos para negociação

São considerados títulos mantidos para negociação os títulos adquiridos com o objectivo de serem activa e frequentemente negociados.

Os títulos mantidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo custos directamente atribuíveis à aquisição do activo. Posteriormente, são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício.

Títulos disponíveis para venda

São considerados títulos disponíveis para venda os títulos passíveis de serem eventualmente negociados e que não se enquadrem nas demais categorias.

São registados, no momento inicial, ao custo de aquisição, sendo posteriormente valorizados ao justo valor. As variações do justo valor são registadas por contrapartida de fundos próprios, na rubrica RESULTADOS POTENCIAIS – AJUSTES AO VALOR JUSTO EM ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA, sendo as valias reconhecidas em resultados do exercício quando da venda definitiva do activo.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Banco não classificou títulos nesta categoria.

Valor de mercado

A metodologia de apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos utilizada pelo Banco é conforme segue:

- i) Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- ii) Valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização;

iii) Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador; e

iv) Preço definido pelo Banco Nacional de Angola.

No caso de títulos para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares e que têm maturidades reduzidas, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado.

Classificação em classes de risco

O Banco classifica os títulos e valores mobiliários, em ordem crescente de riscos, nos seguintes níveis, sendo observados os mesmos critérios de provisionamento definidos pelo CONTIF para a carteira de crédito:

- Nível A: Risco nulo
- Nível B: Risco muito reduzido
- Nível C: Risco reduzido
- Nível D: Risco moderado
- Nível E: Risco elevado
- Nível F: Risco muito elevado
- Nível G: Risco de perda

O Banco classifica os títulos de dívida do Estado Angolano e do Banco Nacional de Angola no Nível A.

Operações de venda de títulos com acordo de recompra

Os títulos cedidos a Clientes com acordo de recompra permanecem registados na carteira de títulos do Banco, sendo registados no passivo na rubrica OPERAÇÕES DE VENDA DE TÍTULOS DE TERCEIROS COM ACORDO DE RECOMPRA (nota 11). Quando estes títulos são comercializados com juros antecipados, a diferença entre o valor de recompra contratado e o respectivo valor de venda é registada na mesma rubrica, com a especificação CUSTOS A PAGAR.

Operações de compra de títulos com acordo de revenda

Os títulos comprados com acordo de revenda não são registados na carteira de títulos. Os fundos entregues são registados, na data de liquidação, no activo na rubrica APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ – OPERAÇÕES DE COMPRA DE TÍTULOS DE TERCEIROS COM ACORDO DE REVENDA, sendo periodificado o valor de juros na mesma rubrica.

i) Imposto sobre lucros

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos

termos dos números 1 e 2 do Artigo 72.º, da Lei n.º 18 / 92, de 3 de Julho, sendo a taxa de imposto aplicável de 35%, na sequência da Lei n.º 5 / 99, de 6 de Agosto (notas 13 e 17).

Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Imposto diferido

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos fiscais diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos fiscais diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados activos ou passivos fiscais diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

j) Provisões e contingências

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

k) Instrumentos financeiros derivados

O Banco pode realizar operações de instrumentos financeiros derivados no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados ou satisfazendo as necessidades dos seus Clientes.

Todos os instrumentos derivados são registados ao valor de mercado e as variações de valor reconhecidas em resultados. Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor de referência (valor nocional).

Os instrumentos financeiros derivados são classificados como de cobertura (*hedge*) ou de especulação e arbitragem, conforme a sua finalidade.

3. DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Caixa		
Notas e moedas nacionais	10 255 813	7 651 480
Notas e moedas estrangeiras		
Em Dólares dos Estados Unidos	7 092 445	2 985 308
Em outras divisas	481 887	463 128
	17 830 145	11 099 916
Disponibilidades no Banco Central		
Depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola (BNA)		
Em moeda nacional	42 975 091	45 367 174
Em Dólares dos Estados Unidos	52 806 237	48 073 379
	95 781 328	93 440 553
Disponibilidades em instituições financeiras no estrangeiro		
Depósitos à ordem		
Banco BPI, S.A. (nota 18)	2 804 444	2 579 829
Outras instituições de crédito	5 189 599	7 773 264
	7 994 043	10 353 093
Cheques a cobrar – no País	240 942	1 767 854
	121 846 458	116 661 416

Os depósitos à ordem no BNA em moeda nacional e moeda estrangeira visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas obrigatórias e não são remunerados.

As reservas obrigatórias são apuradas actualmente nos termos do disposto no *Instrutivo n.º 2 / 2011* de 28 de Abril, e são constituídas em moeda nacional e em moeda estrangeira, em função da respectiva denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência, devendo ser mantidas durante todo o período a que se referem.

Em 31 de Dezembro de 2011, a exigibilidade de manutenção de reservas obrigatórias é apurada através da aplicação de uma taxa de 20% sobre a média aritmética dos passivos elegíveis em moeda nacional e de uma taxa de 15% sobre a média aritmética dos passivos elegíveis em moeda estrangeira.

Em 31 de Dezembro de 2010, as reservas obrigatórias eram apuradas nos termos do disposto do *Instrutivo n.º 3 / 2010*, de 4 de Junho. De acordo com este instrutivo a exigibilidade de manutenção de reservas obrigatórias eram apuradas através da aplicação de uma taxa de 25% sobre os passivos elegíveis em moeda nacional, e de uma taxa de 15% sobre os passivos elegíveis em moeda estrangeira.

4. APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Moeda estrangeira		Moeda nacional	
	2011	2010	2011	2010
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro				
Aplicações em Instituições de crédito no estrangeiro				
Banco BPI, S.A. (nota 18)				
Em Dólares dos Estados Unidos	836 500 000	456 683 963	79 703 393	42 308 573
Em Euros	148 000 000	117 000 000	18 252 544	14 355 432
Em Libras Esterlinas	20 000 000	7 700 000	2 941 840	1 107 121
Em Coroas Suecas	4 800 000	-	66 312	-
Em lenes	4 800 000	-	5 909	-
			100 969 998	57 771 126
Aplicações em instituições de crédito no País				
Banco Nacional de Angola				
Em Kwanzas			16 150 000	-
			117 119 998	57 771 126
Proveitos a receber			92 406	9 064
			117 212 404	57 780 190
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda				
Banco Nacional de Angola				
Em Kwanzas			14 342 414	-
Proveitos a receber			1 048 498	-
			15 390 912	-
			132 603 316	57 780 190

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as operações no Mercado Monetário Interfinanceiro apresentavam a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

	2011	2010
Até três meses	67 881 438	57 780 190
De três meses a um ano	49 330 966	-
	117 212 404	57 780 190

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as operações no Mercado Monetário Interfinanceiro venciam juros às seguintes taxas médias anuais:

	2011	2010
Em Dólares dos Estados Unidos	0.93%	0.46%
Em Euros	1.78%	0.55%
Em Kwanzas	1.98%	n.a.
Em Libras Esterlinas	0.60%	0.53%
Em Coroas Suecas	1.65%	n.a.
Em lenes	0.10%	n.a.

Em 31 de Dezembro de 2011, as operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda venciam juros à taxa média anual de 11.35%, e tinham prazo de vencimento entre três meses e um ano.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011									
	Nível de risco	País	Moeda	Valor nominal	Custo de Aquisição	Prémio / desconto corrido	Juros corridos	Valor de balanço	Imparidade	Taxa de juro média
Títulos de dívida										
Bilhetes do Tesouro	A	Angola	AKZ	38 234 299	34 572 185	2 395 200	-	36 967 385	-	9.66%
Títulos do Banco Central	A	Angola	AKZ	97 380 816	96 185 969	536 777	-	96 722 746	-	6.93%
Obrigações do Tesouro em moeda nacional										
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	A	Angola	AKZ	90 001 226	87 476 958	1 679 126	872 404	90 028 488	-	6.11%
Indexadas ao Índice de Preços do Consumidor	A	Angola	AKZ	5 311 754	5 311 754	-	97 972	5 409 726	-	15.46%
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	A	Angola	USD	40 898 868	40 579 540	242 894	292 477	41 114 911	-	3.96%
				271 826 963	264 126 406	4 853 997	1 262 853	270 243 256	-	

	2010									
	Nível de risco	País	Moeda	Valor nominal	Custo de Aquisição	Prémio / desconto corrido	Juros corridos	Valor de balanço	Imparidade	Taxa de juro média
Títulos de dívida										
Bilhetes do Tesouro	A	Angola	AKZ	18 505 142	16 274 115	134 933	-	16 409 048	-	12.09%
Títulos do Banco Central	A	Angola	AKZ	96 100 638	82 718 726	6 668 928	-	89 387 654	-	16.50%
Obrigações do Tesouro em moeda nacional										
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	A	Angola	AKZ	87 875 074	83 458 995	2 623 304	951 755	87 034 054	-	6.43%
Indexadas ao Índice de Preços do Consumidor	A	Angola	AKZ	19 136 300	19 136 300	-	166 632	19 302 932	-	20.23%
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	A	Angola	USD	38 246 736	37 940 012	191 033	278 227	38 409 272	-	3.88%
				259 863 890	239 528 148	9 618 198	1 396 614	250 542 960	-	

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a distribuição dos títulos de dívida por indexante é a seguinte:

	Valor de balanço					
	2011			2010		
	Taxa fixa	Libor 6 meses	Total	Taxa fixa	Libor 6 meses	Total
Títulos de dívida						
Bilhetes do Tesouro	36 967 385	-	36 967 385	16 409 048	-	16 409 048
Títulos do Banco Central	96 722 746	-	96 722 746	89 387 654	-	89 387 654
Obrigações do Tesouro em moeda nacional:						
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	30 334 206	59 694 282	90 028 488	29 121 354	57 912 700	87 034 054
Indexadas ao Índice de Preços do Consumidor	5 409 726	-	5 409 726	19 302 932	-	19 302 932
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	-	41 114 911	41 114 911	-	38 409 272	38 409 272
	169 434 063	100 809 193	270 243 256	154 220 988	96 321 972	250 542 960

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os títulos mantidos até o vencimento apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2011	2010
Activo corrente		
Até três meses	115 852 735	34 468 437
De três a seis meses	44 929 408	43 231 403
De seis meses a um ano	27 671 321	58 155 091
Activo não corrente		
De um a três anos	54 423 092	84 733 259
De três a cinco anos	13 289 194	11 318 475
Superior a cinco anos	14 077 506	18 636 295
	270 243 256	250 542 960

TÍTULOS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a composição dos títulos mantidos para negociação é apresentada como segue:

	2011	2010
Títulos de dívida		
Bilhetes do Tesouro	1 376 917	8 921 366
Títulos de capital		
Acções – Visa Incl. – Class C (Série I)	33 607	22 651
	1 410 524	8 944 017

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Banco detém Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano (nível de risco A – Nulo), para transaccionar em mercado secundário com outros bancos ou com os seus Clientes. Os Bilhetes do Tesouro estão registados pelo respectivo valor de aquisição, por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado, uma vez que não existe uma cotação em mercado activo com transacções regulares e as maturidades destes títulos são curtas (seis meses ou um ano).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a carteira de títulos de capital mantidos para negociação refere-se a 3 474 acções Class C (Série I) da Visa Inc. Estes títulos são valorizados de acordo com a respectiva cotação em mercado activo.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 as variações de valor destes títulos encontram-se registadas na rubrica de RESULTADOS DE NEGOCIAÇÕES E AJUSTES AO VALOR JUSTO da demonstração de resultados.

6. OPERAÇÕES CAMBIAIS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Operações cambiais		
Proveitos por compra e venda de moedas estrangeiras a receber	2 424 039	1 435 543
Custos por compra e venda de moedas estrangeiras a pagar	(2 425 539)	(1 443 395)
	(1 500)	(7 852)

7. CRÉDITOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Crédito interno		
Descobertos em depósitos à ordem		
Em moeda nacional	1 858 479	1 694 925
Em moeda estrangeira	595 244	1 778 149
Outros créditos		
Em moeda nacional	26 763 671	15 297 068
Em moeda estrangeira	53 850 189	67 120 581
Empréstimos		
Em moeda nacional	13 817 755	14 297 530
Em moeda estrangeira	29 678 243	44 275 415
	126 563 581	144 463 668
Crédito ao exterior	72 738	3 632 486
Total de crédito vincendo	126 636 319	148 096 154
Crédito e juros vencidos:		
Capital e juros	8 190 986	6 153 025
Total de crédito concedido	134 827 305	154 249 179
Proveitos a receber de crédito concedido	556 716	1 315 436
	135 384 021	155 564 615
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9 514 113)	(9 651 421)
	125 869 908	145 913 194

Em 31 de Dezembro de 2011, o crédito concedido a Clientes vencia juros à taxa média anual de 14.85% para o crédito concedido em moeda nacional e de 8.53% para o crédito concedido em moeda estrangeira, respectivamente (22.43% em moeda nacional e 8.35% em moeda estrangeira em 31 de Dezembro de 2010).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o prazo residual do crédito vincendo, excluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte estrutura:

	2011	2010
Até um ano	44 981 396	54 363 786
De um a três anos	27 551 332	33 678 342
De três a cinco anos	21 346 991	25 586 099
Mais de cinco anos	32 756 600	34 467 927
	126 636 319	148 096 154

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe do crédito, excluindo proveitos a receber, por moeda apresentava a seguinte estrutura:

	2011	2010
Dólares dos Estados Unidos	91 474 824	118 815 673
Kwanzas	42 439 905	34 044 675
Euros	912 576	1 369 912
Outras moedas	-	18 919
	134 827 305	154 249 179

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a carteira de crédito, excluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte estrutura, por tipo de tomador e modalidade operacional:

	2011			2010		
	Vivo	Vencido	Total	Vivo	Vencido	Total
Empresas						
Empréstimos	28 364 265	1 631 831	29 996 096	32 329 811	1 414 100	33 743 911
Financiamentos	51 169 549	5 579 531	56 749 080	67 995 621	3 739 479	71 735 100
	79 533 814	7 211 362	86 745 176	100 325 432	5 153 579	105 479 011
Particulares						
Empréstimos	25 227 201	800 878	26 028 079	25 115 357	887 604	26 002 961
Financiamentos	21 875 304	178 746	22 054 050	22 655 365	111 842	22 767 207
	47 102 505	979 624	48 082 129	47 770 722	999 446	48 770 168
Total	126 636 319	8 190 986	134 827 305	148 096 154	6 153 025	154 249 179

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a carteira de crédito, excluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte distribuição por indexante:

Ano	Taxa fixa	Taxa variável – Indexantes				Total
		Euribor 6M	Libor 3M	Libor 6M	Subtotal	
2011	117 669 452	-	1 548 333	15 609 520	17 157 853	134 827 305
2010	126 571 810	12 854	1 876 021	25 788 494	27 677 369	154 249 179

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a composição da carteira de crédito (excluindo crédito vencido), garantias e créditos documentários por sectores de actividade económica é a seguinte:

	2011				2010			
	Crédito vivo	Garantias e Créd. Document. (nota 16)	Total	%	Crédito vivo	Garantias e Créd. Document. (nota 16)	Total	%
Agricultura, Silvicultura e Pesca	6 298 876	3 000	6 301 876	3,67%	5 796 021	5 316	5 801 337	3,38%
Indústrias extractivas	1 511 546	14 607	1 526 153	0,89%	1 784 372	35 047	1 819 419	1,06%
Indústrias transformadoras	6 725 369	3 401 227	10 126 596	5,89%	7 638 782	4 082 737	11 691 519	6,81%
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	734 188	431 293	1 165 481	0,68%	404 526	123 412	527 938	0,31%
Construção	14 651 740	8 582 713	23 234 453	13,52%	17 060 176	8 524 747	25 584 923	14,89%
Comércio por grosso e retalho	21 558 624	2 688 431	24 247 055	14,11%	28 229 665	2 671 113	30 900 778	17,99%
Alojamento e restauração	276 837	-	276 837	0,16%	933	-	933	0,00%
Transportes, armazenagem e comunicações	7 565 162	786 149	8 351 311	4,86%	8 566 819	4 295 531	12 862 350	7,49%
Bancos e Seguros	452 111	66 476	518 587	0,30%	603 494	2 068 029	2 671 523	1,56%
Outros sectores	9 062 586	543 629	9 606 215	5,59%	10 927 190	1 201 387	12 128 577	7,06%
Outras empresas de serviços	10 696 775	65 282	10 762 057	6,26%	10 731 523	711 582	11 443 105	6,66%
Particulares	47 102 505	708 182	47 810 687	33,22%	56 352 653	9 025	56 361 678	32,81%
Total	126 636 319	17 290 989	143 927 308	100,00%	148 096 154	23 697 926	171 794 080	100,00%

Apresenta-se de seguida a distribuição dos créditos por classe de risco e respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa em 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

	2011				
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Taxa de provisão média	Provisão
Classe A	10 467 575	1 822	10 469 397	0%	-
Classe B	135 039	1 353	136 392	1%	1 364
Classe C	111 644 951	240 071	111 885 022	3%	3 356 679
Classe D	416 931	198 799	615 730	10%	61 573
Classe E	1 145 985	1 319 617	2 465 602	20%	493 161
Classe F	2 207 979	5 441 881	7 649 860	52%	3 959 234
Classe G	617 859	987 443	1 605 302	100%	1 605 302
	126 636 319	8 190 986	134 827 305		9 477 313
Provisão para proveitos a receber					36 800
					9 514 113
Provisão para Prestação de Garantias (nota 14)					499 362
					10 013 475

	2010				
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Taxa de provisão	Provisão
Classe A	9 789 614	1 443	9 791 057	0%	-
Classe B	426 372	1 356	427 728	1%	4 277
Classe C	129 708 034	448 259	130 156 293	3%	3 904 498
Classe D	1 368 474	231 827	1 600 301	10%	160 030
Classe E	2 889 501	1 569 295	4 458 796	20%	891 759
Classe F	3 313 923	2 934 371	6 248 294	50%	3 124 147
Classe G	600 236	966 474	1 566 710	100%	1 566 710
	148 096 154	6 153 025	154 249 179		9 651 421
Provisão para Prestação de Garantias (nota 14)					668 635
					10 320 056

O movimento nas provisões para créditos de liquidação duvidosa nos exercícios de 2011 e 2010 é apresentado na nota 14.

O movimento na matriz de migração do risco dos tomadores de crédito entre 31 de Dezembro de 2010 e 2011 é apresentado como segue:

Nível de Risco	Dez. 11									Total	Distribuição da carteira em 31-12-2010
	A	B	C	D	E	F	G	Abatidos ao activo	Liquidações / amortizações		
A	84.68%	0.12%	2.36%	0.00%	0.08%	0.03%	0.00%	0.00%	12.72%	6.35%	9 791 057
B	73.31%	0.00%	0.03%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	26.66%	0.28%	427 728
C	0.21%	0.00%	69.01%	0.32%	0.81%	0.77%	0.22%	0.04%	28.61%	84.38%	130 156 293
Dez. 10 D	0.00%	0.00%	33.69%	1.25%	16.99%	20.63%	5.22%	0.30%	21.92%	1.04%	1 600 301
E	0.00%	0.00%	8.61%	1.97%	15.07%	48.84%	7.91%	4.37%	13.22%	2.89%	4 458 796
F	0.00%	0.00%	5.31%	0.86%	4.90%	62.89%	2.13%	11.50%	12.41%	4.05%	6 248 294
G	0.00%	0.00%	3.44%	0.69%	0.34%	1.35%	37.68%	48.10%	8.40%	1.02%	1 566 710
Total	5.76%	0.01%	59.23%	0.38%	1.50%	4.84%	0.94%	1.11%	26.22%	100.00%	

Distribuição da carteira de 31-12-10 em 31-12-11

8 884 066	13 965 913	363 086	589 853	2 320 513	7 463 001	1 451 731	1 718 400	40 444 564	154 249 179
-----------	------------	---------	---------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-------------

A análise da matriz de migração mostra que do total dos créditos em 31 de Dezembro de 2010, no montante de 154 249 179 m. AKZ, 66.99% não sofreram mudança de nível. As movimentações entre os níveis de risco indicam também que

1.55% dos créditos diminuíram de nível de risco, 4.13% migraram para níveis de risco mais gravosos e 1.11% foram abatidos ao activo (transferências para prejuízo).

Mantidos no nível		Transitaram para outros níveis			
Em dívida	Liquidações / amortizações	Mais gravosos	Menos gravosos	Abatidos ao activo	Total
66.99%	26.22%	4.13%	1.55%	1.11%	100.00%

Os créditos classificados nos níveis D, E, F e G, que representavam 8.99% do total dos créditos em 31 de Dezembro de 2010, foram os que mais se deterioraram no período em termos relativos, com migração dos seus montantes iniciais para níveis de maior risco, incluindo abates ao activo, de 43.14%, 61.12%, 13.63% e 48.10%, respectivamente. Os abates de

créditos ao activo ocorreram essencialmente nos níveis E, F e G (4.37%, 11.50% e 48.10%, respectivamente, dos saldos iniciais destas classes em 31 de Dezembro de 2010).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a distribuição dos créditos por antiguidade de atraso apresenta o seguinte detalhe:

Classe de risco	2011				2010			
	Sem atraso	Atraso igual ou inferior a 60 dias	Atraso superior a 60 dias	Total	Sem atraso	Atraso igual ou inferior a 60 dias	Atraso superior a 60 dias	Total
A	10 315 265	154 132	-	10 469 397	9 679 603	111 392	62	9 791 057
B	120 864	15 528	-	136 392	414 768	6 355	6 605	427 728
C	104 315 344	5 398 060	2 171 618	111 885 022	118 880 807	8 503 974	2 771 512	130 156 293
D	8 418	34 145	573 167	615 730	1 028 297	59 976	512 028	1 600 301
E	160 465	12 697	2 292 440	2 465 602	558 328	180 517	3 719 951	4 458 796
F	259 590	1 144	7 389 126	7 649 860	990 804	3 581	5 253 909	6 248 294
G	12 259	1 990	1 591 053	1 605 302	66 603	53 194	1 446 913	1 566 710
Total	115 192 205	5 617 696	14 017 404	134 827 305	131 619 210	8 918 989	13 710 980	154 249 179

Foram consideradas como operações de crédito renegociado as operações cujas condições e garantias foram renegociadas em

virtude da degradação do risco de crédito ou de incumprimento.

No contínuo desenvolvimento dos sistemas de informação e da análise de risco de crédito têm vindo a ser identificadas as operações de crédito renegociadas. Até ao momento, foram

identificados os seguintes Clientes com operações renegociadas, com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

	2011					2010				
	Crédito			Provisões	Saldo líquido	Crédito			Provisões	Saldo líquido
	Vivo	Vencido	Total			Vivo	Vencido	Total		
Empresas	13 625 106	1 229 582	14 854 688	(932 453)	13 922 235	12 686 054	1 117 793	13 803 847	(1 343 715)	12 460 132
Particulares	401 208	35 171	436 379	(43 591)	392 788	313 775	46 803	360 578	(47 263)	313 315
	14 026 314	1 264 753	15 291 067	(976 044)	14 315 023	12 999 829	1 164 596	14 164 425	(1 390 978)	12 773 447

Nota:

– Os montantes apresentados em 2010 são referentes a Clientes com operações de crédito reestruturadas nos exercícios de 2010 e / ou 2009.

– Os montantes apresentados em 2011 são referentes a Clientes com operações de crédito reestruturadas entre os exercícios de 2009 e 2011, inclusive.

Nos exercícios de 2011 e 2010 o Banco procedeu ao abate de créditos ao activo (“write-offs”) no montante de 1 780 288 m. AKZ e 2 525 881 m. AKZ, respectivamente (nota 14).

Nestes exercícios, verificaram-se as seguintes recuperações de crédito e juros anteriormente anulados ou abatidos ao activo:

Recuperações (nota 27)	2011	2010
Capital	367 058	334 985
Juro	831 569	281 181
	1 198 627	616 166

8. OUTROS VALORES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Outros Valores de Natureza Fiscal	744	-
Outros Valores de Natureza Cível		
Devedores por prestação de serviços	37 205	-
Devedores diversos		
Sector público administrativo	216 593	415 803
Sector privado – empresas	38 077	40 079
Sector privado – particulares	12 393	23 820
Sector privado – trabalhadores	10 230	6 984
Outros devedores	1 728 246	22 434
	2 042 744	509 120
Outros Valores de Natureza Administrativa e de Comercialização		
Despesas antecipadas		
Rendas e alugueres	205 454	176 210
Seguros	1 918	5 007
Outras	2 464	651
	209 836	181 868
Material de expediente	94 357	70 330
Outros adiantamentos		
Falhas de caixa	47 447	46 968
Operações activas a regularizar	107 028	1 074 516
Outras	13 371	25 450
	167 846	1 146 934
	2 515 527	1 908 252

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo da rubrica OUTROS ADIANTAMENTOS – OPERAÇÕES ACTIVAS A REGULARIZAR incluía um montante de 938 206 m. AKZ relacionado com um processo de fraude em créditos documentários à importação ocorrido em 2010 e para o qual o Banco tem constituídas provisões para

fazer face aos custos que pode vir a ter de suportar no futuro relacionados com este processo. Em 31 de Dezembro de 2011 este montante encontra-se registado na rubrica DEVEDORES DIVERSOS – OUTROS DEVEDORES.

9. IMOBILIZAÇÕES

IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011				
	País	Ano de aquisição	Número de acções	% de participação	Custo aquisição
Participações em coligadas e equiparadas					
SOFHA – Sociedade de Fomento Habitacional	Angola	2008	n.a	50%	375
Participações em outras sociedades					
EMIS – Empresa Interbancária de Serviços	Angola	2001	3 360	2.80%	
Participação no capital					16 960
Prestações acessórias					35 078
Suprimentos					10 672
Juros suprimentos e prestações acessórias					1 265
					63 975
Bolsa de Valores e Derivativos de Angola	Angola	2006	3 000	2%	28 585
IMC – Instituto do Mercado de Capitais	Angola	2004	400	2%	337
Provisões (nota 14)					(9 594)
Subtotal participações em outras sociedades					83 303
Total imobilizações financeiras					83 678

	2010				
	País	Ano de aquisição	Número de acções	% de participação	Custo aquisição
Participações em coligadas e equiparadas					
SOFHA – Sociedade de Fomento Habitacional	Angola	2008	n.a	50%	375
Participações em outras sociedades					
EMIS – Empresa Interbancária de Serviços	Angola	2001	3 360	2.88%	
Participação no capital					16 491
Prestações acessórias					34 106
Suprimentos					10 376
Juros suprimentos e prestações acessórias					1 231
					62 204
Bolsa de Valores e Derivativos de Angola	Angola	2006	3 000	2%	27 793
IMC – Instituto do Mercado de Capitais	Angola	2004	400	2%	337
Provisões (nota 14)					(9 594)
Subtotal participações em outras sociedades					80 740
Total imobilizações financeiras					81 115

A participação na SOFHA – Sociedade de Fomento Habitacional encontra-se valorizada pelo respectivo ao custo de aquisição, pelo facto de ainda não ter iniciado a sua actividade, não existindo por isso informação financeira sobre a mesma.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o BFA detém uma participação de 2.80% e 2.88%, respectivamente, no capital da EMIS – Empresa Interbancária de Serviços, S.A.R.L. (EMIS), tendo igualmente prestado suprimentos a esta entidade durante os exercícios de 2004 e 2003, os quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. A EMIS foi constituída em Angola com a função de gestão dos meios electrónicos de pagamentos e serviços complementares.

A participação do Banco na EMIS (incluindo prestações acessórias e suprimentos) encontra-se valorizada pelo custo de aquisição deduzido da provisão para perdas por imparidade. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Banco tem constituída uma provisão para a participação na EMIS no valor de 9 594 m. AKZ.

Durante o exercício de 2007, o Banco realizou prestações acessórias de USD 250 500, conforme decisão da Assembleia Geral da EMIS de 16 de Novembro de 2007, as quais a partir de 1 de Janeiro de 2008 vencem juros semestralmente à taxa Libor em vigor acrescida de um spread de 3%, não tendo prazo de reembolso definido.

Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da EMIS realizada em 16 de Janeiro de 2009, foi aprovado um aumento de capital no valor de USD 3 526 500 a realizar pelos accionistas, em proporção da participação detida, até 16 de Dezembro de 2010. Durante o exercício de 2010, o Banco efectuou o pagamento no valor total de USD 108 000.

No exercício de 2010, conforme decisão na Assembleia Geral da EMIS de 16 de Julho de 2010 foi deliberado o reforço de prestações acessórias no montante de USD 2 000 000, cabendo ao BFA o montante de USD 117 647. De acordo com a mesma decisão, estas prestações acessórias não são remuneradas.

As participações na Bolsa de Valores e Derivativos de Angola e Instituto do Mercado de Capitais encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, reflectindo a inexistência de valores de mercado e o facto de ainda não terem iniciado a sua actividade.

Durante os exercícios de 2011 e 2010, estas sociedades não distribuíram dividendos.

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

Estas rubricas apresentam o seguinte movimento durante os exercícios de 2011 e 2010:

	2011				
	Saldos em 31.12.2010			Aumentos	Transferências
	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido		
Imobilizações corpóreas					
Imóveis de uso	14 037 798	(3 806 632)	10 231 166	59 482	1 702 846
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	5 714 388	(3 060 761)	2 653 627	713 952	482 272
Imobilizações em curso	1 347 403	-	1 347 403	2 116 958	(2 185 118)
Outras imobilizações corpóreas					
	21 099 589	(6 867 393)	14 232 196	14 232 196	2 890 392
Imobilizações incorpóreas					
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	224 668	(158 060)	66 608	207 578	-
Gastos de organização de expansão	101 571	(91 893)	9 678	-	-
Trespases	93 923	(93 923)	-	-	-
Outras imobilizações incorpóreas	29	(29)	-	-	-
	420 191	(343 905)	76 286	207 578	-
	21 519 780	(7 211 298)	14 308 482	3 097 970	-

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de imobilizações em curso corresponde, essencialmente, à aquisição do espaço e a pagamentos a fornecedores pelas obras que estavam a ser realizadas em novas agências, e cuja inauguração se prevê para 2012.

	2010				
	Saldos em 31.12.2009			Aumentos	Transferências
	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido		
Imobilizações corpóreas					
Imóveis de uso	12 606 446	(3 220 962)	9 385 484	382 416	1 048 936
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	4 617 342	(2 351 380)	2 265 962	1 061 897	59 116
Imobilizações em curso	1 199 062	-	1 199 062	1 256 393	(1 108 052)
Outras imobilizações corpóreas					
	18 422 850	(5 572 342)	12 850 508	2 700 706	-
Imobilizações incorpóreas					
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	173 529	(128 013)	45 516	51 139	-
Gastos de organização de expansão	101 163	(79 329)	21 834	408	-
Trespases	93 923	(89 166)	4 757	-	-
Outras imobilizações incorpóreas	29	(29)	-	-	-
	368 644	(296 537)	72 107	51 547	-
	18 791 494	(5 868 879)	12 922 615	2 752 253	-

2011				
Abates e alienações	Amortizações do exercício	Saldos em 31.12.2011		
		Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
-	(485 627)	15 800 126	(4 292 259)	11 507 867
(8 483)	(917 414)	6 797 685	(3 873 731)	2 923 954
-	-	1 279 243	-	1 279 243
(8 483)	(1 403 041)	23 877 054	(8 165 990)	15 711 064
(9 182)	(54 218)	418 899	(208 113)	210 786
-	(7 138)	101 571	(99 031)	2 540
-	-	93 923	(93 923)	-
-	-	29	(29)	-
(9 182)	(61 356)	614 422	(401 096)	213 326
(17 665)	(1 464 397)	24 491 476	(8 567 086)	15 924 390

2010				
Abates e alienações	Amortizações do exercício	Saldos em 31.12.2010		
		Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
-	(585 670)	14 037 798	(3 806 632)	10 231 166
(5 556)	(727 792)	5 714 388	(3 060 761)	2 653 627
-	-	1 347 403	-	1 347 403
(5 556)	(1 313 462)	21 099 589	(6 867 393)	14 232 196
(1)	(30 046)	224 668	(158 060)	66 608
1	(12 565)	101 571	(91 893)	9 678
1	(4 758)	93 923	(93 923)	-
-	-	29	(29)	-
1	(47 369)	420 191	(343 905)	76 286
(5 555)	(1 360 831)	21 519 780	(7 211 298)	14 308 482

10. DEPÓSITOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	332	247 190
Depósitos à ordem de residentes		
Em moeda nacional	132 414 179	103 790 900
Em moeda estrangeira	159 937 592	140 514 885
	292 351 771	244 305 785
Depósitos à ordem de não residentes		
Em moeda nacional	645 715	695 942
Em moeda estrangeira	3 610 549	1 367 376
	4 256 264	2 063 318
Juro de depósitos à ordem	948	2 874
Total de depósitos à ordem	296 609 315	246 619 167
Depósitos a prazo de residentes		
Em moeda nacional	77 028 333	68 836 503
Em moeda estrangeira	212 891 838	197 196 356
	289 920 171	266 032 859
Depósitos a prazo de não residentes	11 435	5 922
Juros de depósitos a prazo	2 472 783	3 028 082
Total de depósitos a prazo	292 404 389	269 066 863
Total de depósitos	589 013 704	515 686 030

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo da rubrica RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO ESTRANGEIRO – DEPÓSITOS À ORDEM corresponde a descobertos contabilísticos nas contas de depósitos à ordem do Banco domiciliadas em instituições de crédito, os quais são reclassificados para o passivo para efeitos de apresentação do balanço patrimonial.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os depósitos a prazo de Clientes apresentam a seguinte estrutura, de acordo com o prazo residual de vencimento das operações:

	2011	2010
Até três meses	157 330 508	186 812 588
De 3 a 6 meses	60 124 370	46 318 104
De 6 meses a 1 ano	74 390 591	35 895 876
Mais um ano	558 920	40 295
	292 404 389	269 066 863

Em 31 de Dezembro de 2011, os depósitos a prazo em moeda nacional e estrangeira venciam juros às taxas médias anuais de 5.52% e 3.27%, respectivamente (12.85% e 4.63%, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2010).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas de depósitos à ordem denominados em moeda estrangeira, definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os depósitos à ordem e a prazo de residentes apresentavam a seguinte estrutura por tipologia de Cliente:

	2011	2010
Depósitos à ordem		
Sector público administrativo	5 302 397	7 159 383
Sector público empresarial	3 332 381	3 238 145
Empresas	172 942 941	140 780 915
Particulares	110 774 052	93 127 342
	292 351 771	244 305 785
Depósitos a prazo		
Sector público administrativo	338 207	290 154
Sector público empresarial	1 617 682	1 789 072
Empresas	122 950 029	117 723 932
Particulares	165 014 253	146 229 701
	289 920 171	266 032 859

11. CAPTAÇÕES PARA LIQUIDEZ

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Operações no Mercado Monetário Interbancário		
Depósitos a prazo de instituições de crédito no estrangeiro (USD)	-	8 708 442
Recursos de instituições de crédito no País – Empréstimos (AKZ)	4 436	-
Juros	-	58 713
	4 436	8 767 155

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as captações para liquidez apresentam a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

	2011	2010
Até três meses	4 436	-
De três meses a um ano	-	8 708 442
	4 436	8 708 442

Em 31 de Dezembro de 2011 as captações para liquidez não vencem juros. Em 31 de Dezembro de 2010, estas operações venciam juros à taxa média de 3.2%.

12. OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Recursos de outras entidades		
Cheques visados	1 724 708	1 398 998
Recursos vinculados a cartas de crédito	1 085 191	267 061
Compensação de cheques e outros papéis	139 403	7 020
Outros	9 338	21 300
	2 958 640	1 694 379

A rubrica RECURSOS VINCULADOS A CARTAS DE CRÉDITO refere-se aos montantes depositados por Clientes que se encontram cativos para liquidação de operações de importação, para efeitos de abertura dos respectivos créditos documentários.

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Obrigações de natureza fiscal		
Encargos fiscais a pagar – próprios		
Imposto sobre o rendimento a liquidar (nota 2.2 i))	-	-
Sobre rendimentos de trabalho dependente	31 402	36 065
Tributação relativa a remunerações	43 500	46 193
	74 902	82 258
Encargos fiscais a pagar – retidos de terceiros		
Sobre o rendimento	50 362	647 632
Outros	33 177	50 814
	83 539	698 446
	158 441	780 704
Obrigações de natureza cível	13 610	5 224
Obrigações de natureza administrativa e de comercialização		
Pessoal – salários e outras remunerações		
Férias e subsídio de férias	704 800	628 436
Prémio de desempenho (nota 23)	160 025	89 298
Outros custos com o pessoal	190 914	41 069
	1 055 739	758 803
Outros custos administrativos e de comercialização a pagar		
Operações passivas a regularizar	218 133	837 015
Mensualizações	513 110	452 654
Movimentos efectuados em ATM's – a regularizar	459 853	298 071
Ordens de pagamento recebidas – a regularizar	304 937	-
Movimentos “Serviço Western Union”	147 977	221 715
Outros	99 910	55 389
	1 743 920	1 864 844
	2 799 659	2 623 647
	2 971 710	3 409 575

O movimento na rubrica de IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO A LIQUIDAR durante os exercícios de 2010 e 2011 pode ser descrito como segue:

Saldo em 31 de Dezembro de 2009	2 409 264
Entregas por conta e pagamento final do Imposto Industrial do exercício de 2009, efectuadas em 2010	(1 479 653)
Excesso de estimativa de imposto (nota 17)	(929 611)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010 e 2011	-

14. PROVISÕES PARA RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS

O movimento nas provisões durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011								Saldos em 31-12-2011
	Saldos em 31-12-2010	Aumentos		Diminuições		Utilizações	Diferenças de câmbio e outros	Transferências	
		Dotações	Custos com pessoal (nota 23)	Reposições e anulações	Custos com pessoal (nota 23)				
De natureza social ou estatutária	1 814 154	-	-	-	-	(39 852)	51 677	-	1 825 979
De natureza administrativa e de comercialização	1 384 406	773 223	-	-	-	(186 835)	52 399	-	2 023 193
Prestação de garantias (nota 7)	668 635	-	-	-	-	-	(6 474)	(162 800)	499 362
Com fundos de pensões de reforma e de sobrevivência patrocinados	87 359	-	27 576	-	-	-	2 892	-	117 827
Compensação por reforma	1 886 853	-	411 891	-	(99 769)	(42 825)	89 205	-	2 245 355
Plano complementar de pensões	5 841 407	773 223	439 467	-	(99 769)	(269 512)	189 699	(162 800)	6 711 715
Imobilizações financeiras (nota 9)	9 594	-	-	-	-	-	-	-	9 594
5 851 001	773 223	439 467	-	(99 769)	(269 512)	189 699	(162 800)	(162 800)	6 721 309
Crédito de liquidação duvidosa (nota 7)	9 651 421	2 106 062	-	(878 602)	-	(1 780 288)	252 721	162 800	9 514 113
	15 502 422	2 879 285	439 467	(878 602)	(99 769)	(2 049 800)	442 420	-	16 235 423

	2010								Saldos em 31-12-2010
	Saldos em 31-12-2009	Aumentos		Diminuições		Utilizações	Diferenças de câmbio e outros	Transferências	
		Dotações	Custos com pessoal (nota 23)	Reposições e anulações	Custos com pessoal (nota 23)				
De natureza social ou estatutária	1 832 931	-	-	-	-	(85 357)	66 580	-	1 814 154
De natureza administrativa e de comercialização	570 927	821 865	-	-	-	(31 341)	22 955	-	1 384 406
Prestação de garantias	941 280	-	-	-	-	-	59 640	(332 285)	668 635
Com fundos de pensões de reforma e de sobrevivência patrocinados	68 834	-	15 848	-	-	-	2 677	-	87 359
Compensação por reforma	1 365 524	-	370 635	-	-	-	150 694	-	1 886 853
Plano complementar de pensões	4 779 496	821 865	386 483	-	-	(116 698)	302 546	(332 285)	5 841 407
Imobilizações financeiras (nota 9)	9 523	71	-	-	-	-	-	-	9 594
4 789 019	821 936	386 483	-	-	(116 698)	302 546	(332 285)	(332 285)	5 851 001
Crédito de liquidação duvidosa (nota 7)	8 966 622	3 594 158	-	(1 009 733)	-	(2 525 881)	293 970	332 285	9 651 421
	13 755 641	4 416 094	386 483	(1 009 733)	-	(2 642 579)	596 516	-	15 502 422

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica PROVISÕES DE NATUREZA SOCIAL OU ESTATUTÁRIA refere-se ao Fundo Social, que tem por objectivo apoiar financeiramente iniciativas nos domínios da educação, saúde e solidariedade social. Este Fundo foi constituído mensalmente através da dotação de 5% do resultado líquido do exercício anterior

apurado em Dólares dos Estados Unidos, tendo sido decidido que teria um período de cinco anos. Esta provisão foi constituída entre o exercício de 2005 e o exercício de 2009, inclusive. O movimento ocorrido no Fundo Social ao longo de 2011 e 2010 foi o seguinte (montantes expressos em Dólares dos Estados Unidos):

	2011	2010
Saldo no início do período	19 582 202	20 503 046
Contribuições	-	-
Utilizações	(418 257)	(920 844)
Saldo no final do exercício	19 163 945	19 582 202
Contravalor em milhares de Kwanzas	1 825 979	1 814 154

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica PROVISÕES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA E DE COMERCIALIZAÇÃO refere-se essencialmente a provisões para fazer face a fraudes, processos judiciais em curso e outras responsabilidades, correspondendo à melhor estimativa dos custos que o Banco irá suportar no futuro com estas responsabilidades.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo da rubrica COMPENSAÇÃO POR REFORMA destina-se a cobrir as responsabilidades do Banco em matéria de “Compensação por reforma”, na sequência do disposto no Artigo n.º 262 da Lei Geral do Trabalho. Nos termos da legislação em vigor, as responsabilidades em matéria de “Compensação por reforma” são determinadas multiplicando 25% do salário mensal de base

praticado na data em que o trabalhador atinge a idade legal de reforma, pelo número de anos de antiguidade na mesma data. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual por peritos, utilizando o método “Projected Unit Credit” para as responsabilidades com serviços passados.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica PLANO COMPLEMENTAR DE PENSÕES (Plano) refere-se às responsabilidades do Banco em matéria de Pensões de Reforma nos termos do plano de contribuições definidas implementado (nota 2.2 c)).

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o movimento do Plano pode ser resumido como segue:

Saldo em 31 de Dezembro de 2009	1 365 524
Contribuição mensal	370 635
Rentabilidade das aplicações	119 039
Reavaliação cambial	31 655
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	1 886 853
Contribuição mensal	411 891
Saídas	(99 769)
Pagamentos	(42 825)
Rentabilidade das aplicações	151 284
Reavaliação cambial	55 288
Outros	(117 367)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	2 245 355

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a rentabilidade das aplicações resulta essencialmente de depósitos a prazo em dólares dos Estados Unidos e em Kwanzas. Nestas datas, os juros corridos destas aplicações ascendiam a 93 370 m. AKZ e 60 043 m. AKZ, respectivamente, incluídos na rubrica RENTABILIDADE DAS APLICAÇÕES do movimento do Plano Complementar de Pensões nos anos de 2011 e 2010.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a reavaliação cambial resulta da conversão para Kwanzas das aplicações que são realizadas em Dólares dos Estados Unidos.

15. FUNDOS PRÓPRIOS

CAPITAL SOCIAL

O Banco foi constituído com um capital social de 1 305 561 m. AKZ (contravalor de 30 188 657 Euros à taxa de câmbio em vigor em 30 de Junho de 2002), representado por 1 305 561 acções nominativas de mil Kwanzas cada, tendo sido subscrito e realizado por incorporação da totalidade dos activos e passivos, incluindo os bens ou direitos imobiliários de qualquer natureza, assim como todos os direitos e obrigações da anterior Sucursal.

No final dos exercícios de 2004, 2003 e 2002, o Banco aumentou o seu capital em 537 672 m. AKZ, 1 224 333 m. AKZ e 454 430 m. AKZ, respectivamente, através da incorporação da reserva especial para manutenção dos fundos

próprios, por forma a manter o contravalor em Kwanzas da dotação inicial de capital em moeda estrangeira.

A partir do exercício de 2005 o Banco não procedeu à actualização do seu capital, em virtude de Angola ter deixado de ser considerada uma economia hiperinflacionária.

Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o capital social do Banco ascende a 3 521 996 m. AKZ.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

	2011		2010	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Banco BPI, S.A.	653 822	50.08%	653 822	50.08%
Unitel, S.A.	651 475	49.90%	651 475	49.90%
Outras entidades do Grupo BPI	264	0.02%	264	0.02%
	1 305 561	100.00%	1 305 561	100.00%

RESERVAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2011	2010
Reserva de actualização monetária do capital social (nota 2.2 e))	450 717	450 717
Reservas e fundos		
Reserva legal	5 161 890	5 161 890
Outras reservas	34 700 721	26 276 988
	39 862 611	31 438 878
	40 313 328	31 889 595

Por Deliberação Unânime da Assembleia Geral de 30 de Abril de 2010 foi decidido distribuir aos accionistas dividendos no valor correspondente a 65% do resultado líquido obtido no ano anterior (12 925 984 m. AKZ), tendo sido aplicado o valor o remanescente na rubrica de OUTRAS RESERVAS.

Por Deliberação Unânime da Assembleia Geral de 29 de Abril de 2011 foi decidido distribuir aos accionistas dividendos no valor correspondente a 65% do resultado líquido obtido no ano anterior (15 644 076 m. AKZ), tendo sido aplicado o valor o remanescente na rubrica de OUTRAS RESERVAS.

Nos termos da legislação vigente, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 20% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas.

RESULTADOS POTENCIAIS

Os resultados potenciais correspondem aos resultados pendentes, mas de realização provável, líquidos dos encargos fiscais correspondentes, decorrentes de transacções e de outros

eventos e circunstâncias que não transitam imediatamente pelo resultado do exercício quando reconhecidos pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os resultados potenciais correspondem à reserva de reavaliação de imobilizado.

Até 31 de Dezembro de 2007, inclusive, nos termos da legislação em vigor, o Banco procedeu à reavaliação do seu imobilizado corpóreo através da aplicação de coeficientes, que reflectiam a evolução mensal do câmbio oficial do Euro, aos saldos brutos do activo imobilizado corpóreo e respectivas amortizações acumuladas, expressos em Kwanzas nos registos contabilísticos do Banco no final do mês anterior. A partir do exercício de 2008, o Banco deixou de reavaliar o seu imobilizado (nota 2.2 f)).

As reservas de reavaliação só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

LUCRO E DIVIDENDO POR ACÇÃO

Nos exercícios de 2011 e 2010 o lucro por acção e o dividendo atribuído em cada exercício, relativo ao lucro do ano anterior, foram os seguintes:

	2011	2010
Lucro por acção	18.19	18.43
Dividendo por acção distribuído no exercício	11.98	9.90

16. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2011	2010
Responsabilidades perante terceiros (nota 7)		
Garantias prestadas	11 437 544	17 247 147
Compromissos perante terceiros		
Créditos documentários abertos	5 853 445	6 450 779
	17 290 989	23 697 926
Responsabilidades por prestação de serviços		
Serviços prestados pela instituição		
Guarda de valores	1 288 816	2 763 507
Cobrança	14 188	155 832
	1 303 004	2 919 339

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica GUARDA DE VALORES refere-se, essencialmente, a títulos de Clientes sob custódia do Banco.

17. IMPOSTOS

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. Em 31 de Dezembro de 2011 a tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos dos números 1 e 2 do Artigo 72.º, da *Lei n.º 18 / 92*, de 3 de Julho, sendo a taxa de imposto aplicável de 35%, na sequência das alterações introduzidas pela *Lei n.º 5 / 99*, de 6 de Agosto (notas 2.2 i) e 13).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes daquela dotação, podem ser resumidos como se segue:

	2011	2010
Impostos correntes sobre os lucros		
Do exercício	-	-
Correcção de exercícios anteriores	-	(929 611)
Total do imposto registado em resultados	-	(929 611)
Resultado antes de impostos	23 746 380	23 138 198
Carga fiscal	0%	(4.02%)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, não foram registados activos ou passivos fiscais diferidos.

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a carga fiscal verificada nos exercícios de 2011 e 2010, bem como a reconciliação entre o custo / proveito de imposto e o produto do lucro contabilístico pela taxa nominal de imposto, pode ser analisada como se segue:

	2011		2010	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultados antes de impostos		23 746 380		23 138 198
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	35.0%	8 311 233	35.0%	8 098 369
“Benefícios fiscais em rendimentos de títulos da dívida pública”	(29.3%)	(6 956 617)	(25.7%)	(5 942 206)
Utilização do prejuízo fiscal reportável do exercício de 2009	(5.7%)	(1 354 616)	(9.3%)	(2 156 163)
Excesso de estimativa de imposto de anos anteriores	0.0%	-	(4.0%)	(929 611)
	0.00%	-	(4.02%)	(929 611)

Os proveitos dos títulos da dívida pública, resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei-Quadro da Dívida Pública Directa (*Lei n.º 16 / 02*, de 5 de Dezembro) e pelos Decretos Regulamentares números 51 / 03 e 52 / 03, de 8 de Julho, gozam de isenção de todos os impostos. Tal facto é complementado pelo disposto na alínea c) do número 1 do Artigo 23.º do Código do Imposto Industrial, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública angolana, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar.

A partir de 1 de Janeiro de 2012, com as alterações introduzidas ao Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais (“IAC”) pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 5 / 11, de 30 de Dezembro, é alargada a base de incidência deste imposto aos rendimentos provenientes de determinados títulos transaccionados no mercado angolano. No que se refere às Obrigações do Tesouro, Bilhetes do Tesouro e Títulos do Banco

Central, os títulos adquiridos após 1 de Janeiro de 2012 passam a ser sujeitos a tributação à taxa de 10%, deixando, consequentemente, de ser sujeitos a Imposto Industrial.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, o Banco apurou inicialmente Imposto Industrial no valor de 2 409 264 m. AKZ, considerando como isentos de Imposto Industrial apenas parte dos rendimentos dos referidos títulos.

Decorrente do entendimento referido acima, o Banco apurou um prejuízo fiscal na Declaração de Rendimentos Modelo 1 referente ao exercício de 2009, no montante total de 13 985 712 m. AKZ. Neste sentido, relativamente ao valor de Imposto Industrial apurado no exercício de 2009, o Banco efectuou pagamentos a título de liquidação provisória no montante de 1 479 653 m. AKZ (nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2010), não tendo liquidado o montante remanescente de 929 611 m. AKZ. Este montante foi registado como proveito no exercício de 2010.

Na determinação do lucro tributável do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, todos os proveitos gerados pelos títulos da dívida pública, obtidos em Obrigações do Tesouro e em Bilhetes do Tesouro, no montante total de 16 977 733 m. AKZ, foram deduzidos ao resultado do exercício, para efeitos de apuramento do lucro tributável. Adicionalmente, foram utilizados 6 160 465 m. AKZ relativos ao reporte do prejuízo fiscal do exercício de 2009, pelo que, com referência a 31 de Dezembro de 2010, o prejuízo fiscal de 2009 ainda não utilizado ascendia a 7 825 248 m. AKZ.

Em 31 de Dezembro de 2011, para efeitos de apuramento do lucro tributável, foram igualmente deduzidos ao resultado do exercício todos os proveitos gerados pelos títulos da dívida pública, obtidos em Obrigações do Tesouro e em Bilhetes do Tesouro, no montante total de 19 876 049 m. AKZ. Adicionalmente, foram utilizados 3 870 331 m. AKZ relativos ao reporte do prejuízo fiscal do exercício de 2009, pelo que, com referência a 31 de Dezembro de 2011, o prejuízo fiscal de 2009 ainda não utilizado ascendia a 3 954 916 m. AKZ. Conforme disposto no artigo 46.º do Código do Imposto Industrial, o prejuízo fiscal apurado no exercício de 2009 pode ser deduzido aos lucros tributáveis dos três anos posteriores,

pelo que o valor remanescente pode ser utilizado até ao exercício de 2012. O Banco não reconheceu nas demonstrações financeiras os activos fiscais diferidos associados, dada a incerteza quanto à evolução futura do seu lucro tributável.

De referir que em Dezembro de 2010 o Banco solicitou ao Ministério das Finanças que o Imposto Industrial de 2009 liquidado no primeiro trimestre de 2010 (1 479 653 m. AKZ), bem como os impostos liquidados em excesso em anos anteriores (2005, 2006, 2007 e 2008, no montante total de 813 093 m. AKZ), e para os quais foram apresentadas Declarações de Rendimentos Modelo 1 de Substituição, fossem reembolsados ou considerados como créditos de imposto, a utilizar em futuras entregas de imposto devidas pelo Banco.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2007 a 2011. O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

18. PARTES RELACIONADAS

De acordo com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 24, são consideradas entidades relacionadas aquelas em que o BFA exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira (Empresas associadas e de controlo conjunto e Fundos de Pensões) e as entidades que exercem uma influência

significativa sobre a gestão do Banco – Accionistas e Membros do Conselho de Administração do BFA.

Em 31 de Dezembro de 2011, os principais saldos e transacções mantidos pelo Banco com entidades relacionadas são os seguintes:

	Accionistas do BFA		Membros do Conselho de Administração do BFA	Sociedades onde os membros do Conselho de Administração têm influência significativa	Total
	Grupo BPI	Grupo Unitel			
Disponibilidades					
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	2 804 444	-	-	-	2 804 444
Depósitos					
Descobertos em depósitos à ordem	(4)	-	-	-	(4)
Aplicações de liquidez					
Outros créditos sobre instituições de crédito	100 969 998	-	-	-	100 969 998
Crédito concedido	-	-	89 900	1 548 333	1 638 233
Depósitos de Clientes					
Depósitos à ordem	-	(288 759)	(20 624)	(245 322)	(554 705)
Depósitos a prazo	-	(28 639 283)	(239 376)	(338 141)	(29 216 800)
Outros recursos	-	-	(42)	-	(42)
Juros e proveitos equiparados	739 118	n.d.	n.d.	n.d.	739 118
Juros e custos equiparados	(29 030)	n.d.	n.d.	n.d.	(29 030)
Comissões – custos	(154 160)	n.d.	n.d.	n.d.	(154 160)
Créditos documentários	-	446 175	-	-	446 175
Garantias bancárias	17 811	-	-	-	17 811

n.d.: informação não disponível

Em 31 de Dezembro de 2010, os principais saldos e transacções mantidos pelo Banco com entidades relacionadas eram os seguintes:

	Accionistas do BFA		Membros do Conselho de Administração do BFA	Sociedades onde os membros do Conselho de Administração têm influência significativa	Total
	Grupo BPI	Grupo Unitel			
Disponibilidades					
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	2 579 829	-	-	-	2 579 829
Depósitos					
Descobertos em depósitos à ordem	(244 903)	-	-	-	(244 903)
Aplicações de liquidez					
Outros créditos sobre instituições de crédito	57 771 126	-	-	-	57 771 126
Crédito concedido	-	-	91 968	1 876 021	1 967 989
Depósitos de Clientes					
Depósitos à ordem	-	(1 994 333)	(74 001)	(394 968)	(2 463 302)
Depósitos a prazo	-	(24 757 480)	(195 228)	(180 667)	(25 133 375)
Outros recursos	-	-	(271)	-	(271)
Juros e proveitos equiparados	137 233	n.d.	n.d.	n.d.	137 233
Juros e custos equiparados	(208 068)	n.d.	n.d.	n.d.	(208 068)
Comissões – custos	(153 370)	n.d.	n.d.	n.d.	(153 370)
Créditos documentários	-	433 817	-	-	433 817
Garantias bancárias	35 846	-	-	357 971	393 817

n.d.: informação não disponível

A informação apresentada com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 não inclui os custos e proveitos com o Grupo Unitel, com os Membros do Conselho de Administração do BFA e com as Sociedades onde estes têm influência significativa.

19. BALANÇO POR MOEDA

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 os balanços por moeda apresentam a seguinte estrutura:

	2011		Total
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	
Disponibilidades	53 471 846	68 374 612	121 846 458
Aplicações de liquidez			
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	16 151 753	101 060 651	117 212 404
Compra de Títulos com Acordo de Revenda	15 390 912	-	15 390 912
	31 542 665	101 060 651	132 603 316
Títulos e Valores Mobiliários			
Mantidos para negociação	1 376 917	33 607	1 410 524
Mantidos até o vencimento	139 099 857	131 143 399	270 243 256
	140 476 774	131 177 006	271 653 780
Operações cambiais	-	2 424 039	2 424 039
Créditos			
Créditos	42 626 894	92 757 127	135 384 021
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1 772 919)	(7 741 194)	(9 514 113)
	40 853 975	85 015 933	125 869 908
Outros valores	498 622	2 016 905	2 515 527
Imobilizações			
Imobilizações financeiras	712	82 966	83 678
Imobilizações corpóreas	15 711 064	-	15 711 064
Imobilizações incorpóreas	213 326	-	213 326
	15 925 103	82 966	16 008 068
Total do activo	282 768 984	390 152 112	672 921 096
Depósitos			
Depósitos à ordem	133 025 071	163 584 244	296 609 315
Depósitos a prazo	77 835 363	214 569 026	292 404 389
	210 860 434	378 153 270	589 013 704
Captações para liquidez			
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	4 436	-	4 436
Operações de venda de títulos de terceiros com acordo de recompra	-	-	-
	4 436	-	4 436
Obrigações no sistema de pagamentos	1 863 504	1 095 136	2 958 640
Operações cambiais	955 200	1 470 159	2 425 359
Outras obrigações	921 739	2 049 971	2 971 710
Provisões para responsabilidades prováveis	1 400 077	5 311 638	6 711 715
Total do passivo	216 005 390	388 080 174	604 085 564
Activo líquido	66 763 594	2 071 938	68 835 532
Fundos próprios	68 835 532	-	68 835 532

	2010		Total
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	
Disponibilidades	54 794 214	61 867 202	116 661 416
Aplicações de liquidez			
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	-	57 780 190	57 780 190
Compra de Títulos com Acordo de Revenda	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários			
Mantidos para negociação	8 921 366	22 651	8 944 017
Mantidos até o vencimento	125 099 634	125 443 326	250 542 960
	134 021 000	125 465 977	259 486 977
Operações cambiais	-	1 435 543	1 435 543
Créditos			
Créditos	34 802 043	120 762 572	155 564 615
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1 249 170)	(8 402 251)	(9 651 421)
	33 552 873	112 360 321	145 913 194
Outros valores	2 082 546	(174 294)	1 908 252
Imobilizações			
Imobilizações financeiras	712	80 403	81 115
Imobilizações corpóreas	14 232 196	-	14 232 196
Imobilizações incorpóreas	76 286	-	76 286
	14 309 194	80 403	14 389 597
Total do activo	238 759 827	358 815 342	597 575 169
Depósitos			
Depósitos à ordem	104 278 083	142 341 084	246 619 167
Depósitos a prazo	70 078 877	198 987 986	269 066 863
	174 356 960	341 329 070	515 686 030
Captações para liquidez			
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	-	8 767 155	8 767 155
Operações de venda de títulos de terceiros com acordo de recompra	-	-	-
	-	8 767 155	8 767 155
Obrigações no sistema de pagamentos	2 343 633	(649 254)	1 694 379
Operações cambiais	-	1 443 395	1 443 395
Outras obrigações	1 846 968	1 562 607	3 409 575
Provisões para responsabilidades prováveis	1 178 245	4 663 162	5 841 407
Total do passivo	179 725 806	357 116 135	536 841 941
Activo líquido	59 034 021	1 699 207	60 733 228
Fundos próprios	60 733 228	-	60 733 228

20. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2011	2010
Proveitos de instrumentos financeiros activos		
De aplicações de liquidez		
Proveitos de operações no Mercado Monetário Interfinanceiro		
Depósitos a prazo em instituições de crédito no estrangeiro	739 959	139 275
Depósitos a prazo em instituições de crédito no País	415 134	275 788
Outros	6 886	4 483
Proveitos de operações de compra de títulos com acordo de revenda	1 755 868	-
	2 917 847	419 546
De títulos e valores mobiliários		
De títulos mantidos para negociação		
Bilhetes do Tesouro	1 270 378	60 999
Títulos do Banco Central	-	62 270
Outros	98	-
De títulos mantidos até o vencimento		
Bilhetes do Tesouro	4 869 014	1 081 709
Obrigações do Tesouro em moeda nacional indexadas a moeda estrangeira e em moeda estrangeira	6 773 484	7 170 982
Obrigações do Tesouro indexadas ao Índice de Preços do Consumidor	1 767 879	4 147 530
Títulos do Banco Central	8 270 043	12 108 864
	22 950 896	24 632 354
De instrumentos financeiros derivados		
Em especulação e arbitragem	-	31 240
De créditos	14 719 494	16 393 003
	40 588 237	41 476 143
Custos de instrumentos financeiros passivos		
De depósitos		
De depósitos à ordem	171 358	213 237
De depósitos a prazo	14 983 582	15 817 190
	15 154 940	16 030 427
De captações para liquidez		
De operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	171 076	315 453
De operações de venda de títulos de terceiros com acordo de recompra	836	7 164
	171 912	322 617
	15 326 852	16 353 044
Margem financeira	25 261 385	25 123 099

21. RESULTADOS DE OPERAÇÕES CAMBIAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Variação cambial em activos e passivos denominados em moeda estrangeira	807 097	1 274 944
Operações de compra e venda de moeda estrangeira	7 495 531	7 037 573
	8 302 628	8 312 517

22. RESULTADOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Proveitos de prestação de serviços		
Comissões sobre ordens de pagamento emitidas	1 356 210	1 272 956
Comissões sobre garantias e avals prestados	308 117	287 784
Comissão por créditos documentários de importação abertos	154 076	227 934
Outras comissões	1 196 874	1 110 169
	3 015 277	2 898 843
Custos de comissões e custódias		
Comissões	(658 028)	(588 095)
	2 357 249	2 310 748

23. PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Membros dos Órgãos de Gestão e Fiscalização		
Remuneração mensal	123 477	120 903
Remunerações adicionais	169 188	101 821
Encargos sociais obrigatórios	8 769	9 161
Encargos sociais facultativos	106	599
	301 540	232 484
Empregados		
Remuneração mensal	2 727 443	2 258 447
Remunerações adicionais	2 958 381	2 683 249
Encargos sociais obrigatórios	324 244	314 351
Encargos sociais facultativos	267 732	201 739
	6 277 800	5 457 786
Encargos com planos de pensões (nota 14)	339.698	386.483
Outros	18.282	1.984
	6 937 320	6 078 737

A rubrica de REMUNERAÇÕES ADICIONAIS inclui 627 959 m. AKZ e 602 320 m. AKZ relativos às remunerações variáveis dos Colaboradores e órgãos de gestão, em resultado do seu desempenho nos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, encontravam-se por liquidar 160 025 m. AKZ e 89 298 m. AKZ, referentes às remunerações variáveis de 2011 e 2010, respectivamente (nota 13).

24. FORNECIMENTOS DE TERCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Comunicações	590 007	462 418
Água e energia	319 535	261 243
Transportes, deslocações e alojamentos	578 290	595 908
Publicações, publicidade e propaganda	1 059 580	958 401
Segurança, conservação e reparação	598 074	567 214
Auditorias, consultorias e outros serviços técnicos especializados	1 927 588	1 650 727
Seguros	181 397	140 169
Alugueres	591 016	496 899
Materiais diversos	305 821	227 601
Outros fornecimentos de terceiros	141 352	124 706
	6 292 660	5 485 286

25. IMPOSTOS E TAXAS NÃO INCIDENTES SOBRE O RESULTADO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Impostos aduaneiros	33 151	60 987
Outros impostos e taxas	87 584	9 458
	120 735	70 445

26. RECUPERAÇÃO DE CUSTOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica refere-se ao reembolso de despesas de comunicação e expedição suportadas originalmente pelo Banco, nomeadamente na realização de operações de ordens de pagamento.

27. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Outros proveitos		
Despesas cobradas	2 696 977	2 673 246
Recuperação de crédito incobrável – capital e juro (nota 7)	1 198 627	616 166
Rendimentos de prestação de serviços	36 806	4 822
Outros proveitos	155 239	92 204
	4 087 649	3 386 438
Outros custos		
Quotizações e donativos	12 910	14 439
Outros custos	79 961	111 889
	92 871	126 328
	3 994 778	3 260 110

28. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Ganhos e perdas nas imobilizações		
Imobilizações corpóreas	340	238
Resultado na alienação de imobilizações		
Imobilizações corpóreas	17 580	1 425
Outros ganhos e perdas não operacionais		
Ajustes de exercícios anteriores		
Acertos de estimativa de gastos gerais administrativos	(41 519)	110 145
Itens pendentes nas reconciliações bancárias de depósitos à ordem com correspondentes	63 121	27 073
Juros anulados	(105 220)	(123 080)
Outros	40 252	(126 278)
	(43 366)	(112 140)
	(25 446)	(110 477)

29. GESTÃO DE RISCOS

CRÉDITO

De acordo com o Regulamento Geral de Crédito do BFA, a concessão de crédito no Banco assenta nos seguintes princípios basilares:

Formulação de propostas

As operações de crédito ou garantias sujeitas à decisão do BFA:

- Encontram-se adequadamente caracterizadas em Ficha Técnica, contendo todos os elementos essenciais e acessórios necessários à formalização da operação;
- Respeitam a ficha do produto respectivo;
- Estão acompanhadas de análise de risco de crédito devidamente fundamentada; e
- Contêm as assinaturas dos órgãos proponentes.

Análise de risco de crédito

Na análise de risco de crédito é considerada a exposição total do Banco ao Cliente ou ao grupo em que o Cliente se integra, nos termos da legislação aplicável em cada momento. Actualmente, tendo em consideração o disposto no *Aviso n.º 08 / 2007* do Banco Nacional de Angola:

- Para um só Cliente, são consideradas todas as suas responsabilidades perante o Banco, em vigor ou potenciais, já contratadas ou comprometidas, por financiamentos e garantias (exposição total do Banco ao Cliente);

- Para um grupo de Clientes, é considerada a soma das responsabilidades perante o Banco de cada Cliente que constitui o grupo (exposição total do Banco ao grupo); e
- A existência de garantias com risco Estado ou de liquidez imediata não tem impacto no cálculo do valor da Exposição Global.

Classificação de Risco

De acordo com a legislação em vigor, quando da concessão, as operações de crédito são classificadas com base nos seguintes critérios definidos pelo Banco:

- Créditos classificados na classe de Risco A sempre que garantidos por títulos e / ou aplicações financeiras iguais ou superiores ao valor da responsabilidade;
- Créditos classificados na classe de Risco B sempre que garantidos por colateral igual ou superior a 75% da responsabilidade; e
- Os restantes créditos são classificados na classe de Risco C.

O BFA não concede créditos com classificação de risco superior a C.

No crédito a particulares das classes de risco C ou B, o BFA exige mais do que um interveniente com rendimentos.

Associação de Garantias

Na concessão de crédito a particulares ou pequenas empresas com prazo superior a 36 meses, na ausência de aplicações

financeiras, regra geral o BFA obriga à apresentação de garantia real de bem imóvel.

As operações de crédito têm associadas garantias consideradas adequadas ao risco do mutuário, natureza e prazo da operação, as quais são devidamente fundamentadas em termos de suficiência e liquidez.

As garantias reais são avaliadas previamente à decisão de crédito. Excepções a esta regra (com decisões condicionadas a uma avaliação posterior) implicam que o desembolso só ocorrerá depois do Banco obter a avaliação da garantia.

Exclusões por Incidentes

O Banco não concede crédito a Clientes que registem incidentes materiais nos últimos 12 meses que sejam do conhecimento do BFA, nem a outras empresas que façam parte de um grupo com Clientes que estejam nessa situação. São considerados incidentes materiais:

- Atraso na realização de pagamentos de capital ou juros devidos a uma instituição financeira por período superior a 45 dias;
- Utilização irregular de meios de pagamento da responsabilidade dessa pessoa ou entidade; e
- Pendência de acções judiciais contra essa pessoa ou entidade que tenham potenciais efeitos adversos na respectiva situação económica ou financeira.

Excepções a estas regras só podem ser aprovadas ao nível da Comissão Executiva do Conselho de Administração ou ao nível do Conselho de Administração do BFA.

Reestruturações

Por princípio, o BFA só formaliza operações de reestruturação de créditos em curso caso se observe um dos seguintes critérios:

- São apresentadas novas garantias (mais líquidas e / ou mais valiosas) para a nova operação;
- É efectuada a prévia liquidação de Juros Remuneratórios e de Mora (no caso de operação em incumprimento);
- Ocorre liquidação parcial significativa do capital em dívida (regular e / ou irregular).

Excepcionalmente e caso não se verifique nenhum dos pressupostos descritos, o BFA admite formalizar a reestruturação

formal de dívidas de particulares, inferiores a 35 000 Dólares dos Estados Unidos, caso nos últimos 6 meses tenham ocorrido depósitos de valor mínimo igual ao montante da prestação prevista para a operação reestruturada.

Acompanhamento de crédito irregular

O crédito considerado irregular é acompanhado por uma equipa especializada, que tem por missão colaborar nas acções de recuperação de crédito, podendo assumir as negociações e propostas de reestruturação, sendo responsável pelo acompanhamento de processos sob a sua gestão.

As negociações para reestruturação obedecem aos princípios anteriormente referidos.

Esta equipa é responsável pela gestão e relação com o Cliente, com o objectivo de recuperação do crédito, recorrendo à execução por via judicial caso necessário.

Provisões

O BFA tem em consideração os seguintes critérios para o cálculo de provisões para crédito:

- Antiguidade da operação;
- Antiguidade do incumprimento;
- Garantias associadas; e
- *Aviso 04 / 2011* do Banco Nacional de Angola.

As provisões para crédito e a classificação dos Clientes nas classes de risco são objecto de revisão mensal. Na classificação dos Clientes nas classes de risco, o Banco tem em consideração a existência de operações com risco equiparado a Estado e aquelas em que estão a ser ultimadas negociações com vista à regularização do crédito vencido. Neste âmbito, adicionalmente é efectuada uma análise aos 50 grupos com maior incumprimento na Banca de Empresas e na Direcção de Particulares e Negócios, com atribuição de uma provisão económica sobre o risco de cada exposição.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de títulos do BFA respeita o princípio da elevada qualidade creditícia dos seus emitentes, sendo integralmente constituída por títulos emitidos pelo Estado Angolano e pelo Banco Nacional de Angola, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

O Banco gere os riscos de liquidez e de taxa de juro do seu Balanço de acordo com os princípios e limites estabelecidos no Manual de Limites e Procedimentos da Direcção Financeira e Internacional (DFI), o que se traduz numa selecção criteriosa dos títulos em carteira, nomeadamente quanto à maturidade e tipo de juro a receber (taxa fixa ou indexada).

O risco de taxa de juro é calculado considerando o somatório do impacto de uma variação paralela nas curvas de taxas de juro na valorização dos Activos e Passivos do Banco.

A aprovação do Manual de Limites e Procedimentos da Direcção Financeira e Internacional é da competência do Conselho de Administração do Banco. É da responsabilidade da DFI submeter anualmente à apreciação e deliberação do Conselho de Administração a revisão, se necessária, do Manual.

A carteira de títulos do Banco é repartida entre títulos denominados em moeda nacional e em moeda estrangeira, tendo em atenção a estrutura global do seu Balanço, evitando incorrer por esta via, em risco cambial.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Banco de Fomento Angola, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 672 921 096 m. AKZ e fundos próprios de 68 835 532 m. AKZ, incluindo um resultado líquido do exercício de 23 746 380 m. AKZ), as demonstrações dos resultados, de mutações nos fundos próprios e de fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, as mutações nos seus fundos próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Tel 222 338 957 | Fax 222 338 957 | www.pkf.com
PKF ANGOLA – AUDITORES E CONSULTORES S.A. | Rua da Missão, nº 147, 6º D | Luanda | Angola

PKF ANGOLA – AUDITORES E CONSULTORES, S.A. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos actos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.



Accountants &
business advisers

Opinião

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco de Fomento Angola, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as mutações nos seus fundos próprios e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para o sector bancário (nota 2).

Luanda, 26 de Abril de 2012

PKF ANGOLA – Auditores e Consultores, S.A.

Tel 222 338 957 | Fax 222 338 957 | www.pkf.com
PKF ANGOLA – AUDITORES E CONSULTORES S.A. | Rua da Missão, nº 147, 6º D | Luanda | Angola

PKF ANGOLA – AUDITORES E CONSULTORES, S.A. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos actos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Relatório e parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

**Senhores Accionistas do
Banco de Fomento Angola, S.A.**

1. Nos termos da Lei e do mandato que nos foi conferido, em conformidade com o Artigo 22º n.º 1 dos Estatutos, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora por nós desenvolvida bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração do Banco de Fomento Angola, S.A. (Banco) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.
2. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade do Banco, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos também do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados.
3. Analisámos e concordamos com o conteúdo do Relatório dos Auditores emitido pela Sociedade PKF Angola – Auditores e Consultores, S.A.
4. No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, as Demonstrações de Resultados, das mutações nos seus fundos próprios e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como os respectivos anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados.
5. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2011 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados, nele incluída.
6. Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de parecer que a Assembleia Geral:
 - a. Aprove o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011,
 - b. Aprove as Contas relativas a esse exercício, e
 - c. Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados.
7. Desejamos finalmente expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco, pela colaboração que nos foi prestada.

Luanda, 27 de Abril de 2012
O Conselho Fiscal

Amílcar Safeca
Presidente

Susana Trigo Cabral
Vogal

Henrique Camões Serra
Vogal



Anexos

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Contactos do BFA

EDIFÍCIO SEDE



Rua Amílcar Cabral, 58
Maianga – Luanda
Telefone: (+244) 222 638 900
Website: www.bfa.ao
Homebanking: www.bfanet.ao;
www.bfanetempresas.ao

CENTROS DE INVESTIMENTO

SEDE

Rua Amílcar Cabral, 58
Luanda
Fax: (+244) 222 638 972

BAIXA

Rua Sequeira Lukoki com
Alfredo Trony
Ingombota – Luanda
Telefone(s): (+244) 222 336
285 / 337 030
Fax: (+244) 222 333 234

MAJOR KANHANGULO

Rua Major Kanhangulo 98/103
Ingombota – Luanda
Telefone(s): (+244) 222 394
456 / 251
Fax: (+244) 222 393 145

SERPA PINTO

Largo Serpa Pinto n.º 233, R/C
Ingombota – Luanda
Telefone(s): (+244) 222 392
094 / 393 051
Fax: (+244) 222 393 195

SOLAR DE ALVALADE

Rua Emílio Mbidi S/N,
Bairro Alvalade – Luanda
Telefone: (+244) 222 696
442

TALATONA

Rua Centro de Convenções S8
Bairro Talatona – Luanda
Telefone: (+244) 222 696
426

LOBITO CAPONTE

Gaveto da Rua 13 com AV.
Salvador Correia,
Zona Industrial da Canata R/C
(edifício da Agência Lobito –
Caponte)
Benguela
Telefone(s): (+244) 272 226
242 / 243
Fax: (+244) 272 226 239

BENGUELA CASSANGE

Rua Comandante Cassange s/n
Benguela
Telefone(s): (+244) 272 230
190 / 193
Fax: (+244) 272 230 196

CENTROS DE EMPRESAS

SEDE

Rua Amílcar Cabral, 58
Luanda
Telefone: (+244) 222 638 961
Fax: (+244) 222 638 938

LUBANGO

Rua Pinheiro Chagas, n.º 117
Huíla
Telefone(s): (+244) 261 224
287 / 225 689
Fax: (+244) 261 224 010

LOBITO CAPONTE

Gaveto da Rua 13 com
Avenida Salvador Correia, Zona
Industrial da Canata, 1.º andar
Benguela
Telefone(s): (+244) 271 226
240 / 1
Fax: (+244) 272 226 238

SANTA BÁRBARA

Av.º Marginal 2, s/n
Luanda
Telefone: (+244) 222 696 419
Fax: (+244) 222 696 420

MORRO BENTO

Rua 21 de Janeiro, Morro Bento
Luanda
Telefone(s): (+244) 222 333
451 / 336 786 / 336 802
Fax: (+244) 222 391 507

VIANA POLO INDUSTRIAL

Estrada de Catete – Polo
Industrial KM 23, s/n
Luanda
Telefone: (+244) 222 696 487
Fax: (+244) 222 686 488

VIANA ESTALAGEM

Estalagem do Leão Estrada
Principal de Viana
Luanda
Telefone(s): (+244) 222 291
093 / 723
Fax: (+244) 222 291 083

MAJOR KANHANGULO

Rua Major Kanhangulo s/n
Ingombotas – Luanda
Telefone(s): (+244) 222 393
433 / 394 022
Fax: (+244) 222 393 839

TALATONA

Rua do SIAC, Bairro Talatona
Luanda
Telefone: (+244) 222 445
836

CACUACO

Estrada Directa de Cacuoaco,
Largo da Igreja, s/n, Edifício
da Agência do Cacuoaco
Luanda
Telefone(s): (+244) 222 511
369 / 375 / 447
Fax: (+244) 222 511 413

LARGO SERPA PINTO

Largo Serpa Pinto, n.º 233 R/C
Ingombota – Luanda
Telefone(s): (+244) 222 392
952 / 859
Fax: (+244) 222 392 734

CENTRO DAS GRANDES EMPRESAS

Rua Amílcar Cabral, n.º 58
Luanda
Telefone(s): (+244) 222 638
900

CABINDA – DEOLINDA RODRIGUES

Bairro Deolinda Rodrigues,
Rua Comendador Henriques
Serrano, s/n
Cabinda
Telefone(s): (+244) 231 220
381 / 309 / 823
Fax: (+244) 231 220 382

BENGUELA CASSANGE

Rua Comandante Cassange s/n
Benguela
Telefone(s): (+244) 272 236
604 / 605
Fax: (+244) 272 236 606

